

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**"Contra tudo isto que está aí": moralismo e política nas manifestações "Fora  
Dilma" em João Pessoa**

**Ana Olívia Costa de Andrade**

**Orientadora: Profa. Dra. Simone Brito Magalhães**

**João Pessoa – PB  
Fevereiro de 2016**

**Ana Olívia Costa de Andrade**

**"Contra tudo isto que está aí": moralismo e política nas manifestações "Fora Dilma" em João Pessoa**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

**Orientadora:** Profa. Dra. Simone Brito Magalhães

**João Pessoa – PB  
Fevereiro de 2016**

Catálogo na publicação Setor de  
Catálogo e Classificação

A553c Andrade, Ana Olívia Costa de.

Contra tudo isto que está aí: moralismo e política nas manifestações “Fora  
Dilma” em João Pessoa / Ana Olívia Costa de Andrade. – João Pessoa, 2016.

144 f. : il.

1. Política - João Pessoa. 2. Protestos. 3. Corrupção. 4. Moralismo.

UFPB/BC

CDU – 32 (813.3)(043)

**Ana Olívia Costa de Andrade**

**"Contra tudo isto que está aí": moralismo e política nas manifestações "Fora Dilma" em João Pessoa**

Relatório Final, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal Da Paraíba, Como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**Banca Examinadora**

---

**Professor Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva**  
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas.  
PPGDH /UFPB  
(Examinador Externo)



---

**Professor Dr. Rogerio de Souza Medeiros**  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia- PPGS /UFPB  
(Examinador)



---

**Professora Dra. Simone Brito Magalhães**  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia- PPGS /UFPB  
(Orientadora)

**João Pessoa, 29 de fevereiro de 2016.**

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço primeiramente ao meu pai, que não está mais presente fisicamente em minha vida desde o primeiro ano que ingressei no mestrado... A dor, a saudade é imensa, mas sei que ele se orgulharia muito pelas minhas atuais conquistas... Se estivesse aqui contaria feliz para todos os amigos e familiares que a “pirralha” dele agora é uma mestra e que vai estudar para ser doutora.*

*Sou muito grata à minha mãe, por ela existir, por ser a mulher forte que é, e por todo o apoio e paciência. Agradeço também as minhas irmãs, por estarem sempre torcendo pelo meu sucesso. Assim como a minha avó, tios, tias e primos, que são importantes para mim e tenho certeza que estão muito felizes com minhas conquistas. Agradeço infinitamente aos meus amigos queridos, pela companhia, incentivos e por compartilharem das minhas conquistas e aflições. Assim como ao meu namorado que tem me dado muita força em muitos aspectos da minha vida.*

*Agradeço a cada professor que participou da minha formação, não só na Pós-Graduação, mas também no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que fez toda a diferença em minha formação, me proporcionando experiências e conhecimentos únicos. Assim como a todos os colegas de curso que estiveram comigo nessa caminhada. Agradeço a minha orientadora, sobretudo, pela paciência. E à banca examinadora, pelas contribuições, não só a este trabalho, mas à minha formação de um modo geral.*

*“A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. ”*

*Karl Marx, Dezoito Brumário de Louis Bonaparte, 1852.*

## RESUMO

Este trabalho analisa a experiência e os valores morais dos participantes das manifestações “Fora Dilma” organizadas na cidade de João Pessoa em 2015. Manifestações contra o governo federal vêm ocorrendo em todas as capitais dos estados brasileiro desde 15 de março de 2015, reunindo milhares de pessoas que, vestidas com as cores da bandeira do Brasil, pedem pelo Impeachment da atual Presidente da República, Dilma Rousseff. Os protestos foram organizados, sobretudo, pelas redes sociais de grupos antigovernistas, como os: “Revoltados Online”, “Vem Pra Rua” e “Movimento Brasil Livre”. A partir de uma análise da organização dos protestos “Fora Dilma” na cidade de João Pessoa, realizada pelo “Voltados João Pessoa”, buscamos analisar como a necessidade de combate à corrupção é transformada numa agenda moralista que confirma e recria elementos de uma tradição udenista na política brasileira.

**Palavras-chave:** corrupção; moralismo; udenismo; “Fora Dilma”.

## ABSTRACT

This work analyzes the experience and moral values of the participants of the "Fora Dilma" demonstrations organized in the city of João Pessoa in 2015. Demonstrations against the federal government have been taking place in all the capitals of the Brazilian states since March 15, 2015, bringing together thousands of people who, dressed in the colors of the Brazilian flag, are asking for the Impeachment of the current President of the Republic, Dilma Rousseff. The protests were organized mainly by the social networks of anti-government groups, such as: "Revoltados Online", "Vem Pra Rua" and "Movimento Brasil Livre". Based on an analysis of the "Out Dilma" protests in the city of João Pessoa conducted by "Voltados João Pessoa", we sought to analyze how the need to combat corruption is transformed into a moralistic agenda that confirms and recreates elements of a Udenian tradition in Brazilian politics.

**Keywords:** corruption; moralism; udenism; "Out Dilma".

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 1: O lugar do moralismo na política brasileira.....</b>	<b>13</b>
1.1: O que é o Udenismo, como ele se caracteriza?.....	14
1.2: O problema da corrupção no Brasil.....	25
<b>Capítulo 2: Moralismo na política brasileira: a perspectiva sociológica.....</b>	<b>39</b>
2.1: O Campo do Poder e o Campo da Política: Sociologia de Bourdieu.....	40
2.2: A sociologia dos escândalos.....	47
2.3: O moralismo e a opacidade das desigualdades no Brasil.....	53
2.4: Processos da construção de uma comunidade moral imaginada.....	56
<b>Capítulo 3: De onde surgiram e o que querem?.....</b>	<b>60</b>
3.1: O “Fora Dilma” e as manifestações de junho de 2013.....	77
3.2: Contextualização dos argumentos apresentados para o pedido de Impeachment da Presidente Dilma.....	84
<b>Capítulo 4: Da organização às ruas: um retrato das manifestações “Fora Dilma” em João Pessoa.....</b>	<b>93</b>
4.1: A aproximação com o campo.....	94
4.2: Da organização.....	99
4.3: Indo às ruas.....	121
<b>Considerações finais.....</b>	<b>132</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>135</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<i>ANMD</i>	<i>Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos</i>
<i>CBF</i>	<i>Confederação Brasileira de Futebol</i>
<i>CGU</i>	<i>Controladoria-Geral da União</i>
<i>MBL</i>	<i>Movimento Brasil Livre</i>
<i>MPL</i>	<i>Movimento Passe Livre</i>
<i>PF</i>	<i>Polícia Federal</i>
<i>PMDB</i>	<i>Partido do Movimento Democrático Brasileiro</i>
<i>PROS</i>	<i>Partido Republicano da Ordem Social</i>
<i>PSB</i>	<i>Partido Socialista Brasileiro</i>
<i>PSDB</i>	<i>Partido da Social Democracia Brasileira</i>
<i>PSOL</i>	<i>Partido Socialismo e Liberdade</i>
<i>REDE</i>	<i>Rede Sustentabilidade</i>
<i>PT</i>	<i>Partido dos Trabalhadores</i>
<i>RDN</i>	<i>Rede da Direita Nacional</i>
<i>TCU</i>	<i>Tribunal de Contas da União</i>
<i>UDN</i>	<i>União Democrática Nacional</i>

## LISTA DE FIGURAS

<i>FIGURA 1: “Não adianta calar e isolar o Cunha. Somos Milhões de Cunhas. Impeachment já! Chega de negociatas e corrupção! ”</i> .....	65
<i>FIGURA 2: Encenação de Dilma sendo presa por um conhecido agente da Polícia Federal</i> .....	67
<i>FIGURA 3: Cartaz de apoio a Polícia Federal e ao Juiz Sérgio Moro</i> .....	67
<i>FIGURA 4: Panfleto elaborado pelo “Movimento Brasil Livre”</i> .....	96
<i>FIGURA 5: Panfleto elaborado pelos “Voltados João Pessoa”</i> .....	96
<i>FIGURA 6: Foto do grupo de pessoas presentes na reunião</i> .....	121
<i>FIGURA 7: Foto da manifestação do dia 15 de março de 2015</i> .....	131
<i>FIGURA 8: Foto da manifestação do dia 12 de abril de 2015</i> .....	131

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação trata da relação entre moralismo, política e o discurso anticorrupção nas manifestações “Fora Dilma”, que ocorreram no primeiro semestre de 2015 na cidade de João Pessoa. Em 15 de Março de 2015, foi dado início a uma série de manifestações nacionais contrárias ao atual Governo Federal, pedindo pelo *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Estas manifestações ocorreram nas capitais de todos os estados do Brasil e reuniram milhares de pessoas pelas ruas, vestidas com as cores da bandeira brasileira, segurando cartazes e clamando por mais ética e moralidade na política.

A organização dessas manifestações se deu, sobretudo, pelas redes sociais, nas páginas virtuais de grupos antigovernistas. Nestas páginas estes grupos apresentam milhares de seguidores e compartilham informações sobre o governo – principalmente sobre escândalos midiáticos de corrupção – e também várias outras questões que refletem sobre como estes manifestantes lidam com os acontecimentos políticos atuais. Nesse contexto, três grupos nacionais de antigovernistas assumiram a organização das manifestações “Fora Dilma” pelo país: “Revoltados Online”, “Vem Pra Rua” e “Movimento Brasil Livre”. Estes grupos nacionais convocam as manifestações em suas redes sociais e seus seguidores pelos estados do país organizam os protestos locais.

Em João Pessoa, um grupo chamado “Voltados João Pessoa” foi responsável pela organização inicial dos atos “Fora Dilma”, e na primeira manifestação local reuniu cerca de duas mil e quinhentas pessoas nas ruas da cidade. A principal justificativa dos manifestantes para aderir aos protestos “Fora Dilma” tem sido o *combate à corrupção* no Brasil. Uma vez que eles alegam o cansaço diante de tanta *roubalheira* e *imoralidade* do comportamento deste governo perante a sociedade. Reclamam dos casos de impunidade no país, clamam por justiça, ética e moral na política, entre outras questões, que estão ilustradas neste trabalho.

Ao considerar o exposto, temos como objetivo compreender os valores morais e a experiência que organizaram e justificaram as manifestações “Fora Dilma”, a partir dos discursos de seus participantes. Estes discursos foram coletados nas páginas sociais da internet dos grupos organizadores das manifestações, tanto dos grupos nacionais: “Revoltados Online”, “Vem Pra Rua”, “Movimento Brasil Livre”; como do grupo local: “Voltados João Pessoa”. Consideramos também os discursos destes manifestantes

expressos em manifestos e cartas publicados nas redes sociais. Além disso, foram realizadas nove entrevistas concedidas pelos organizadores do “Fora Dilma” de João Pessoa para esta pesquisa.

Somada à coleta de material produzido pelos grupos e as entrevistas com seus organizadores, fez parte da pesquisa uma tentativa de aproximação do grupo local e de sua rotina de preparação da manifestação. Desse modo, foi realizada uma experiência etnográfica durante uma das reuniões presenciais dos organizadores dos protestos em João Pessoa e também durante os dois primeiros atos de 2015. Essa experiência foi fundamental para perceber as dinâmicas de organização e a experiência que produziu os documentos e manifestos que circularam na internet.

A relevância desta pesquisa se deve à necessidade de compreender os valores morais e a experiência que constituíram um movimento de massas, que tem desestabilizado o governo atual. Em outras palavras, há a necessidade de compreender o que leva os manifestantes “Fora Dilma” a alegar que a atual Presidente precisa ser impedida de suas atividades. Como já mencionado, a principal justificativa explícita para esse impedimento aparece no “Fora Dilma” em forma de um discurso anticorrupção. Esse discurso vem sendo apresentado como um fervor moral, pois as pessoas clamam por mais ética e mais moralidade na sociedade e na política para solucionar os problemas da má gestão dos recursos públicos do país.

Este apelo latente pela ética e moralização da sociedade e da política tem demonstrado que o problema da corrupção está sendo concebido por um viés moralista, já que o discurso anticorrupção no Brasil é sempre direcionado a “um mau governo” de um “mau partido político” com um(a) “má(u) Presidente”, eleito(a) por “maus eleitores”. Diante disto, entendemos o moralismo como uma forma social que tem vários aspectos, e sua relação com a política se dá pelo processo em que discursos políticos são transformados em determinados discursos de valores e virtudes. O discurso anticorrupção tem passado por esta transformação, e ela acaba por deslocar o debate sobre a corrupção do âmbito político – onde poderia se discutir formas de controle do problema – para o âmbito do moralismo, onde partidos, políticos e eleitores vêm sendo classificados como “bons” ou “maus”, de acordo com determinadas noções morais presentes na sociedade.

Por isso a necessidade de tentar compreender esse discurso anticorrupção e sua relação com o moralismo e a política brasileira; para que possamos refletir sobre as questões que aparecem publicamente nos manifestos “Fora Dilma” e assim colaborar

com uma discussão sobre os acontecimentos atuais da nossa política. Visando essa reflexão, a presente dissertação está organizada em quatro capítulos. Em seu primeiro capítulo encontra-se uma análise referente ao lugar do moralismo na política brasileira. Essa análise é feita a partir de uma contextualização histórica da trajetória da União Democrática Brasileira (UDN) (Santos, 1978; Dulci, 1986; Benevides, 1981; D. Araújo, 1996). Nela veremos que o conjunto de práticas e ideologias da UDN constituiu um movimento conhecido na tradição política por udenismo (Benevides, 1981).

Este movimento, o udenismo, concentrava sua ação política em usar dos escândalos de corrupção, para interferir e obter legitimidade na opinião pública, a fim de destituir seus adversários políticos, de modo que seus candidatos pudessem tomar o poder. Faziam isso usando a imprensa e tratando o problema da corrupção por um viés moralista, de forma muito similar ao que vem ocorrendo nos debates políticos atuais. Somado a essa questão, ainda no capítulo um encontra-se uma discussão sobre as formas de controle do problema da corrupção, a fim de esclarecer questões importantes sobre o atual discurso anticorrupção no Brasil, e explicar que há a possibilidade de um controle democrático que visa fortalecer a participação popular na esfera pública. Com essa discussão destacamos que conceber a corrupção no âmbito do moralismo é uma alternativa entre outras (Avitser; Filgueiras, 2011).

No segundo capítulo encontra-se uma análise sociológica a respeito do moralismo na política brasileira, onde ele é discutido como uma estratégia, como um recurso discursivo para finalidades políticas específicas. Para tal faremos uso da sociologia processual de Bourdieu (1983; 1992; 2001; 2003; 2007; 2011), sobretudo da teoria dos campos, a fim de perceber como os agentes do campo do poder e seus subcampos (Bourdieu, 2011) usam o moralismo como estratégia na disputa por posições de dominação nestes campos. Algo que também será reforçado com as contribuições de Grun (2011) sobre a sociologia dos escândalos.

Junto a estas questões, ainda no capítulo dois, são consideradas as contribuições de Souza (2011; 2012), que nos permite perceber como a concepção moralista do problema da corrupção no Brasil atua na naturalização, reprodução e obscurecimento das desigualdades sociais. Por fim, para um desfecho deste capítulo, abordamos o conceito de comunidade imaginada de Anderson (2008), para nos ajudar a compreender o processo de construção de uma comunidade moral imaginada e seu discurso, que faz uso de ideias fortes naturalizadas na sociedade (como por exemplo, a ideia patriótica de nação) para criar ou recriar um vínculo ideológico entre diferentes grupos sociais.

Também para esclarecer que um discurso naturalizado e usado estrategicamente numa disputa pela dominação de um campo, pouco corresponde à prática das ideias que o constitui.

No terceiro capítulo encontra-se uma contextualização histórico-social das manifestações “Fora Dilma” 2015, analisando seus processos, discursos, formas de organização e argumentos morais, tendo o intuito de situar os atos em João Pessoa no quadro dos protestos nacionais. Esse capítulo conta a história do movimento “Fora Dilma”, dos grupos nacionais apontados como líderes destes protestos, do grupo de organizadores de João Pessoa e aponta as similaridades e relações dessas manifestações com as que ocorreram em junho de 2013 (Coelho, 2013; Maricato, 2013; Secco, 2013; Singer, 2013), tratando das particularidades das insurreições populares atuais em tempos de Internet (Castells, 2013).

No quarto e último capítulo consta a narração da experiência etnográfica na reunião de organização e nas duas primeiras manifestações “Fora Dilma” em João Pessoa, assim como as análises das entrevistas concedidas para este trabalho, e os resultados obtidos nesta pesquisa. Esse capítulo retrata a pesquisa, faz a descrição dos protestos na cidade, relata a aproximação com o campo, as dificuldades durante a realização da pesquisa, e uma série de reflexões que nos permitem compreender o retrato destas manifestações locais e as consonâncias desse caso particular com o cenário político nacional.

## CAPÍTULO 1

### O lugar do moralismo na política brasileira

O presente capítulo analisará o lugar do moralismo na política brasileira e fará uma contextualização histórica sobre a sua relação com o discurso anticorrupção. Dessa forma, é importante esclarecer que o que estamos chamando de moralismo aqui é o processo em que um discurso político é transformado em um determinado discurso de valores e virtudes. O moralismo se mostra como uma forma social recorrente na política brasileira e que possui vários aspectos. No entanto, quando ele aparece no discurso anticorrupção, demonstra ser um elemento capaz de atrair pessoas de diferentes camadas da sociedade em diferentes momentos políticos da nossa história.

Diante do exposto, este capítulo centralizará suas discussões em dois aspectos do moralismo mais expressivos atualmente no cenário político brasileiro: primeiro, o udenismo; segundo, o discurso em torno do combate à corrupção. Estes dois aspectos têm uma relação significativa e em alguns momentos até se confundem, já que a maior forma de ação do fenômeno político que ficou conhecido como udenismo é pautar as discussões políticas nos escândalos e denúncias de corrupção contra adversários. Assim, vemos que o problema da corrupção é um gancho pelo qual o moralismo vem sendo ativado na política.

Por isso, há a necessidade de refletir sobre as possíveis conexões entre o udenismo da União Democrática Nacional e um discurso político anticorrupção atual, pois o segundo vem revelando muitas similaridades com o primeiro. Uma reflexão sobre o discurso moral de combate à corrupção e as possíveis formas de controle desse problema se torna indispensável para compor esta análise, já que o tema corrupção aparece como o elo mais firme entre o moralismo e a política. Dessa forma, faz-se necessário tentar compreender como o moralismo vem se perpetuando na política, para que assim seja possível lançar luzes sobre a relevância que um discurso moralista tem nas disputas pelo poder. Com essas discussões veremos que a centralidade do moralismo nos conflitos políticos atuais do Brasil não é um caso *sui generis* na nossa história. Assim como hoje, os discursos moralistas já foram elementos principais na nossa política de outrora, sobretudo na forma de discurso anticorrupção. Nesse sentido, entendemos o combate à corrupção como um recurso discursivo que tem unido o presente e o passado das nossas disputas políticas.

É válido ressaltar que compreendemos que o moralismo na política não se restringe apenas a um segmento, posicionamento, ou a um grupo específico da sociedade política brasileira. O combate à corrupção vem se tornando um discurso global de conteúdo universalizante, a ponto de não permitir que qualquer pessoa ou organização, que queira propor um projeto político para o seu país, possa se distanciar publicamente desse tipo de discurso, por isso as promessas de prezar pelo *bem* da nação e pelo combate a um *mal* tão nefasto como a corrupção se tornaram comuns na política. Deixando de lado as práticas efetivas de controle do gasto público e as ações dos diversos corpos técnico-burocráticos responsáveis por esse fim, percebemos que o discurso anticorrupção se tornou uma retórica poderosa e capaz de modificar a política através do uso de valores morais.

Assim, entendemos o uso do moralismo associado ao combate à corrupção como uma estratégia que visa um efeito político. Acreditamos que a análise aqui proposta nos fornecerá caminhos que nos permitirão compreender essa estratégia, sua permanência e seus efeitos na política brasileira. Antes de partir para as discussões, é importante salientar que não estamos discutindo a efetividade das ações dos órgãos de controle e da efetividade das atuais técnicas de controle e auditoria das contas públicas, mas apenas o discurso ou retórica produzido sobre essas práticas ou sua necessidade.

### **1.1: O que é o Udenismo, como ele se caracteriza?**

A centralidade atual do moralismo no cenário político do Brasil pede uma reflexão referente à sua emergência. A moralização da política tem aparecido como elemento fundamental à tentativa de colocar ou destituir novas (ou antigas) personalidades políticas no poder. Dentre outras formas retóricas, o discurso de combate à corrupção ganhou centralidade por conseguir expressar e condensar em uma imagem um conjunto de percepções sobre o país e seus problemas que é funcional para a manutenção da ordem política. Esse discurso tenta fazer com que a política seja submetida a uma determinada concepção supostamente ética que classifica políticos e eleitores como *bons* ou *maus*. O resultado disto pode ser a desqualificação do processo eleitoral. Intrínseco à ideia de que o processo eleitoral se resume a *bons e maus* políticos e eleitores, está o problema da não aceitação do resultado das urnas ou, visto de outro modo, um projeto de manutenção ou mudança da ordem do poder. Esse problema

caracteriza uma tentativa de desclassificação do eleitor brasileiro traduzida na acusação de que “o povo não sabe votar”.

A não aceitação dos resultados eleitorais somada à (des)classificação moral de eleitores e políticos é uma das características centrais do udenismo. O udenismo é uma forma de moralismo político que, entre outras coisas, defende a ideia de que os problemas do Brasil (corrupção, crises, violência, etc.) se devem à falta de competência e moralidade dos políticos eleitos pelo voto popular. Para o udenismo, apenas seus candidatos possuem intelectualidade e valores morais apropriados para governar o país. Tal forma de lidar com a política demonstra uma dificuldade significativa em aceitar um processo eleitoral democrático e os reveses que este processo permite. De modo claro, percebemos os riscos para a democracia quando a política é subjugada por valores morais.

Para uma explicação mais abrangente sobre o termo udenismo, se faz relevante considerar as contribuições de quem o cunhou, a autora Maria Victória de Mesquita Benevides em seu trabalho *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*. Este trabalho trata de uma pesquisa histórica sobre a União Democrática Nacional (UDN) e as suas características. O termo udenismo se refere à trajetória política daquele partido que, ao ver alguns de seus candidatos à presidência da República derrotados por Getúlio Vargas e seus aliados, entre 1945 e 1965, passou a se consolidar como um partido conservador – tanto no sentido de preservar os privilégios dos setores dominantes da sociedade, quanto no sentido de liderar uma reação conservadora perante mudanças que beneficiavam os setores populares da sociedade. O discurso recorrente de uma suposta defesa da “legalidade” contra a “subversão” das classes populares e a “ameaça comunista”, dentre outras questões, fizeram com que as campanhas e o comportamento de seus líderes no Congresso Nacional produzissem o sentido do termo udenismo na política brasileira como uma forma de conservadorismo e moralização vazia.

As práticas políticas que caracterizam o udenismo, assim como o conjunto de ideologias que o define, serão detalhadas no decorrer da contextualização histórica da trajetória da UDN e suas questões intrínsecas: liberalismo, moralismo e elitismo. Mas, podemos adiantar aqui que o udenismo diz respeito aos seguintes aspectos: um liberalismo anti-povo; seu elitismo demonstrado na tentativa de conservação da ordem das elites e menosprezo pelo povo; um golpismo devido à não aceitação e insatisfação diante dos resultados das eleições, somado à tentativa de tomar o poder mesmo sem

legitimidade do voto popular democrático; e ao uso sistemático de escândalos de corrupção para desqualificar adversários (Benevides, 1981).

A UDN “surgiu como uma frente, organizou-se como um partido e identificou-se, também, como um movimento (o udenismo) ” (Idem. p.6). Cinco categorias de fundadores participaram de seu surgimento: as oligarquias que saíram do poder com a revolução de 1930; antigos aliados de Vargas que ficaram à margem do governo após 1930 ou 1937; participantes do Estado Novo que se afastaram antes de 1945; grupos liberais de forte identidade regional; e as esquerdas formadas por políticos e intelectuais de aspirações socialistas, comunistas dissidentes da linha oficial do partido comunista e estudantes do movimento estudantil de aspirações socialistas (Idem. p.29). Estes grupos sociais eram bem distintos, mas na fundação do partido tinham um único adversário em comum que era Getúlio Vargas, eram unidos pelo antigetulismo. Porém, as diferenças entre estes grupos resultaram em intensas divergências internas do partido e na ideia de que houve várias UDNs.

A fundamentação da formação primária da UDN acabou por perder sua razão de ser quando o Estado Novo de Getúlio Vargas caiu em 1945. Diante disto, a esquerda se afastou do partido ainda no ano de 1945, quando Getúlio Vargas passou a direcionar políticas à classe trabalhadora. Assim, é importante ressaltar que “a UDN nascera bipartida, entre os da esquerda, seus fundadores, e os da direita, os invasores” (Basbaum, 1976 *apud* Benevides, 1981, p 33). Com a aproximação de Getúlio das classes populares permaneceram os “invasores” da direita, que renegaram sua fase inicial “esquerdista” (Ibidem). Nesse momento, a coesão da UDN, que consistia no antigetulismo, se desfez, aumentando as divergências internas do partido, intensificando seu direcionamento a um oposicionismo de direita que marcou a sua história.

A aproximação de Getúlio Vargas com setores mais populares da sociedade se deu ante a sua impopularidade com as elites econômicas, mídia e parte do Exército. Então ele enxergou na classe trabalhadora uma saída para resistir à oposição. Para tal, Getúlio tomou várias medidas que melhoraram as condições de trabalho e o salário dos trabalhadores e as uniu a um discurso mais voltado às classes populares da sociedade. Isso resultou numa reação dos “invasores” os que compunham os setores mais conservadores da UDN, que “não percebiam o caráter antipopular de sua reação às políticas getulistas de aproximação com as massas e de renovação na área econômica” (Idem. p. 36). Diante da mudança de Getúlio em relação à classe trabalhadora, os

“invasores” da UDN passaram a explicitar seu reacionarismo e sua posição cada vez mais à direita e os “fundadores” à esquerda foram se retirando do partido.

Com isso, por comportar grupos com grandes diferenças de aspirações políticas, a UDN já nasceu ambígua, porém, uma das ambiguidades mais conflituosas do partido era a de defender ideais liberais ao mesmo tempo em que reagia a propostas progressistas direcionadas às classes populares. A UDN pautava o discurso de reação às políticas de Getúlio na ideia de que era necessário voltar na história e refazer a política e a moral do país:

*As características do liberalismo da UDN começam a ser vislumbradas em seus traços ambíguos: é progressista, enquanto inimiga da ditadura do Estado Novo e do A.I. 5: é reacionária enquanto seduzida no saudosismo histórico, sem uma proposta real e concreta para O futuro. Em outros termos, a UDN se revela progressista no que se opõe e reacionária no que propõe. Essa ambiguidade explica, em parte o afastamento dos "grandes nomes udenistas" e a permanência dos "pragmáticos". Em 1964 houve uma superposição conjuntural dos liberais históricos (os bacharéis) e dos realistas num só estilo. Mas este, híbrido, não perdurou. Na realidade, a autocrítica dos liberais históricos teria esquecido o elemento fundamental, na raiz de sua própria doutrina: a crença de que um regime autoritário será transitório e necessário para a realização da democracia [...] Esta crença foi, certamente, a chave necessária para que os liberais legitimassem o movimento de 64. Mas o arbítrio não se revelou "transitório" [...] (Idem. p.100).*

Nesse fragmento podemos perceber não só ambiguidades da UDN, como também algo basilar do pensamento liberal brasileiro: a ideia de que há necessidade de um regime autoritário de transição para democracia (Faoro, 1975; Santos, 1978; Benevides, 1981; Carvalho, 2003; Brandão, 2007). Nesse sentido, a contradição do liberalismo do partido vem à tona: é progressista quando se opõe a um Estado fascista, e reacionário quando recorre a um saudosismo histórico (composto de moralismo e indignações seletivas) para imputar seus ideais, já que diante do Estado Novo e de Getúlio Vargas, os udenistas reagem como se fosse possível voltar na história e fazer uma restauração política e moral.

A ideia de necessidade de um regime autoritário de transição para democracia (que como vimos, é típica do liberalismo brasileiro) é apresentada por Santos (1978) como uma tradição política a qual ele denominou de “autoritarismo instrumental”. Essa tradição se define pelo uso do Estado autoritário, politicamente centralizado, como recurso ou como forma para alcançar a organização política desejada. Esse recurso era sempre apresentado como forma de – por meios autoritários – construir as condições

tidas como necessárias para uma organização democrática, ainda que se tratasse de uma democracia restrita. Nesse sentido, Santos entende que essa é uma das tradições políticas que mais tem permanência na história brasileira e é usada sempre para conter “subversões” populares, visando a manutenção da ordem social desejada pelas elites políticas. Veremos no decorrer das discussões deste tópico, que a UDN acabou por guiar o seu discurso e prática política pelo caminho de um autoritarismo e de um liberalismo instrumental.

Diante do exposto, é importante pontuar que a UDN demonstrou forte resistência ao getulismo e sua herança, não admitia a participação política das classes populares e se omitia nos debates sobre questões trabalhistas. Estes pontos denotam herança típica do pensamento liberal clássico e elitista do Brasil, que, como no Império, se apresentava como um liberalismo baseado na reação a algo, sem perceber o que há de novo (Benevides, 1981; Faoro, 1975). Essa herança liberal se refletiu também na oposição da UDN à modernização da intervenção do Estado, assim como ao formalismo legal dos direitos sociais, como, por exemplo, greves e ampliação da cidadania política. Economicamente, a UDN se fincava no liberalismo ao defender um Estado menor e resistir às políticas de intervenção econômica. Ao mesmo tempo, politicamente, o partido negava o liberalismo ao menosprezar a participação popular e se apoiar no golpismo (tentar comandar o Estado sem legitimidade do voto popular). Em outras palavras, a UDN era liberal na economia e conservadora na política:

*As raízes históricas do liberalismo inspirador já continham toda a carga de ambiguidades e contradições [...] pré-democrático, inspirado nas concepções clássicas dos direitos naturais do homem, dos direitos da propriedade, do primado da razão, enfim, o liberalismo clássico (Idem. p. 192).*

Isso significa que as contradições na herança liberal da UDN dizem respeito ao próprio liberalismo brasileiro que desde o Império, sempre se aproximou e se distanciou dos ideais democráticos por (entre outras coisas):

*Manter a igualdade sem a democracia, o liberalismo fora da soberania popular [...] A liberdade perseguida se torna realidade não na partilha do poder entre os cidadãos autônomos, mas na segurança dos direitos individuais e políticos, garantidos pelas instituições (Faoro, 1975 Apud Benevides, 1981, p. 193).*

O liberalismo udenista permanece então caracterizado por um intenso elitismo, sendo a crença absoluta na *presciência das elites* um dos pontos mais centrais desse elitismo. Essa crença se fundamenta na ideia de que o povo jamais será politicamente responsável e que pode ser no máximo politicamente direcionado ou educado pelas elites políticas. Em outras palavras, o liberalismo anti-povo da UDN se traduzia na ideia de que os setores populares precisam ser guiados pelas elites do poder, uma vez que para esse tipo de liberalismo:

*O sistema representativo, não significava a vontade popular, mas o governo dos melhores, dos mais esclarecidos, dos mais virtuosos. Entre o país real e o país legal, só o segundo estaria apto a destilar a elite, o poder capaz de modernizar, civilizar e elevar o povo (Idem. p. 194).*

Nas práticas políticas da UDN, o liberalismo elitista explicitado e defendido pelo partido revela duas ações permanentes na trajetória udenista: O tratamento das reivindicações sociais – sobretudo as trabalhistas – como caos, anarquismo e desordem; e o desprezo solene pelo povo, pela massa, que se refletia nas constantes revoltas do partido em relação a suas derrotas nas urnas. Os udenistas consideravam suas derrotas eleitorais como resultado da ignorância do povo. A junção desses dois atos costumeiros da UDN acabou por constituir um argumento para defender a intervenção militar e reprimir o movimento operário, visto como subversivo. Constituiu também o golpismo do partido ao contestar inconformadamente os resultados das eleições:

*Como é sabido — e sobretudo, como foi assumido com orgulho pelo próprio partido — a UDN monopolizou as artes conspiratórias nos primeiros anos cinquenta. De maneira velada (contatos com militares, com a imprensa) ou pública (a defesa do "estado de exceção") a conspiração udenista justificava-se como a contrapartida eficaz para a frustração de um partido duas vezes derrotado nas urnas [...] (Benevides, 1981, p. 59).*

Os udenistas se consideravam os melhores e os mais capacitados para conduzir o país, achavam um absurdo perder as eleições:

*O liberalismo restrito (anti-povo) remete diretamente ao elitismo do partido, caracterizado em torno de dois pontos principais: a defesa da tese sobre a presciência das elites (e daí um passo certo para a contestação dos resultados eleitorais, com o rotineiro refrão "o povo não sabe votar", e o golpismo) e o sentido de excelência dos udenistas. O moralismo — marca registrada do partido, interna e externamente corresponde, por um lado, ao ascetismo tático no combate à corrupção (via indireta do ataque ao getulismo) e, por outro; ao compromisso com a moralização desejada pelas classes médias, que a UDN pretendia representar. Corresponde, igualmente,*

*à ótica udenista derivada de sua autoimagem da "pureza de princípios", inspiradora da ideia de que "o poder corrompe" (Idem. p. 110).*

Isso foi expresso na famosa e polêmica justificativa para o golpe civil-militar de um dos maiores expoentes da UDN, o jornalista e político Carlos Lacerda. Dono do Jornal Tribuna de Imprensa, Lacerda foi um dos mais fervorosos alcoses de Getúlio Vargas por seus discursos inflamados no congresso e nas mídias. A justificativa de Lacerda para a ditadura militar era que seria necessário defender o golpe, para evitar o *golpe por via eleitoral*. Ou seja, não conformado com o resultado das eleições, Lacerda defendia que os militares intervissem na democracia para que houvesse uma melhora do país através do fim do governo de Getúlio e sua herança. Em outras palavras, a democracia tinha que ser interrompida para que houvesse ordem na sociedade e depois o regime democrático desejado pelas elites identificadas com a UDN. Isso vai ao encontro da tradição do “autoritarismo instrumental” mencionada acima.

Para Lacerda, a permanência do getulismo, mesmo legitimado pelo voto popular, significava um golpe. Isso expressa à influência liberal elitista no posicionamento autoritário da UDN (Benevides, 1981; Dulci, 1986). A expressão “golpe por via eleitoral” se identifica com o pensamento da direita da época, era defendido ostensivamente pelos liberais udenistas; que justificava que, na falta da maioria, as Forças Armadas deveriam garantir a defesa e transformação do regime.

*Resta saber se o golpismo udenista é um deslize ou uma ruptura. Isto é, o golpismo faz parte da UDN ou é monstro gerado que a paternidade renega? É degenerescência da UDN ou já é outra coisa? O golpismo udenista não é deslize, não é ruptura. Está, [...] "no coração da própria ideologia", a que serve de suporte para os apelos aos militares, sempre decorrente da fé inabalável na "presciência das elites", na "imaturidade do povo" e na identificação de reivindicações sociais com anarquia (Benevides, 1981, p. 196).*

Dessa forma, fica clara a herança da crença liberal na necessidade de um regime autoritário transitório para a realização da democracia (o autoritarismo instrumental) e o desprezo pela participação popular. O golpismo da UDN era justificado em nome da “ordem”. A ênfase na ordem se deve principalmente ao fato de que parte significativa do partido era formada por bacharéis em Direito. Os bacharéis udenistas se valiam da defesa da ordem social estabelecida pelas elites e da defesa da democracia consolidada nesta ordem (Santos, 1978; Dulci, 1986) para admitir o golpismo contra a “subversão comunista”. Essa defesa da democracia na ordem serviu como argumento fundamental

para justificar o combate ao comunismo e a aliança com os militares. Os udenistas demonizavam o comunismo para assim tentar justificar o seu temor da ascensão das massas e a intervenção militar:

*A legitimação do golpismo reunia os udenistas e os militares em profícua comunhão na crença da "ilegitimidade do regime" e no temor da "ascensão das massas". Os udenistas reforçavam seu lado elitista-autoritário ("o povo não sabe votar") e os militares a sua crença nos mitos da segurança nacional, contra "as ameaças da luta de classes". O anticomunismo, enfim, estará na raiz que justifica o golpismo: o golpe é legítimo porque quer destruir um regime ilegítimo. Convém reafirmar, no entanto, que a preocupação com o legalismo (mesmo nos seus aspectos meramente formais) permanecia, presente, sobretudo para os militares, cujo valor fundamental sempre foi a defesa da ordem, e não a democracia (Idem. p. 203).*

Para os udenistas, a desordem descendia de um sistema ilegítimo por tolerar insurreições de grupos não compatíveis com os da ordem social desejada pelas elites. Eles associavam a desordem tanto ao comunismo quanto à política voltada às classes populares, inspirada por Getúlio e seus aliados. Embora defender a ordem e o golpe ao mesmo tempo pareça contraditório, ao entender que se trata da ordem social estabelecida e desejada pelas elites, o golpe passa se incluir nas aspirações de tal ordem. Assim, o golpe passou a ser legitimado e reunia militares e udenistas que comungavam do temor da ascensão das massas e da compreensão de que o regime em que viviam era ilegítimo.

O combate ao comunismo estava fincado no fundamento da justificativa ao golpismo: os udenistas apresentavam o golpe como legítimo devido à necessidade de destruir um regime tido como ilegítimo por tolerar manifestações populares e comunistas. Nesse sentido, aparentemente a preocupação com o legalismo (e com seus interesses políticos e de classe) foi superior à preocupação com a democracia, tendo em vista que o valor fundamental para os dois grupos (udenistas e militares) era a defesa da ordem social desejada pelas elites e não a defesa da democracia.

Essa ordem pautava e era pautada simultaneamente por um moralismo que marcou a história udenista. O moralismo da UDN era explícito principalmente nas constantes denúncias de corrupção administrativa e na caça aos escândalos sobre os adversários políticos. Para a UDN a sua autoimagem "acentuava qualidades morais inspiradas numa ética de "vergonha, decência e dignidade", pela qual "era uma honra ser udenista e ocupar esse glorioso pedaço de chão limpo da pátria, que é a UDN" (Idem. p. 206).

A prática política moralista da UDN consistia em transformar as denúncias de corrupção administrativa numa luta oposicionista, fazendo uma verdadeira caça aos escândalos com o intuito de difundir e dar sentido ao seu objetivo de acabar com o getulismo e sua herança. Assim como o legalismo udenista, o moralismo também recorria ao conservadorismo e reacionarismo, pois identificava nos valores morais dos líderes públicos a justificativa para o seu comportamento político. Os udenistas defendiam a ideia personalista e seletiva de que as formas de governo não adiantariam se a qualidade dos governantes fosse ruim.

As questões até aqui discutidas nos permitem perceber como o udenismo comporta uma série de práticas e ideologia que conferiram um lugar de centralidade para o moralismo na política brasileira baseado na “ênfase na probidade pessoal; o combate à corrupção administrativa, como tema de atuação parlamentar, e o elitismo, na ideia de que ‘o poder corrompe’” (Idem. p. 207). Dessa forma, o moralismo se manteve como o símbolo da UDN por mobilizar, em diferentes épocas, setores diversos da sociedade, dando ao partido uma face popular, um diálogo direto com as classes médias e com os bacharéis. Por isso, o moralismo não pode ser separado das considerações sobre o liberalismo, o elitismo e bacharelismo da UDN: este conjunto de características forma o perfil ideológico do partido e os efeitos de seu exercício no cotidiano da política possibilitaram a experiência conhecida como udenismo.

O moralismo udenista era, ao mesmo tempo, bandeira ideológica do partido e recurso de mobilização contra seus adversários políticos. E por ter o moralismo como bandeira ideológica, cabe aqui enfatizar mais uma vez que se tratava de um moralismo elitista, ou seja: comprometido com as classes mais abastadas da sociedade brasileira. A UDN não se negava como um partido de elite e para as elites, o que pode ser visto nas afirmações contidas no fragmento de uma entrevista com Arroba Martins, o ex-presidente da UDN paulista, concedida à Benevides:

*Os udenistas eram sinceramente liberais, mas o liberalismo era contraditório, pois desejavam uma democracia cada vez mais aperfeiçoada, mas nunca se conformavam com o resultado das urnas. Tinham a plena consciência que formavam a elite brasileira e viam que essa elite nunca conseguia chegar ao poder pelo voto. Então chegavam a conclusão: alguma coisa está errada. O eleitor está votando errado. E, para corrigir, precisamos de uma ação drástica; então vinha pregação dos golpes, para depor aqueles que tinham sido eleitos e não pertenciam a elite, e pôr a elite no lugar deles. E ver se, colocando a elite no lugar daqueles que haviam sido eleitos, esta elite preparava, de fato, o povo para votar ‘certo’. Ou seja, o golpe para corrigir aquilo que o povo havia feito errado. E implantar uma democracia que permitisse que o povo acertasse (Idem. p.254).*

O moralismo foi um elemento significativo para organização e identidade política da UDN desde a fundação até o fim do partido, promovendo modelos de ação na disputa política que marcaram o cenário das disputas nacionais. As denúncias de corrupção (que eram a maior expressão ou concretização das formas desse moralismo) alicerçavam os argumentos políticos da UDN. É relevante lembrar que, na década de 50, a UDN usou de tais denúncias junto a ataques pessoais e tentou por várias formas fazer com que Getúlio Vargas se afastasse da Presidência da República. Como não conseguia vencê-lo nas urnas, o partido entrou com pedidos de impeachment, renúncia e licença, justificando esses pedidos com base em argumentos que enfatizavam a probidade pessoal e denúncias de corrupção administrativa. Em 1954, a oposição já não se dirigia mais contra o governo e ao getulismo como nos anos anteriores, mas se voltava contra a pessoa do Presidente, contra Getúlio Vargas (Benevides, 1981; Dulci, 1986; Araújo, 1996).

A personificação do oposicionismo da UDN era nítida nos debates em torno do processo de impeachment que o partido encaminhou para a Câmara dos deputados. Os ataques pessoais à Getúlio Vargas continuaram intensos mesmo após a derrota do processo de impeachment. A aliança conspiratória entre políticos, jornalistas e militares, junto às crises do governo na época, culminaram com o suicídio de Getúlio Vargas, que ao invés de representar uma vitória da UDN, mostrou que a herança getulista era forte e venceu as eleições de 1955. Essa vitória do getulismo acirrou ainda mais o oposicionismo da UDN, que continuava com a ideia liberal elitista e autoritária de que o Brasil não era maduro para viver um real regime democrático e não sabia escolher seus representantes (Santos, 1978; Benevides, 1981; Dulci, 1986; D. Araújo, 1996).

O udenismo apresenta várias características interligadas, porém, visando os objetivos deste trabalho, fizemos uma escolha por explorar seu elemento central: o uso do moralismo travestido de discurso anticorrupção, como uma estratégia para desqualificar adversários políticos. Sabemos que a discussão contemporânea do problema da corrupção não foi criada pela UDN, sendo parte de um debate mundial. Porém, a forma como esse debate recente é vivido no Brasil se coaduna com essa tradição política. Assim, o moralismo udenista em forma de discurso de combate à corrupção é entendido neste trabalho como um ponto que une o passado e presente da política brasileira. Por isso, o próximo tópico trará uma discussão de uma perspectiva da

Ciência Política brasileira referente a como o problema da corrupção vem sendo concebido no Brasil contemporâneo e suas possíveis formas de controle.

## 1.2: O problema da corrupção no Brasil

Como vimos anteriormente, a UDN usava dos escândalos de corrupção contra seus opositores como recurso de mobilização política do partido e fez do moralismo político – do apontamento do que/quem era “bom” ou “mau” aos olhos das elites – sua bandeira ideológica. Nesse sentido, é importante ressaltar que os escândalos de corrupção criam um clima de desconfiança contra determinados políticos e setores da sociedade, mancham reputações e engendram disputas pela imposição de valores e virtudes (Grun, 2011).

Mais uma vez, a corrupção se tornou um tema central na agenda política brasileira e aparece como protagonista nas manifestações atuais contrárias ao governo. Por isso, entendemos como imprescindível mobilizar estudos referentes ao problema da corrupção no Brasil. É necessário refletir sobre a repercussão desse tema na opinião pública, também sobre o abismo que há entre a indignação com a corrupção e ações que possibilitam e garantem mudanças para efetivar o controle e melhor uso dos recursos públicos.

Para refletir sobre estas questões, usaremos os estudos de Leonardo Avritzer e Fernando Filgueiras, que demonstram como a abordagem da corrupção no âmbito do moralismo deslegitima a democracia no Brasil. Tais autores justificam que o moralismo na política não permite a produção de consensos em torno dos princípios e regras democráticas, bem como desloca o problema da corrupção da esfera política para a esfera do direito penal (Avritzer; Filgueiras, 2011, p.8). Além disso, o moralismo na política propicia um discurso fundamentado na antipolítica, tendo em vista que resulta, principalmente, no descontentamento do cidadão com as instituições democráticas e na indiferença perante a política (Ibidem).

Para Avritzer e Filgueiras (2011) a corrupção no Brasil produziu uma espécie de *histeria ética* alicerçada num clamor por mais moralização da sociedade e da política (Ibidem). Esse processo tem, na verdade, permitido uma naturalização da corrupção: o cidadão já não reconhece que há nas instituições democráticas a capacidade de controlar o problema. Essa naturalização é baseada na ideia de que “o Brasil não tem jeito”, tendo em vista que uma tradição forte do pensamento social brasileiro conferiu substratos à visão comum (de parte das elites e sociedade brasileira) de que a corrupção no país se deve à nossa herança ibérica. Por isso, mesmo nos dias atuais, grande parte da sociedade

brasileira ainda atribui à corrupção as heranças de nossa colonização, sobretudo ao patrimonialismo (Avritzer; Filgueiras, 2011; Souza, 2012).

Entender a corrupção como herança ibérica e patrimonialista, significa atribuir todos os problemas institucionais propiciados pela má gestão dos nossos recursos públicos ao Estado e à cultura política do Brasil. Dessa forma, há uma tendência de naturalização do conceito de corrupção, pois se o Estado brasileiro é considerado patrimonialista, uma vez que não distingue o patrimônio público do privado, ele é “o espaço natural dos vícios” e isso nunca vai mudar (Avritzer; Filgueiras, 2011, p. 8).

Abordar a corrupção como herança ibérica e patrimonialista acaba por engessar o senso crítico da sociedade em relação às instituições políticas, já que isso fundamenta a crença de que controlar a corrupção só será possível por via de uma revolução cultural e histórica no Brasil. Diferente disso, Avritzer e Filgueiras (2011) afirmam que é necessário compreender a corrupção como um fenômeno que afeta o Brasil democrático atual e, para isso, é preciso desnaturalizar esse fenômeno. Faz-se importante então saber que existe uma série de práticas e instituições ativas no Brasil com protagonismo central na persistência do problema da corrupção e isso não é natural.

A organização do sistema político, do Estado e das formas de controle sobre o sistema administrativo-estatal são, conforme os autores, as dimensões fundamentais da manutenção do problema da corrupção. Esperar pela ruptura cultural e institucional com o nosso passado (como sugere a forma como a sociedade encara a corrupção) não é a melhor forma para tentar pensar e solucionar esse problema no Brasil. Os estudiosos argumentam que a naturalização da prática de corrupção cria um tipo de abordagem que apresenta problemas para um controle democrático efetivo, tendo em vista que:

*Se a corrupção for algo natural ao caráter do brasileiro, esse clamor moral promove um estado de paralisia, uma vez que a consequência desse tipo de leitura é não refletir a respeito da mudança. O moralismo contribui à deslegitimação da própria democracia no Brasil, ao não permitir a produção de consensos em torno de princípios e regras institucionais da política (Idem, 2011, p. 8).*

Ao considerar o que foi posto, é possível observar que o trato do problema da corrupção por um viés moralista acaba deslocando esse problema da ordem política e o restringindo à ordem jurídica – mais especificamente para o âmbito penal. Este deslocamento se dá pela crença de que nas leis há capacidade de controle sobre as práticas do homem público. Isso se comprova em dados que mostram que 66% dos brasileiros concordam que para reduzir a corrupção são necessárias novas leis, com

penas maiores e mais duras (Idem. p. 10). Dessa forma, cria-se gradativamente uma lógica de criminalização da ação política, colocando o problema das instituições democráticas no âmbito do direito penal. A consequência disso é que se retira das instituições democráticas sua capacidade de resolver seus próprios problemas e se transfere para o direito o controle das improbidades do homem público.

O deslocamento do problema da corrupção para o âmbito penal indica uma contradição que ocorre no pensamento do brasileiro. Pois, ao mesmo tempo em que dados de pesquisas mostram que 66% dos brasileiros acreditam que o remédio para corrupção são leis e penas mais duras, também mostram que 22% desses mesmos brasileiros entendem que se passarem necessidade e um político lhe oferecer algo que lhes beneficie em troca de voto, não é errado aceitar. Isso é contraditório por promover certa tolerância à corrupção na cultura política do Brasil (Idem. p.9). Assim o moralismo das elites e a transição da política para o direito penal são improdutivos para um controle efetivo da corrupção.

Ao discorrer sobre os conceitos de corrupção discutidos na literatura das Ciências Sociais, Avritzer e Filgueiras (2011) percebem que essa discussão não pode ser reduzida apenas aos aspectos econômicos da corrupção. Considerando isto, a corrupção deve ser analisada como um fenômeno político, não apenas funcional ou econômico. E é por ser um fenômeno político, que o conceito de corrupção é flexível e plástico, uma vez que depende dos diversos contextos sociais, valores e normas em torno da dinâmica da comunicação pública. Por isso, o conceito de corrupção está relacionado à disputa referente às interpretações de regras e princípios que fundamentam a vida pública e, conseqüentemente, tal disputa aponta o que é e o que não é corrupção. Essa disputa ocorre em diversos campos: campo jurídico, campo da representação política, campo do mercado e campo da mídia, “esses campos absorvem perspectivas sociais, culturais, políticas e econômicas para o entendimento das regras e dos princípios e promovem uma compreensão da corrupção conforme essa disputa por valores” (Idem. p. 12).

A disputa das interpretações das regras e princípios que fundamentam a vida pública se dá em volta dos significados e sentidos da ação política, também em torno do modo a qual é possível enquadrar diferentes casos como corrupção. Considerando isto, o conceito de corrupção denota uma diversidade de sentidos e formas de ação política. Pois o critério para definir quando a ação é corrupta ou não, depende da ilegitimidade dessa ação perante as normas e valores presentes em uma determinada concepção de *interesse público*. Isso significa que práticas como extorsão, nepotismo, clientelismo,

mau uso dos recursos públicos, subornos e coisas afins, são corrupção quando são consideradas ações ilegítimas e que se contrapõem ao interesse público:

*A introdução da categoria “público” permite, dessa forma, uma abordagem mais abrangente em relação aos diferentes problemas que configuram a prática da corrupção nas sociedades democráticas. Em primeiro lugar, porque estabelece uma tensão entre o conceito de corrupção e os valores políticos fundamentais de uma ordem democrática. Em segundo lugar, porque permite transcender a ideia, por si restrita, de que a corrupção esteja referida apenas ao uso indevido de dinheiro público ou ao suborno. Em terceiro lugar, porque assume que o efeito da corrupção esteja não apenas no aspecto gerencial do Estado, mas no problema da legitimação da ordem democrática como um todo. Em quarto lugar, porque permite absorver a ideia de que o controle da corrupção envolve uma concepção mais ampla, assentada em uma concepção aberta de cidadania e de accountability. Em quinto lugar, porque permite perceber que o enfrentamento da corrupção não envolve apenas o ajuste das instituições a sistemas de incentivo, mas compromissos de sociedades inteiras, tendo em vista aspectos que são sociais, econômicos, culturais e políticos. (Idem, p. 13).*

Nesse sentido, o “interesse público” é entendido como uma chave que possibilita a discussão sobre o controle da corrupção de forma mais abrangente, principalmente de encarar esse controle como um problema político de primeira ordem. Pensar a dinâmica do controle no âmbito da esfera pública é fundamental e para isso Avritzer e Filgueiras discutem o conceito de esfera pública elaborado por Jürgen Habermas (2002). A contribuição fundamental de Habermas sobre o conceito de esfera pública para a teoria democrática contemporânea é de que a esfera pública e o Estado devem ser compreendidos como duas dimensões separadas. Vendo desta forma, é possível não vincular o exercício do poder a discussões sobre as decisões tomadas por autoridades políticas. Nesse sentido, a ideia de controle democrático demanda uma dimensão pública: “ela envolve a ideia dos aspectos propriamente institucionais da política, que tornem possível um ideal contestatório por parte da cidadania” (Avritzer; Filgueiras. p. 15). Assim como uma dimensão autoral: “trata-se do processo de escolhas públicas realizado pelos cidadãos em uma condição de liberdade política, tendo em vista uma ideia forte de participação popular” (Ibidem). Juntas estas dimensões constituem as ideias de participação democrática e República

Dessa forma, o controle democrático da corrupção deve se amparar em uma concepção “tridimensional e integrada” que concorda com um ideal político de interesse público:

*Se o problema do controle da corrupção é associar um ideal político de interesse público, propomos uma tipologia assentada nos seguintes tipos: i) controle administrativo-burocrático; ii) controle judicial; e iii) controle público não estatal. Nas ordens democráticas, o controle da corrupção deve ser exercido na integração dessas três dinâmicas, conforme uma concepção mais ampla de accountability<sup>1</sup>. A não integração dessas três formas de controle da corrupção desencadeia/proporciona um processo crescente de deslegitimação política. (Idem. p. 16).*

Esses três tipos de controle democrático da corrupção precisam funcionar na sociedade de forma integrada. Dessa forma, o controle administrativo-burocrático da corrupção se exerce por meio de uma lógica de vigilância, o que demanda criações de mais burocracias para o controle da burocracia. Uma das consequências da corrupção nos Estados atuais é o crescimento dos órgãos especializados de controle, isso cria um processo de vigilância que permanece e acaba interferindo na eficiência da administração pública. É necessário que o controle administrativo-burocrático da corrupção equilibre o respeito ao interesse público com a eficiência da gestão pública.

Já o controle judicial da corrupção sobrepõe-se ao controle administrativo-burocrático, ambos se baseiam em disputas pela interpretação da legalidade, sendo o primeiro no campo do direito jurídico e o segundo no direito administrativo. O controle judicial é exercido exclusivamente pelo poder judiciário ante aos demais poderes de um Estado de direito. As disputas nessa dimensão e controle se dão pela melhor interpretação do direito. A lógica de vigilância jurídica tira da política a capacidade de controlar suas próprias delinquências, deslocando para o judiciário a função de controle da ação dos homens públicos. Assim, o controle judicial da corrupção supõe a existência de uma legalidade capaz de definir o que é ou o que não é corrupção, de acordo com processos no âmbito dos tribunais.

Tanto o controle administrativo-burocrático, quanto o controle judicial da corrupção possuem caráter público que se define na legalidade posta pelo Estado de Direito. Ambas as formas de controle têm base em um conceito formal de “interesse público”, que o compreende como soberano e indisponível por constituir um princípio dos ordenamentos jurídicos modernos (Idem. p. 19). Compreendido assim, o conceito de interesse público torna-se extremamente abstrato e dependente da interpretação aferida pelos operadores do direito, sobretudo, dos magistrados que agem conforme os

---

<sup>1</sup> Estes atores usam o conceito de *Accountability* vertical em conformidade com Guillermo O’Donnell (1998), que entende que o governo deve ser responsável e responsivo perante a sociedade. O conceito de *accountability* não se vincula as instituições estatais e precisa ser pensado a partir de mudanças que o deixe cada vez mais público. Ao usar este conceito os autores se referem ao controle da corrupção a partir do aprimoramento da democracia, da ideia de controle público não estatal pela ação política do cidadão.

critérios do campo jurídico e transpõem suas interpretações como verdade intrínseca à vida pública. Estas duas formas de controle da corrupção são realizadas pelo Estado e por grupos de profissionais e seu caráter público corresponde a sua concordância com a ordem legal vigente.

Diferente dos dois tipos de controle da corrupção discutidos acima há o controle público não estatal. Esse controle sai da esfera das instituições do Estado e é efetuado pela sociedade, sobretudo, a sociedade civil organizada. A ideia de um controle público não estatal da corrupção se funda na crença de “um processo de democratização que absorva as dimensões participativas, de debate público e editorial inerente a uma democracia” (Idem. p. 20). Este tipo de controle é *o exercício apropriado da publicidade* e confere ao cidadão comum a capacidade de controlar a ação dos homens públicos, baseando-se nos princípios e valores morais da democracia. O controle público não-estatal da corrupção se finca no interesse público (que passa a ter um sentido menos abstrato nesse tipo de controle, sendo desvinculado das instituições do Estado) e se alicerça nos processos de deliberações e discussões que acontecem na esfera pública.

Assim, o controle público não estatal da corrupção pode se dar por duas formas: a partir de um princípio abstrato de razão pública introjetado nas instituições políticas; ou a partir da criação de um forte aglomerado de mecanismos não vinculados ao Estado (por meio de movimentos sociais, associações civis e demais formas públicas de controle). Dessa forma há a ampliação da participação da sociedade civil no controle da administração pública, uma vez que no âmbito do controle público não estatal da corrupção, a publicidade está colocada como um princípio constitutivo da moralidade administrativa:

*O exercício do controle público não estatal demanda uma estrutura de direitos assentada, precipuamente, na personalidade política do cidadão, tendo em vista liberdades políticas fundamentais, tais como: liberdade de imprensa, liberdade de opinião, direito de votar e de ser votado e liberdade de associação. O controle público não estatal deve ser exercido institucionalmente (Idem. p. 20).*

Há a necessidade de avanços na geração de oportunidades para expandir a participação da sociedade civil no monitoramento, planejamento e avaliação das ações públicas. Pois essa ideia de controle público não-estatal da corrupção está ancorada numa noção ampla de legitimidade democrática, onde os processos participativos são essenciais para a construção da noção de “público”. Nesse sentido, “interesse público”

carrega uma força normativa provinda dos processos deliberados nas esferas públicas das ordens democráticas.

“Interesse público” no âmbito do controle não estatal da corrupção não é compreendido como um conceito formal que corresponde à dimensão de uma legalidade posta pelo Estado, é compreendido como um conceito fincado na noção de que o cidadão comum tem algo a dizer sobre a política, a sociedade e o Estado. Dessa forma, nesse tipo de controle, o interesse público está voltado para a vontade política apresentada pela sociedade respeitando os direitos e as garantias da ordem democrática. O controle público não estatal da corrupção visa os processos deliberativos como essenciais para que a forma de compreender a corrupção não se limite a *histeria ética* provocada pelos escândalos políticos, como ocorrem nas democracias contemporâneas. Visa contribuir para que a sociedade possa ver nas instituições democráticas possibilidades de controlar as ações dos gestores públicos.

Diante desta discussão, vemos que o controle da corrupção pode ser feito de três formas: administrativa-burocrática (exercida por agências especializadas, tendo a legalidade como fundamento normativo, praticada via sanções administrativas e tendo por consequência a regulação do problema); controle judicial (exercido nos tribunais, tendo como fundamento normativo a legalidade, praticado via interpretações canônica da legalidade e tendo por consequência a criminalização do problema), e o controle público não estatal (exercido pela sociedade civil e representação funcional, tendo a participação como fundamento normativo, praticado via exercício da liberdade política, tendo como consequência a publicidade do problema) (Idem. p. 21). No Brasil existe uma disjunção entre estas três formas de controle da corrupção, pois elas são fortes em países desenvolvidos, mas não tão fortes nos países em desenvolvimento:

*No caso do Brasil, os principais mecanismos de controle são: a Controladoria-Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU), as operações da Polícia Federal (PF) e os julgamentos da corrupção pelo Poder Judiciário. Cada um dos momentos importantes de exposição da corrupção pelo sistema político gerou um momento posterior de reorganização do controle. Assim, a Lei Orgânica do TCU é quase simultânea ao impeachment do ex-presidente Collor e a Lei no 8.666, que regulamenta o processo de licitações na Administração Pública, foi promulgada em junho de 1993, como resultado do escândalo do orçamento. As duas leis, simultaneamente, estabeleceram forte arcabouço jurídico para o controle administrativo-burocrático que, entre outras medidas, inclui: obrigatoriedade das licitações, suspensão de atividades administrativas do governo federal pelo TCU, termos de ajustamento de conduta, demissões de funcionários públicos, entre outras medidas. No entanto, quando analisamos, à luz dos seus 15 anos de atividades, o exercício do controle administrativo-*

*burocrático por aquelas agências, percebemos uma contradição principal: de um lado, aumentou enormemente o exercício do controle burocrático, especialmente desde 1993. A presença das instituições de controle é generalizada nos órgãos da administração direta. De outro lado, poucas foram as condenações de atos ilícitos relacionados à corrupção por parte do Judiciário e forte é a presença do debate sobre a persistência dela na imprensa. Assim, temos uma equação relativa ao controle da corrupção que pode ser enunciada nos seguintes termos: o controle aumenta, a punição permanece baixa e os casos de corrupção continuam existindo e pautando negativamente a opinião pública (Idem. p. 22).*

Essa ilustração mostra que o exercício do controle administrativo-burocrático junto ao controle judicial da corrupção no Brasil, têm afetado apenas a eficiência e capacidade operacional do Estado. Desde o início da nossa atual experiência democrática, em 1988, o tema corrupção permanece na pauta da opinião pública brasileira, sendo um ponto comum em relação à eficiência e capacidade do Estado para garantir o desenvolvimento político, social e econômico. Porém, é importante salientar que o autoritarismo do regime militar aumentou os problemas históricos da administração pública brasileira devido ao descontrole financeiro, à falta de responsabilidades dos governantes diante da sociedade, a politização indevida da burocracia, a fragmentação em excesso das empresas públicas e a perda do foco na atuação governamental. Tendo esclarecido isso, é possível perceber que, ao contrário do que pensa o senso comum, o problema da corrupção não nasce com a redemocratização. (Idem. p. 23).

No entanto, a corrupção é concebida por parte da sociedade como uma prática corriqueira na democracia brasileira, mas não durante o regime militar. Porém em um Regime autoritário não há espaço para discutir questões como estas, por isso cria-se a ideia presente no senso comum de que a corrupção surgiu com a redemocratização e que durante o regime militar ela não existia. Com a redemocratização, houve uma preocupação em relação à máquina administrativa do Estado que culminou em reformas para modernizá-la, entretanto, isso produziu ao mesmo tempo uma expansão dos meios burocráticos de controle da corrupção e a permanência de escândalos políticos no espectro dos três poderes.

Na tentativa de alterar a máquina administrativa do Estado para possibilitar seu desenvolvimento e o controle da corrupção, entre os anos de 1990 e 2009 houve 51 leis aprovadas no Congresso Nacional e sancionadas pelos presidentes desta época: “33 delas [...] referem-se ao controle administrativo-burocrático, enquanto 14 [...] referem-se ao controle judicial, em especial na esfera criminal, e 4 [...] referem-se ao controle

público não estatal” (Idem. p. 25). Com isso é perceptível que, desde 1988, a legislação de controle da corrupção se concentra essencialmente na produção de mecanismos burocráticos, o que tem resultado no aumento da vigilância sobre os homens públicos, também no aumento das agências especializadas de controle. Há uma burocratização excessiva do controle da corrupção e a consequência disso não tem sido o fim da corrupção, mas sim barreiras para colaboração entre as instituições, lentidão nos processos administrativos, maiores conflitos entre os órgãos estatais, entre outras coisas.

Desde 1988 que o desenvolvimento político, econômico e social do Estado brasileiro e o combate à corrupção no país vêm se ancorando no aprimoramento da máquina administrativa. Porém, ao contrário das expectativas em relação a isso, as reformas administrativas realizadas junto ao fortalecimento dos procedimentos burocráticos de controle da corrupção, têm resultado numa burocratização excessiva e na recorrência da corrupção na opinião pública. Diante do exposto, Avritzer e Filgueiras apresentam outro ponto que ganhou protagonismo em relação ao combate à corrupção no Brasil: a ação do Judiciário brasileiro e a “judicialização da política”. Pois, paralelo ao aprimoramento da máquina administrativa do Estado, surgiu a atuação proativa do Judiciário na vida pública brasileira.

É importante discutir essa atuação do Judiciário brasileiro em relação ao controle da corrupção, uma vez que ela tem sido pautada como representante funcional da sociedade civil. Contudo, sua estratégia interna de lidar com os casos de corrupção saiu do âmbito cível em direção ao âmbito criminal. A causa disso é a ação conjunta do Judiciário no Brasil com o Ministério Público. Dessa forma, o processo de judicialização da política no país provém de uma atuação incisiva tanto no Judiciário como no Ministério Público, que mesmo sendo uma instituição autônoma e vinculada ao Poder Executivo, integra o sistema de justiça. A atuação do Ministério Público vem se dando no sentido de criminalizar a corrupção, se pautando na ideia de crime organizado. Essa instituição entende a estratégia de controle cível como ineficiente e por isso se desloca da esfera cível para a criminal. Isso faz com que o controle da corrupção seja submetido à linguagem do direito penal, associada à Polícia Federal (Idem, p.25).

Assim, o Ministério Público “foi o responsável por introduzir a tese da criminalização da corrupção no Brasil, vinculando-a ao problema do crime organizado” (Idem. p. 26). No Judiciário, essa tese também tem sido considerada, devido ao reconhecimento da baixa efetividade da ação civil pública e também porque dos onze

Ministros do Supremo Tribunal Federal, cinco vieram de procuradorias ou Ministério Público. É válido também ressaltar que os processos de julgamento dos casos de corrupção política se dão em instância superior por conta do foro privilegiado que não entende a justiça comum como capaz de julgar políticos.

Dessa forma, como já dito antes, o trato do controle da corrupção no âmbito do direito penal (a criminalização da corrupção), é uma estratégia equivocada de combate. Uma vez que o primeiro motivo que comprava isso, é o fato de que se criminaliza um número significativo de atitudes sem diferenciar e punir as mais graves; e isso ocorre por causa de um processo penal ultrapassado que impede a sanção, facilitando apelações ilimitadas e favorecendo as prescrições dos crimes. Há também o fato de que ao se tratar de esfera criminal, existe a dificuldade em produzir provas, principalmente quando o crime tem ligações internacionais (o que acontece muito no país), pois nesse caso há a necessidade de contar com a colaboração jurídica entre diferentes países. No âmbito criminal, o controle da corrupção passa de um controle burocrático para um controle judicial.

A criminalização da corrupção acaba por contribuir para o empoderamento do Judiciário, transferindo a representação política do âmbito parlamentar para o sistema de Justiça. Por isso a percepção dos brasileiros de que o Poder Judiciário é uma instituição mais confiável e menos corrompida que as outras instituições e Poderes. Porém, o Judiciário tem mostrado ineficiência ante ao trato do controle da corrupção, sobretudo, no que se refere a crimes que envolvem foro privilegiado. O que pode ser visto no desequilíbrio da relação entre a grande e sucessiva quantidade de casos de corrupção na vida pública do país e os baixos índices de condenações criminais. Isso gera na sociedade uma sensação de impunidade para os crimes de corrupção e a compreensão da corrupção como uma forma de injustiça política. O alto número de impunidade nos casos de corrupção no Brasil causa na opinião pública uma forma distorcida de perceber o problema da corrupção. Podemos perceber isso pelos dados dos trabalhos de Avritzer e Filgueiras sobre a percepção do brasileiro em relação à corrupção: “65% concordam que se as leis que existem fossem cumpridas e não existisse a impunidade, a corrupção diminuiria. A partir disso, 66% concordam que o controle da corrupção exige leis novas, com penas mais duras e maiores” (Idem. p. 27).

Esses dados mostram que a criminalização da corrupção acaba por estabelecer uma contradição na cidadania, pois o brasileiro quer leis mais duras, apontando para uma espécie de “cultura penal” que expande as instituições de vigilância. Das três

dimensões do controle da corrupção no Brasil, há a ampliação desmedida do controle administrativo-burocrático, que não é associada ao controle público não-estatal e à sanção legal. Essa disjunção resulta na impossibilidade do controle público do problema da corrupção, o que resulta na permanência da política moralista dos escândalos e na produção legislativa fundamentada na ampliação da burocratização do Estado e no endurecimento de penas. Porém, nada disso tem resultado na diminuição da corrupção. Por isso Avritzer e Filgueiras defendem que um sistema político que torna o controle da corrupção pela sociedade civil algo pouco possível, não consegue produzir um “sentimento de obrigação moral”. Pois, mesmo com a histeria moralista da elite política, da presença cada vez mais abrangente das agências especializadas e da criminalização da ordem política, a corrupção permanece:

*Como resultante desse processo, reforça-se o atavismo da cultura política brasileira, que não vê na política um processo de procura pelo bem comum, mas de manutenção do privatismo e do sistema de apropriação indevida do bem comum. Afinal, atribui-se ao brasileiro um natural caráter corrompido, porquanto queira ele levar vantagem em tudo. Ademais, não se caminha naquilo que é essencial que é a compatibilização entre controle da corrupção e aumento da eficiência do setor público (Idem. p. 29).*

É fundamental então que os tipos de controle da corrupção tenham um caráter público e que sejam relacionados ao interesse do cidadão. Para isso a participação do cidadão no controle da coisa pública é essencial e os resultados das ações dos homens públicos devem ser focados nos valores públicos. Assim temos uma concepção normativa de interesse público que reforça a ideia de que o controle da corrupção precisa de um compromisso democrático exercido pela sociedade, sem isso não se pode avançar diante das questões de controle da delinquência dos agentes públicos do Brasil. Ao considerar isto, Avritzer e Filgueiras compreendem que reforçar o controle público não-estatal significa a tentativa de superação das heranças da cultura política brasileira e assegura mais eficiência na gestão pública e nas políticas públicas do Estado. O controle democrático da corrupção visa um compromisso com o desenvolvimento social, político e econômico e não apenas um aprimoramento da máquina administrativa. Visa permitir ao cidadão participar e controlar as decisões coletivas, fazendo com que a corrupção deixe de ser uma “patologia incontrolável da política, do mercado e da sociedade” (Idem. p. 31).

Diante do que foi discutido, é importante perceber que as disjunções das formas de controle da corrupção são o motivo que explica a permanência da corrupção no

Brasil, mesmo diante das mudanças causadas na máquina pública desde 1988. Já que apesar destas mudanças, pontos tradicionais da política brasileira continuam até os dias atuais (Filgueiras, 2013). Embora haja avanços em relação às condições de governabilidade na democracia do país, não se evoluiu muito em relação às condições de governança. Uma vez que a estrutura política do presidencialismo de coalizão no Brasil permite que o governo alcance maioria no Congresso Nacional e isso tem sido feito com o uso de recursos públicos para garantir apoio e distribuição de cargos nos ministérios. Dessa forma há um favorecimento para os casos de corrupção e a ampliação da lista de escândalos políticos (Ibidem).

O sistema político brasileiro, ao combinar a ampliação da representação política com um esquema de cooptação de interesses no processo de transição para o sistema democrático, faz com que a corrupção permaneça. Criou-se no Brasil um paradoxo entre sustentar a governabilidade pela maioria e a troca da presença de interesses privados no âmbito burocrático do Estado (Ibidem). A existência dos interesses privados na burocracia prejudica o processo de instauração das políticas públicas devido à uma organização da corrupção para manter as máquinas partidárias. Com isso, a corrupção expressa uma grandeza, considerando que alcança o governo, congresso, judiciário, políticos, burocratas e agentes privados. Junto a isso, com a ampliação do controle público administrativo e judicial da corrupção, esse problema se tornou mais perceptível por conta da forte cobertura midiática que pauta a opinião pública sobre ele (Ibidem).

Se colocada na forma de um juízo moral, a corrupção ganha força quando expressa no discurso público, pois seu conceito é flexível e plástico e depende dos diversos contextos sociais, valores e normas em torno da dinâmica da comunicação pública. O juízo moral presente no discurso sobre a corrupção pede por um processo de justificação que se alimenta nas normas e valores. Tais valores são constituídos por princípios de justiça que norteiam o processo de justificação do discurso e do julgamento (Ibidem). O juízo moral visa à correção das instituições ao mesmo tempo em que visa à correção das práticas sociais. A corrupção é uma forma de injustiça política que ocorre na ordem institucional e nas práticas sociais, por isso tem relação conceitual com o problema da desigualdade e se reflete no mau funcionamento das instituições democráticas, também no comportamento dos agentes.

Em relação ao funcionamento das instituições, a corrupção flagela o valor da igualdade diante da lei, provocando formas de exclusão da política, tendo em vista que um dos efeitos da corrupção na democracia é excluir o cidadão dos processos de tomada

de decisão devido à interesses privados. Isso causa uma percepção da corrupção relacionada com uma percepção de injustiças que acontecem por conta da má eficiência do governo para prover bens e serviços. Com isso, há o crescimento da crítica popular em relação aos políticos, acompanhada de um moralismo, que, quando extremado, pode servir de estratégia para derrubar governos e até mesmo suprimir a democracia (Ibidem).

Como pudemos ver no tópico anterior a respeito do udenismo, há exemplos na história para mostrar como esse moralismo político pode ser nocivo à democracia. O regime militar brasileiro se ancorou na “pretensão” de combater o comunismo e a corrupção, mas o resultado disso foi à constituição de um regime autoritário de exceção, fundamentado na violência política e na exclusão. Pensando no Brasil atual, Filgueiras (2013) aponta que o discurso contra corrupção vem resgatando um discurso nacionalista, diferenciando heróis e vilões, honestos e desonestos. Ao considerar isso, podemos dizer que há presente na sociedade atual uma espécie de neoudenismo. Como vimos, o udenismo se apresenta na forma de um discurso que igualmente naturaliza a corrupção e criminaliza a atividade política. O risco que sua perspectiva produz é um esvaziamento do sentido da democracia e que o discurso contra a corrupção se transforme, mais uma vez, no discurso que justificará uma nova ruptura da democracia.

Com o exposto, as discussões apresentadas aqui nos permitem pensar em como a organização das instituições burocráticas do Brasil, somada à repercussão dos escândalos de corrupção, enfraquece, neutraliza, desinforma e despolitiza a opinião pública brasileira. Além disso, é possível refletir sobre como esse processo tira o foco da possibilidade e importância da participação popular na vida pública, gerando uma indignação e sensação de impotência diante dos escândalos e da certeza de impunidade.

A propagação de escândalos de corrupção possibilita a interferência na opinião pública, trazendo desconfiança para alguns setores políticos e sociais (Grun, 2011). O moralismo despolitiza os debates políticos, neutraliza a ação dos indivíduos e deslegitima instituições democráticas. Além disso, serve como uma estratégia política poderosa, interferindo na opinião pública como maneira de intervir na organização do poder. Estas questões serão essenciais para refletir sobre o objeto desta dissertação. A forma moralista como atualmente se discute o problema da corrupção no Brasil não é um caso sem precedentes e não se interessa, de fato, pela corrupção como um problema a ser resolvido, mas como um problema a ser propagado, já que historicamente a

propagação do discurso anticorrupção no Brasil tem sido útil para desestabilizar governos.

Para prosseguir com nossas análises, o capítulo seguinte continuará tratando da relação entre a política brasileira, moralismo e o discurso anticorrupção. Porém, isto será feito numa perspectiva mais ligada à tradição sociológica, que nos permitirá compreender de modo mais detalhado, e enquanto um processo e sua lógica de interação, o uso do moralismo como mecanismo de disputa política. Assim, o próximo capítulo fará uma análise sociológica do moralismo na política brasileira que, unida a esta contextualização realizada aqui, nos permitirá refletir sobre o discurso anticorrupção atual.

## **CAPÍTULO 2**

### **Moralismo na Política Brasileira: a perspectiva sociológica**

Na tentativa de uma contextualização histórica do lugar do moralismo na política brasileira, o capítulo anterior fez uso de uma perceptiva teórica da Ciência Política, analisando momentos em que o processo de moralização da política se apresentou com protagonismo significativo no nosso cenário político. Compreender o udenismo e suas questões intrínsecas – sobretudo o discurso de combate à corrupção, sua principal expressão – nos possibilitou perceber como o moralismo, enquanto um processo que busca modificar a balança de poder é capaz de desmobilizar ou de manter a força política de certos grupos. Essa perspectiva teórica trouxe ferramentas que permitem a compreensão das origens e permanência do moralismo no debate político brasileiro. Tais Ferramentas serão imprescindíveis para análise dos discursos coletados durante esta pesquisa, e discutidos nos capítulos posteriores.

Diante do exposto, o presente capítulo pretende acrescentar a essa forma mais estabelecida de analisar o problema do moralismo, o viés da ciência política, um olhar sociológico. A interpretação sociológica aqui proposta concorda com a perspectiva da Ciência Política na medida em que esta aponta os processos de moralização da política como propulsores de um discurso calcado na antipolítica. Porém, diferente dessa perspectiva que acredita que os debates políticos não devem ser pensados na dimensão do moralismo, a análise sociológica trata a moralização da política como um conjunto de ações que envolvem regras, controle, consenso e conflito. Segundo essa perspectiva, o moralismo pode ser um elemento fundamental para compreender a organização, os valores e as práticas sociais no cotidiano das instituições e na constituição da vida política (Brito, 2014).

Assim, propomos aqui uma análise do moralismo sob o viés de uma sociologia bourdieusiana, adequada para explicar os processos que transformam debates políticos em discursos de valores e virtudes que correspondem a interesses específicos e são capazes de interferir na dinâmica do campo do poder e seus subcampos. Tal análise é essencial para compor o conjunto de ferramentas que permite uma reflexão sobre os discursos de valores e virtudes manifestos nas entrevistas realizadas para esta pesquisa. A partir destas questões, além de uma discussão sobre a Sociologia dos Campos de Bourdieu (1983; 1992; 2001; 2003; 2007; 2011), também serão consideradas neste capítulo algumas colaborações de Grun (2011) para a Sociologia dos Escândalos, que

analisa como, diante da guerra cultural provocada nas disputas pelo poder e por capital cultural, o escândalo aparece como uma estratégia dos grupos em oposição para modificar suas posições no campo do poder.

Serão analisadas também as contribuições de Souza (2011; 2012), que argumenta que o discurso moral expresso no debate político converge para a naturalização das desigualdades no Brasil. Por fim, para compreender o processo de construção de um discurso que tem atraído diferentes grupos de diferentes camadas sociais, como o discurso anticorrupção. Também para refletir sobre a dinâmica entre ideias e práticas, faremos uso do trabalho de Anderson (2008), que mesmo voltado a estudar o nacionalismo por um viés cultural, nos possibilita, numa dimensão micro, um entendimento do processo de criação de mitos e valores capazes de organizar pessoas. O conjunto destas discussões somadas às reflexões do capítulo anterior compõe o arcabouço teórico analítico do objeto de pesquisa desta dissertação.

## **2.1 O Campo do Poder e o Campo da Política: Sociologia de Bourdieu**

Para compreender o moralismo como uma estratégia capaz de interferir no campo do poder, se faz necessário um esclarecimento sobre a teoria dos campos de Bourdieu e suas questões intrínsecas. Assim, este tópico tratará do conceito bourdieusiano de campo, sobretudo nas discussões em torno do campo do poder e da política. Bourdieu (1983) entende as relações de poder, claras ou opacas, conscientes ou não, como inerentes a todas as relações humanas e a todos os campos que constituem o espaço social. Para o autor, os campos são plurais e constituem os mundos possíveis no meio social em que vivemos. Pode-se compreender um campo como um espaço estruturado de posições em que seus agentes concorrem por troféus específicos, a partir de regras específicas (Bourdieu, 2003).

A teoria dos campos bourdieusiana nos mostra que os campos têm suas próprias hierarquias, princípios e regras e são definidos pelas tensões e conflitos que os delimitam. Os campos são construídos por uma série de relações ou de oposições entre atores sociais que os compõe, e são caracterizados por espaços sociais, em certa medida restritos, que comportam ações coletivas e individuais seguindo alguma normatização específica criada e transformada de forma constante por estas ações. Há semelhanças entre as estruturas dos diferentes campos, como por exemplo, a luta pelo poder entre

seus agentes expressa nas disputas por legitimidade, domínio, autoridade e autenticidade no campo (Bourdieu, 1983).

Diferentes campos se relacionam e com isso criam espaços sociais mais amplos que sofrem influência e influenciam ao mesmo tempo (Bourdieu, 2003). De acordo com o exposto, um campo pode ser compreendido como um espaço social que tem múltiplas dimensões de relações sociais entre agentes que compartilham interesses comuns. Estes agentes disputam posições específicas, embora não tenham as mesmas competências e recursos. Dessa forma, o campo pode ser concebido como um espaço das práticas, de disputa entre dominantes e dominados, já que quem tem mais recursos e mais competências consegue posições superiores a quem não tem (Bourdieu, 1983).

Há nos campos uma disputa entre os agentes que têm um maior acúmulo de poder, ou capital, para interferir na dinâmica do campo; ou seja, para definir e redefinir quais as regras, as hierarquias, os prêmios e limites de cada campo. Os agentes dominantes buscam estratégias que possam conservar ou tornar superiores suas posições de interesse, enquanto os agentes dominados buscam abandonar e também tornar superiores suas posições, geralmente, fazendo uso de estratégias de subversão (Bourdieu, 1983). Assim, é possível afirmar que a estrutura de um campo é um estado de relação de forças entre agentes engajados na concorrência pelo poder. Para um esclarecimento mais amplo, Bourdieu compara um campo a um jogo:

*Efetivamente, podemos comparar o campo a um jogo (embora, ao contrário de um jogo, ele não seja o produto de uma criação deliberada e obedeça a regras, ou melhor, a regularidades que não são explicitadas e codificadas). Temos assim móveis de disputa que são, no essencial, produtos da competição entre jogadores; um investimento no jogo, illusio (de ludus, jogo): os jogadores se deixam levar pelo jogo, eles se opõem apenas, às vezes ferozmente, porque têm em comum dedicar ao jogo, e ao que está em jogo, uma crença (doxa), um reconhecimento que escapa ao questionamento [...] e essa colusão está no princípio de sua competição e de seus conflitos. Eles dispõem de triunfos, isto é, de cartas-mestra cuja força varia segundo o jogo: assim como a força relativa das cartas muda conforme os jogos, assim, a hierarquia das diferentes espécies de capital (econômico, cultural, social, simbólico) varia nos diferentes campos (Bourdieu; Wacquant, 1992, p. 73-4.)*

Assim, percebemos que o objetivo do jogo é a conservação ou acúmulo da maior quantidade de capital possível, para que assim as posições sejam definidas e redefinidas constituindo os limites de um campo específico. Os campos são resultados de processos de diferenciação social, de diferentes formas de ser e de conhecer o mundo. O que os sustenta são as relações de forças entre seus agentes (grupos, indivíduos, instituições).

Quem está em posições de dominação procura por estratégias de conservação de seus capitais e quem está em posições de dominado, procura transformar as regras do campo com estratégias de subversões que podem levar, por exemplo, ao descrédito dos capitais que sustentam a força dos dominantes. Está em jogo é a disputa pelo monopólio da autoridade, que traz consigo o poder de ditar as regras e repartir o capital específico de cada campo.

A compreensão dos campos só pode ser completa se entendermos a ideia particular de capital desenvolvida por Bourdieu: algo acumulado por transações de investimentos que possibilitam a extração de lucros (mas que vão além da noção econômica de lucro, tendo em vista que cada campo produz um capital particular). O capital confere ao seu acumulador opções de realizar aplicações rentáveis, conforme Bourdieu é “um conjunto de direitos e preempção sobre o futuro” (Bourdieu, 2001, p.275). Bourdieu distingue tipos de capital imprescindíveis para as disputas nos campos, um deles é o *capital econômico* que é formado por diferentes meios de produção como trabalho, fábricas, terra, formado também pelo conjunto dos bens econômicos, como renda, patrimônio e bens econômicos (Bonnewitz, 2003).

Outro tipo é o *capital cultural*, que Bourdieu utiliza para analisar situações de classe na sociedade, uma vez que em certa medida o capital cultural caracteriza subculturas de classe ou de frações de classe. Assim, o autor verifica nos gostos, valores, estilos, etc. as distinções que decorrem das condições de vida das diferentes classes. As especificidades das condições de vida de cada classe moldam suas características e contribuem para distingui-las. Numa explicação simplificada, o capital cultural diz respeito ao conjunto das qualificações intelectuais transmitida a um ator pela família ou pelo sistema escolar. Estas qualificações servem como uma distinção entre quem as possuem ou não e o valor que elas têm numa sociedade. O capital cultural pode aparecer no ator em forma de facilidade ao se expressar em público, que se deve ao estado incorporado deste capital como disposição duradoura do corpo. Pode aparecer também em estado objetivo, como um bem cultural que o ator tem acesso, como por exemplo, a posse de obras, quadros. Assim como pode aparecer em estado institucionalizado, sancionado socialmente por instituições, como os títulos acadêmicos, por exemplo (Ibidem).

Além do capital econômico e cultural, Bourdieu também distingue o *capital social* que constitui o conjunto das relações sociais que um indivíduo ou grupo dispõe. Ter capital social significa trabalhar na criação e manutenção das relações, ou seja, ser

sociável, fazer e receber convites, ter lazer em comum com outros atores. Há também o *capital simbólico* que está ligado à honra e ao reconhecimento, uma vez que a condição da efetivação deste capital se dá quando o seu valor é reconhecido socialmente:

*O capital simbólico – outro nome da distinção não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando recebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, que quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo óbvio (Bourdieu, 2003, p.145).*

Assim, o conceito de capital simbólico não se restringe apenas ao capital econômico, mas fundamenta-se no acúmulo dos diversos tipos de captais. A noção de capital simbólico está atrelada ao atendimento de expectativas coletivas, já que só há capital simbólico se ele for reconhecido por outros como um valor. Sendo o agente ou grupo que detém o capital simbólico, o que tem prestígio social, o que tem honra. Além do entrelace entre às noções de campo e capital na sociologia bourdieusiana, há ainda a noção de *habitus* como parte importante destas chaves conceituais. Conforme Bourdieu, o *habitus* “é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital [...] que mostra a disposição incorporada” (Bourdieu, 2001, p. 22) de um ator em sua ação. “*Habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas [...] eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau” (Ibidem). O autor explica que o *habitus* aparece nas preferências e opiniões dos agentes sociais, constituindo um senso prático, uma forma de sabedoria prática que direciona ações e escolhas dos agentes sociais (Ibidem). Assim, o *habitus* é um princípio de classificação incorporado pelos agentes sociais a partir das estruturas sociais que orientam suas ações.

As chaves conceituais da Sociologia de Bourdieu servem de direcionamento para as discussões deste tópico nas questões que envolvem o campo do poder e da política. A teoria bourdieusiana afirma que o poder perpassa todos os campos e relações sociais. Uma vez que o campo é estruturado a partir das relações de poder, traduzida numa oposição de forças entre dominantes e dominados conforme o capital próprio que compõe o campo. O campo do poder, que é diferente do campo político, pode ser concebido como o espaço de relações de forças entre os tipos diferentes de capital ou entre agentes que dispõem de um dos diferentes tipos de capital para dominar o campo. Dessa forma, o campo do poder aparece na teoria dos campos como *o campo dos campos*, por perpassar todos os outros e ser o espaço central das sociedades

contemporâneas, já que é no campo do poder que as elites dos diferentes campos sociais se encontram e competem pelo monopólio do seu capital específico (Bourdieu, 1983).

Esclarecidas as questões centrais da teoria dos campos, assim como concepção de campo do poder, é possível prosseguir para discussão do campo político. Bourdieu (2011) explica que falar de campo político significa falar que tal campo é um “microcosmo”, ou seja, um pequeno mundo social que tem autonomia relativa no interior do grande mundo social (Idem. p.195.).

Bourdieu afirma que, assim como nos demais campos, há no campo político um grande número de relações, ações e processos que estão no mundo global. Porém, dentro deste campo, processos e fenômenos aparecem de uma forma particular, daí a ideia de que um campo é um microcosmo autônomo, por ter suas próprias leis, princípios e regras de seu funcionamento, dentro de um macrocosmo social. Nesse sentido, o campo político é um lugar onde agem critérios de avaliação próprios e que não teriam validade no microcosmo ou campo vizinho. O campo político poderia ser descrito “como um jogo em que o que está em disputa é a imposição legítima dos princípios de visão e divisão do mundo social” (Idem. p. 206).

Qualquer agente que ingressa no campo político se compromete a se eximir de certos atos que não sejam compatíveis com sua dignidade sob pena de escândalo (Idem. p.196). O campo político pede uma conversão de seus agentes, uma transformação, que mesmo não apresentada como tal é imposta, e seu não acatamento resulta em fracasso e exclusão. Assim como o campo religioso, o campo político é separado entre os profissionais e os profanos, sendo os profissionais os que têm posições de dominantes do campo e os profanos as posições de dominados.

Bourdieu sugere que as condições sociais de possibilidade de acesso a esse campo (como, por exemplo, tempo livre, educação) mede o quanto os seus agentes do campo são dotados de excedentes econômicos que lhes permitem distanciar-se de atividades produtivas (Idem. p.196). Estas condições também indicam o potencial de exclusão deste campo, uma vez que nem todos os agentes da sociedade podem se distanciar de atividades produtivas, assim como nem todos que precisam se dedicar a estas atividades, podem juntamente se dedicar ao campo da política. Essa dificuldade se dá principalmente pela falta de excedente econômico, que auxilia na dedicação a este campo.

As condições sociais do funcionamento do campo político (um lugar onde só quem possui excedentes econômicos teria condições de acesso) faz parte de um jogo

particular em que outras pessoas são excluídas. Desse modo, o campo político paira sobre uma exclusão e um desapossamento (Idem. p.197). Para o autor, uma das virtudes da noção de campo político é esclarecer que algumas ações realizadas por pessoas “que estão no jogo” tem seu princípio no próprio campo político. Por exemplo, usar a frase “eu trabalho em seu favor”, amparada na ideia de representação política, é o mesmo que dizer: “eu sou seu porta-voz e não expresse meus interesses próprios, pois tudo o que faço é representar você”. Porém, conceber o espaço político na lógica de um campo, nos permite perceber que as pessoas que o compõem podem falar e fazer coisas determinadas não pela relação com seus representados, mas pela relação com outros membros deste campo:

*Dito de outra forma, a noção de campo relativamente autônomo obriga a colocar a questão do princípio das ações políticas e obriga a dizer que, se queremos compreender o que faz um político, é por certo preciso buscar saber qual é sua base eleitoral, sua origem social..., mas é preciso não esquecer de pesquisar a posição que ele ocupa no microcosmo e que explica uma boa parte do que ele faz (Idem. p. 199).*

Com isso posto, é importante ressaltar que um campo é necessariamente um campo de forças e um campo de disputas para transformar as relações de forças. No campo político, como em qualquer outro campo, a ação de quem os compõe é determinada por sua posição na estrutura da relação de forças. Nesse sentido, conforme Bourdieu, uma das transformações mais importantes das relações de força no campo político diz respeito ao fato de que agentes que poderiam se considerar (ou serem considerados) como expectadores deste campo passaram a ser seus agentes principais. Por exemplo, os jornalistas e os especialistas em pesquisa de opinião (Idem. p. 202).

Para Bourdieu, a descrição do campo político atualmente necessita da inclusão das categorias dos jornalistas e pesquisadores de opinião como seus agentes, uma vez que “reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo pelo fato de que ele transforma o estado do campo (ou que, se o retiramos, as coisas se modificam significativamente)” (Idem. p. 202). Assim, Bourdieu percebe que há algo particular no campo político, pois devido à representação de pessoas não participantes do campo e da inclusão dos jornalistas e pesquisadores de opinião, este nunca poderá ter uma autonomia completa, pois está diretamente ligado à sua clientela, “os leigos”, que têm o voto como última palavra nas disputas entre os membros do campo político.

Dessa forma, é possível entender que o principal elemento em jogo nas lutas políticas é a enunciação e imposição dos “bons princípios de visão e divisão de mundo”. Afinal na perspectiva de Bourdieu, a política é uma luta em prol das ideias, uma disputa intelectual, onde uma ideia particular forte funciona como força de mobilização: “se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu nomos se tornar o nomos universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão.” (Idem. p. 203). As lutas políticas são lutas entre os agentes políticos que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos e têm como objetivo dominar o Estado, pois este em alguma medida poderia apaziguar a luta, tendo em vista que as “verdades” do Estado são, ao menos no discurso oficial, impostas como interesses universais. Percebe-se então que lutar pelo monopólio da divisão e visão do mundo social opõem indivíduos que possuem poderes e capitais desiguais.

A partir dessa exposição, a sociologia bourdieusiana nos permite perceber que num ambiente de lutas simbólicas há opositores que possuem armas, capitais e poderes desiguais. O poder político é um capital de reputação, que se relaciona com a notoriedade, precisa ser conhecido e reconhecido “é um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido” (Idem. p. 204). Por isso os jornais de televisão e os especialistas em pesquisa de opinião têm um papel muito importante no campo político, por garantir conhecimento e reconhecimento dos agentes, também por ter possibilidade de interferir nesse conhecimento e reconhecimento de acordo com seus interesses diante da disputa por posição dentro do campo.

Vemos então que as lutas políticas envolvem disputas intelectuais e princípios de visão e de divisão do mundo social. Essa reflexão, que é fruto e se une às chaves conceituais da sociologia bourdieusiana, nos possibilita avançar no objetivo deste capítulo de analisar sociologicamente o moralismo na política brasileira. Pois entendemos que a moralização dos debates políticos tem sido usada como estratégia dos grupos em disputas para interferir na dinâmica do campo do poder e da política. Nesse sentido, buscando dar continuidade ao argumento, o tópico posterior nos esclarecerá sobre a sociologia do escândalo e como ela se relaciona com as questões do campo do poder.

## 2.2 A Sociologia dos escândalos

Diante das discussões do tópico anterior, vimos que as disputas no campo do poder e da política engendram uma guerra intelectual. Onde quem acumular mais capitais (cultural, social, político, simbólico, etc.) é capaz de impor suas interpretações de realidade, suas visões e divisões de mundo social. Sendo também capaz de organizar ou reorganizar o campo de acordo com os seus códigos de valores e regras. Nesse sentido, a lógica do escândalo apresentada por Grun (2011) nos mostra os escândalos como fenômenos políticos que podem ser usados como uma estratégia dos grupos em oposição para modificar suas posições no campo do poder.

Ao considerar o exposto, discutiremos sobre a sociologia do escândalo, por esta indicar que esse fenômeno político é mais que uma mera difusão de acontecimentos submetidos e alimentados pelas noções de valores e virtudes de uma sociedade. A partir do uso de conceitos essenciais da sociologia bourdieusiana, Grun nos oferece ferramentas teóricas para compreensão de sua sociologia do escândalo. Ele percebe e nos apresenta o campo do escândalo observando o comportamento dos grupos em disputas pelo poder no Brasil. Em seu trabalho, Grun observa os agentes do escândalo (políticos, jornalista, juristas, etc.) em um jogo simultâneo de disputas e colaboração. Esse jogo resulta na possibilidade de interferência na dinâmica do poder, sobretudo pela criação de novos “regimes de verdade” e pelo surgimento de novos “paladinos da justiça”.

Conforme Grun os escândalos podem ser algo maior e mais complexo que a simples manifestação de “descalabros”. Assim, os escândalos podem ser utilizados como uma maneira de ação, de controle e, por muitas vezes, como um instrumento de mudança social; pois através do escândalo a sociedade muda, reitera, abandona ou cria normas de convívio e de legitimação (Idem. p. 151). O escândalo faz com que mudanças sociais gestadas durante um longo tempo, mais ou menos profundas, transpareçam sem que a sociedade tenha acompanhado ou percebido. Por isso, apenas quando os escândalos estouram é que percebemos de forma súbita e dramática as transformações sociais postas em pauta.

O escândalo está sempre atrelado à moralidade de quem os cria, os reporta, os nega, os incorpora, os ignora, os retruca ou os recebe; já que nos escandalizamos com aquilo que é incompatível com nossos valores e virtudes incorporados. Conforme Grun, os escândalos brasileiros não devem ser vistos como “uma manifestação da danação

eterna do Brasil” (Idem. p. 152), mas como uma prova do vigor com que a sociedade discute, altera ou preserva as regras que ela considera como erradas ou certas. Na experiência brasileira da última década, os escândalos causam primeiro uma forte onda de indignação na opinião pública, pois esta se sente ultrajada pelos acontecimentos e personalidades explicitados; e depois em um segundo momento – após a reação dos grupos que se identificam com as práticas que foram objetos deste fenômeno – os escândalos causam à formulação de propostas de explicações “conspiratórias” para o evento.

Com os escândalos, diferentes grupos da sociedade manifestam suas posições e por isso é possível dizer que os escândalos podem servir de “reveladores sociais para a importância e existência de novos grupos sociais, antes ignorados ou negligenciados quanto à sua importância e especificidade” (Idem. p. 154). Assim muitos escândalos são manifestações fortes de guerras culturais que acontecem quando as sociedades abrangem a democratização cultural, política e social. Nesse sentido, a Sociologia pragmática faz uma distinção entre os escândalos e aponta como os verdadeiros escândalos os que conseguem criar de forma duradoura uma nova norma social, esse tipo de escândalo é chamado de transformador. O outro tipo de escândalo seria aquele que aparenta ser escândalo, mas não atinge essa marca, esse é chamado de reiterador, pois não passa de tentativa má sucedida de escandalização. Com o exposto, eventos que não mostram nem provocam guerras culturais não são considerados escândalos.

Grun decompõe o fenômeno escândalo em duas dimensões: em uma dimensão estão os temas que são colocados em evidência, na outra dimensão estão os agentes que se mobilizam para chamar a atenção sobre estes temas e os que são prejudicados diante da publicidade repentina. Com isso, se pensarmos no escândalo como uma estratégia de publicidade ou política em particular, é possível compreender que os escandalizadores não agem de forma isolada nos espaços sociais que frequentam e interferem (Ibidem). Ao contrário disto, para que surja um escândalo é preciso a colaboração direta ou indireta de indivíduos e grupos posicionados em vários subespaços do que Bourdieu intitulou de campo do poder (Idem. p. 155).

Dessa forma, vemos que o conceito de campo tenta perceber o tipo de colaboração ou convergência opaca entre os agentes do escândalo, pois são situações em que indivíduos e grupos aparecem afastados, mas se observarmos as configurações de um escândalo de maneira sistemática encontraremos quadros de colaboração entre eles. Assim, os escândalos produzem contextos nos quais o essencial aparenta ser o

ultraje, onde acusados, acusadores e “contendedores” disputam para relatar o evento e “parecem separados por visões de mundo inconciliáveis e inapelavelmente hostis” (Idem. p. 155). O futuro da sociedade então parece ficar dependente do resultado do escândalo que está em voga, e se o lado em que tomamos posição favorável não sair vitorioso “a sociedade mergulhará num abismo” (Idem. p. 155).

Ao considerar estas questões, Grun entende que a cooperação e competição simultânea entre os diferentes agentes e agências para a propagação dos escândalos demonstra a necessidade de tratar esse fenômeno a partir da ideia de campo de Bourdieu:

*Existe um “campo do escândalo” que não produz somente um escândalo, mas que é uma verdadeira fábrica de escândalos, que engendra permanentemente a forma escândalo como criador de agendas, meio de expressão e ação social e também como artefato de alavancagem de trajetórias de indivíduos e grupos em diversos espaços sociais (Idem. p. 155).*

Pensar o escândalo no escopo da economia das práticas sociais de Bourdieu nos permite compreender que este tipo de fenômeno produz um bem coletivo, que é um trunfo social a ser compartilhado pelos diferentes produtores desta construção (Ibidem). Pois o escândalo ultrajante protagoniza as discussões sociais e assim os especialistas no tema passam a ser notados e a desfrutar de bens materiais e simbólicos. Assim surge a necessidade de tratar e solucionar o motivo da indignação da sociedade, uma vez que “não podemos mais viver dessa maneira; não é mais possível tolerar ou acobertar a situação que se apresenta e nada mais pode ser resolvido enquanto esse problema (o motivo do escândalo) não for solucionado” (Idem. p. 156).

Dessa maneira os diversos grupos que legitimam os escândalos a partir de seus capitais culturais, ou seja, os agentes do escândalo, ao criar e reiterar a pauta do escândalo produz um *regime de verdade* capaz de modificar a percepção da sociedade. Esse “regime de verdade” seleciona fatos e versões que corroboram com os motivos do escândalo e descartam qualquer provável prova que diminua a força da indignação da sociedade. Com o regime de verdade instaurado, os que colaboram com ele terão benefícios imediatos devido à acumulação de capital simbólico que é atribuído aos porta-vozes das reclamações da sociedade, “posteriormente, essa forma de capital poderá ser transmutada nas modalidades mais próprias de cada espaço em que os agentes e os grupos trafegam” (Idem. p. 156).

De acordo com essas reflexões, podemos pensar sobre os agentes dos escândalos brasileiros, sobretudo nos membros do Ministério Público disputam com os políticos e jornalistas na criação e centralidade associada aos fenômenos. O fato de alguns desses agentes se sustentarem pelo resultado uns dos outros não é muito evidente, mas é fácil perceber que em cada um desses espaços, os agentes do escândalo estão disputando posições com outros grupos de agentes:

*Os escândalos mobilizam grupos de atores em diversas esferas da sociedade. Ao que pode se depreender, os diversos grupos têm em comum a característica de serem sociologicamente jovens. Frequentemente, são também herdeiros presuntivos de capitais simbólicos familiares ou corporativos os quais, no curso do escândalo, acabam se transmitindo mais rapidamente do que aconteceria sem esse fator interveniente. Essa característica comum produz uma homologia de situação capaz de gerar simpatias e colaboração, mas também enormes mal-entendidos. Jovens desafiadores têm em comum a necessidade de mudar parcialmente os parâmetros de excelência dos seus respectivos campos para apressarem suas carreiras, mas a história inscrita em cada um desses espaços produz habitus diferentes e engendra sensibilidades, possibilidades de expressão e de atuação muito diversas. A irreverência dos jornalistas é impossível entre os juristas, mesmo os mais jovens. E ocorre exatamente o contrário com o formalismo dos juristas no espaço dos jornalistas. Os acordos são absolutamente necessários para a eficácia de qualquer ação política, mas são abominados pelo espaço jornalístico. A menção explícita ou mesmo implícita às preferências ideológicas é praticamente obrigatória na esfera política e inconcebível na esfera jurídica. Há assim aspectos que separam drasticamente cada um dos campos, e quando, durante os contenciosos, eles entram em contato mais estreito, essas diferenças podem gerar desentendimentos muito intensos. Esses desentendimentos que, como vimos, têm características estruturais acabam se tornando uma espécie de freio impedindo que a maioria dos escândalos se transforme em “verdadeiras” crises institucionais. Diminuem ou alternam o ímpeto das crises, tornando menos previsíveis seus desfechos e fomentando a ideia de que tudo acaba virando “pizza” (Idem. p. 156).*

A partir dessa análise, é importante lembrar que o campo do poder é apontado por Bourdieu como o espaço central das sociedades contemporâneas e é o local onde as elites dos diferentes campos sociais se encontram e competem pelo monopólio do seu capital específico. Porém, mesmo em disputa, estas elites cooperam na dinâmica de formular e acatar regras gerais de convívio e, mesmo que não diretamente, cooperam para a legitimidade dos capitais alternativos. As elites criam desta maneira um espaço de convivência que tem como resultado súbito a complexificação das agendas aceitas pela sociedade (Idem. p. 147).

Com os escândalos, reputações são manchadas e novos “paladinos da justiça” surgem para desbancar quem os antecedeu. Assim são iniciadas carreiras nos variados subespaços do campo do poder. Para um escândalo se concretizar, as discussões e a

correção dos fatos ou comportamentos considerados errados devem ter prioridade sobre qualquer outro problema ou realização do momento. Dessa forma, os escandalizadores que surgem de vários espaços sociais colaboram de maneira interessada para que os escândalos sejam difundidos. A imprensa que dá vida aos escândalos, lhes conferindo destaque, já percebeu que eles garantem fontes concretas de interessados em seus produtos e nessa lógica é alimentada a agenda dos escândalos. Uma vez que os agentes da mídia são treinados para pautar e fazer reportagens específicas sobre eventos escandalosos que estão sendo evidenciados por seus concorrentes (Idem. p. 159). Assim, disputar espaço com a concorrência importa mais que a veracidade do evento escandaloso (Ibidem).

Nesse momento, cabe a reflexão de que, não por acaso, os indivíduos que poderiam ser classificados como membros das elites são, geralmente, os principais operadores dos escândalos. Isso se dá porque, no jogo interno do campo do poder, eles são jovens em início de carreira, em busca de conquistar capitais que lhes possibilitem desequilibrar a ordem do campo, assim estão voltados a conseguir alavancar suas carreiras. Por isso, eles disputam como desafiadores do campo e usam como arma – na disputa que tem por finalidade acelerar suas carreiras – a lembrança ou reiteração de valores morais tradicionais que normatizam o convívio no campo e que estariam sendo esquecidos ou negligenciados pelos membros dominantes das elites (Idem. p. 160). Assim, estes jovens desafiadores levantam o bastão de verdadeiros “paladinos da justiça”, das regras tradicionais do mundo social, por isso são merecedores de se tornar agentes dominantes, uma vez que apontam os mais velhos como incapacitados de manter os valores compartilhados.

Quando acontecem sucessivos escândalos, as técnicas de deflagração dos mesmos se tornam incorporadas pelo sistema político e midiático (Idem. p. 161). Com isso, os escândalos ficam gravados como mecanismos à disposição de agentes socializados no campo do poder. O resultado disto é que é muito provável que essa incorporação deflagre novos e sucessivos escândalos. Os escândalos elegem prioridades sociais, pois a forma mais básica de produzi-los se traduz na exigência do cumprimento de alguma regra consagrada, porém fraca. Por isso, os escândalos castigam com prioridade qualquer experimento social que esteja ainda em fase de consagração, já que este se enquadra com mais facilidade como abominação ou transgressão. Mesmo não sendo essencialmente eventos de conservadorismo social, na maioria das vezes os

escândalos servem muito à escandalização e moralização usada como forma de ação política. Servem, sobretudo, aos discursos moralistas dos “restauradores sociais”.

Analisando o momento presente, Grun demonstra como expressão da tendência conservadora dos escândalos as insinuações em relação aos programas sociais do Governo Federal atual. Por exemplo, as críticas que sugerem que estes programas estão constituindo uma quantidade de “preguiçosos que não querem trabalhar porque o Governo lhes dá sustento”. Não só programas sociais, como movimentos sociais e medidas para diminuir as desigualdades do país (sistema de cotas raciais e sociais nas universidades públicas, por exemplo) recebem este tipo de críticas que correspondem à tendência conservadora da escandalização. Os agentes dos escândalos, na posição de produtores de regimes de verdade e paladinos da justiça, abrem espaço para estes tipos de crítica, mas não para outra interpretação destas questões, ao menos não nas mesmas proporções.

Tais questões nos permitem perceber que os escândalos, por serem interligados ao moralismo calcado nas aspirações morais das elites do campo do poder, são capazes de intervir na dinâmica do campo do poder ao possibilitar mudanças nas regras e nas posições dentro do campo. Assim, independentemente de ser verdadeiro ou não, um escândalo provoca um embate moral que pode resultar no descrédito ao capital que sustenta as posições de poder de quem é seu alvo, ao mesmo tempo em que valoriza o capital dos agentes dos escândalos, permitindo que estes mudem de posição e intervenham nas regras do jogo.

A partir do exposto, as disputas pelo poder mobilizadas pelo escândalo nos permitem perceber que no campo da política os agentes estão quase sempre em posições desiguais, possuindo armas desiguais e condições de combate desiguais. Percebe-se também que os agentes que operam na posição de jovens desafiadores, tentam alcançar maiores espaços no campo a partir do comprometimento com a moral e valores da elite do campo do poder. A análise bourdieusiana das disputas no campo, além de apresentar ferramentas importantes para pensar no uso estratégico do moralismo na política, também nos ajuda a perceber que há certa lógica na dinâmica da disputa no interior e entre os campos que naturalizam as desigualdades entre os agentes dominantes e dominados. Para pensar estas questões de forma um pouco mais aprofundada, o próximo tópico discutirá sobre os mecanismos que naturalizam e reproduzem as desigualdades nos espaços sociais.

### **2.3 O moralismo e a opacidade das desigualdades no Brasil**

Nas discussões acima, assim como nas questões apontadas no capítulo anterior, a moralidade das elites brasileiras vem sendo citada direta ou indiretamente como sendo a forma dominante a qual o moralismo na política corresponde. No capítulo um, esta questão aparece com mais clareza quando abordamos o udenismo, que se define pelo comportamento das nossas elites políticas (liberais e comprometidas com a ordem das elites) contrárias a Getúlio (suas políticas populares e sua herança) que usavam os escândalos de corrupção e discursos de valores e virtudes como estratégia de mobilização política para desqualificar seus adversários.

Nos tópicos anteriores deste capítulo discutimos como as elites do poder disputam o monopólio da autoridade dos diferentes campos (do poder, da política, do escândalo, etc.) e em meio a isso, percebemos que nestas disputas o moralismo aparece como uma das ferramentas que possibilitam mudanças de posição dentro de um determinado campo. Na sociologia do escândalo isso fica claro na explicação de que os “jovens desafiadores” tentam mostrar que são mais capazes de resguardar os valores morais da elite que os “velhos dominantes” do campo do poder. Já no campo político, o uso do moralismo para mudar a posição no campo se dá através da enunciação e imposição dos “bons princípios de visão e divisão do mundo” que vence a disputa intelectual dentro do campo.

Assim é possível perceber que as disputas resultam em exclusões, não só para os agentes do campo, mas também para aqueles que nem conseguem acesso ao campo devido às suas regras e condições sociais de acesso. Numa sociedade capitalista, as interações entre os campos do poder, o campo político e a lógica do escândalo obedecem a um imperativo que é a manutenção da desigualdade. É importante perceber que, apesar do discurso democrático, as disputas de poder a que nos referimos anteriormente ocorrem entre os membros da elite. Isso denota um conjunto de relações e estruturas onde a desigualdade, a exploração das classes subalternas, aparece sempre de forma implícita e natural ao processo de disputa.

Diante desse contexto, compreendemos que o uso do discurso moral como estratégia política é parte essencial nas disputas pelo poder, tanto para fomentar novas lideranças entre as elites como para manter, diante do quadro geral, a estrutura de desigualdades justificada. Nesse sentido, o moralismo também tenta obscurecer interesses de manutenção de privilégios, naturalizando, justificando e legitimando as

desigualdades no Brasil. Para compreender a ligação entre o moralismo presente nas disputas políticas com os valores defendidos pelas elites brasileiras, Souza (2012) desenvolve uma reflexão capaz de explicitar a relação das influências intelectuais destas elites com as justificativas e legitimações para a manutenção das desigualdades no Brasil.

Para Souza (2012), nossas elites se pautam por uma espécie de liberalismo focado na construção de uma imagem negativa do Estado brasileiro. Essa afirmação é feita a partir de uma análise das obras de grandes pensadores e cientistas sociais brasileiros, como, por exemplo, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Roberto DaMatta; onde, segundo ele, se pode perceber traços da ideia comum e naturalizada de que os Estados Unidos e a Europa comportam sociedades com superioridade cognitiva e moral, dotadas de um Estado estritamente público sem interferências privadas. Por isso, essas sociedades teriam desempenhos superiores em relação ao Brasil, onde há consolidado um Estado personalista e patrimonialista de indivíduos inferiores, sentimentais, cordiais e com tendências à corrupção. Um Estado com dificuldades de discernir o limite entre o público e o privado, tendo como consequência a ineficiência, corrupção e vícios irremediáveis (Idem. p.17).

Diante desta imagem negativa do Estado brasileiro, o mercado é compreendido como o “reino de todas as virtudes” (Idem. p.17). Ideias como essas quando naturalizadas negam a importância dos fatos:

*A partir daí a causa das mazelas sociais brasileiras, como a abissal desigualdade, o abandono, a marginalidade social de parcelas significativas da população, será percebida como causada pela “corrupção estatal”. Com a incorporação – para além de qualquer instância reflexiva e crítica – desse tipo de discurso como válido, todo o mecanismo de legitimação de privilégios injustos de todo tipo pode se reproduzir sem crítica na sociedade brasileira moderna, acostumada a se perceber pela identificação com o mercado virtuoso e pela contraposição às “elites” encasteladas no Estado. O “mal” já está localizado sempre num “outro” abstrato, lá longe em Brasília, acalmando a boa consciência dos habitantes de uma das sociedades mais desiguais e perversas do planeta (Idem. p. 17).*

Podemos ver que a ideia-força de um Estado “sem jeito” tende a silenciar os conflitos na sociedade brasileira. As elites se colocam como um guia moralmente superior aos demais estratos da sociedade ao alardear sobre esse Estado corrupto e endeusar o mercado, ao mesmo tempo em que explora as classes inferiores. Isso se concretiza numa luta de classes silenciosa, onde uma classe dominada colabora com a manutenção de privilégios devido à falta de recursos que lhes possibilitem uma

mudança de posições. Nas sociedades modernas, Estado e mercado, somados às demais práticas sociais e culturais possuem, de forma implícita uma interpretação em relação ao “bom” e ao “ruim” (Idem. p. 28). Nesse sentido, as sociedades são constituídas por ideias que são frutos de consensos compartilhados e incorporadas de forma acrítica, sem que sejam percebidos. Assim, estas ideias são naturalizadas e nosso comportamento cotidiano é guiado por elas.

Dessa forma, está configurado um exercício de dominação impessoal e mascarado, fincado em ideais impostos. Nas sociedades capitalistas esse tipo de dominação é típico:

*A ideologia mais bem-sucedida é precisamente aquela que não precisa de palavras e que se mantém a partir do silêncio cúmplice de sistemas autorregulados que produzem, sob a mística da igualdade formal e da ideologia do talento meritocrático, a “sociodiceia dos próprios privilégios” das classes dominantes (Idem. p. 52).*

Estas questões nos ajudam a compreender como a percepção do Estado ineficiente, hoje tão presente nos debates sobre a política brasileira, está traduzido nos discursos contra corrupção. É uma forma de uma elite exploradora sustentar os valores de sua superioridade, o resultado disso é que as pessoas demonizam o Estado e enaltecem o mercado que serve principalmente ao estrato com mais capital econômico, cultural, social e simbólico da sociedade, a própria elite. Dessa forma, a luta de classes é encoberta e vemos a importância da influência deste discurso no campo político. Usando a perspectiva de Bourdieu sobre a luta de classes, Souza explica:

*A luta de classes e das frações de classes [...] assume a forma de luta cultural pela hegemonia a partir da definição de cultura considerada legítima. A luta social é, antes de tudo, a luta pelo poder de definir nos seus próprios termos, ou seja, nos termos da classe ou fração hegemônica, os esquemas classificatórios, em grande parte inconscientes e irrefletidos, que irão servir como orientação de comportamento a todas as classes sociais sob seu julgo [...] A forma do capital simbólico específica do capitalismo avançado traduz-se na naturalização de diferenças reais em distinções que tornam intransparente o seu “modo de aquisição”, ou seja, que permitem sua percepção na dimensão da vida cotidiana como características inatas de seus possuidores. A “distinção” aparece como uma diferença “merecida”, correta e justa, já que supostamente se baseia nos talentos inatos de seus possuidores (Idem. p. 58).*

Diante disso vemos que os esquemas classificatórios são frutos de escolhas culturais contingentes que, de forma implícita, mas não neutra, estabelecem, ao mesmo tempo, um modelo de comportamento humano aceito como exemplar e uma hierarquia

que determina o valor que diferencia os seres humanos (Idem. p.71). O interessante é que as diferenças são naturalizadas principalmente pelo ideal jurídico de igualdade, que está presente nas instituições modernas ocidentais e que dá base à sua noção de cidadania. A ideia de que “somos todos iguais” serve como alicerce para o consenso social e político das sociedades contemporâneas. Nessa ideia estão amparadas as desigualdades, uma vez que pessoas com capitais e acessos totalmente diferentes são regidas pelos ideais hegemônicos de um pequeno estrato social com maior domínio de diferentes capitais. Quem tem a hegemonia da cultura legítima impõe sua visão do mundo a todas as outras classes e frações de classe.

Essa discussão nos permite refletir sobre a dinâmica entre prática e ideias, pois vemos que uma determinada ideologia, que impõe de maneira opaca uma forma de conceber o mundo e determina o valor diferencial dos indivíduos em sociedade, é capaz de guiar um processo moderno de formação nacional. Nesse sentido, as questões levantadas neste tópico nos permitem pensar na funcionalidade que um mito nacional tem para a constituição intelectual, política e social de uma sociedade; uma vez que um mito nacional bem-sucedido busca transmitir uma unidade entre todas as classes sociais que compõem uma sociedade, “é um “mito” no sentido de que é uma “fantasia” para fins pragmáticos de produção de solidariedade nacional” (Idem. p. 15). Dessa forma, vemos que essa fantasia que tenta unir diferentes estratos da sociedade confere opacidade a todos os conflitos e contradições sociais de interesses na sociedade, a fim de despertar nela uma sensação de pertencimento ao “mesmo barco”.

Esse processo de unir diferentes grupos sociais por uso de ideologias está presente em vários discursos que fluem com facilidade na sociedade. Fluem porque incorporam ideias-forças naturalizadas no senso comum e servem para constituir identificações entre os diferentes. Pensando nisso, trataremos no próximo tópico da ideia de comunidade imaginada de Anderson (2008), por ela nos esclarecer sobre o processo de construção de discursos desse tipo, quando analisa a ideia de nação como um mito, e assim nos permitir uma reflexão sobre como as pessoas são organizadas por ideias que muitas vezes não tem nenhum comprometimento com suas práticas.

## **2.4 Processos da construção de uma comunidade moral imaginada**

Tratar o moralismo como um mecanismo capaz de mudar a posição de agentes no campo do poder e seus subcampos, tem nos ajudado a perceber como as disputas

intelectuais afetam práticas sociais. Pensando nisso, é que iremos discutir sobre o processo que leva diferentes grupos da sociedade a constituir uma solidariedade fundamentada por determinadas ideologias. Para tal consideraremos a ideia de *comunidade imaginada* desenvolvida por Anderson (2008).

Antes da discussão sobre comunidade imaginada, é importante ressaltar que sabemos que a análise de Anderson é macro e sobre o fenômeno do nacionalismo, o qual autor discute por um viés cultural. Porém, o que nos interessa em seu trabalho é a forma em que ele analisa o processo de construção de um mito, de uma ideia capaz de organizar e unificar pessoas de diferentes estratos sociais em prol de determinados interesses. Compreender este processo nos ajudará a perceber como ideias do tipo “O Estado brasileiro não tem jeito” constroem uma concepção de mundo compartilhada por diferentes grupos sociais. Compreender esse processo também é essencial para refletir sobre o objeto desta dissertação.

Com já dito, Anderson usa o conceito de comunidades imaginadas para refletir sobre o nacionalismo, se afastando das definições tradicionais de nação, que sugeriam elementos naturais e estáveis. “Imaginada” não se trata de algo ficcional, mas de algo que constrói imagens que fazem sentido para a “alma”, constituindo objetos de desejo e projeções. Nesse sentido, “nação” é compreendida por Anderson como uma comunidade política imaginada “é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (Idem. p. 32).

As nações são imaginadas como comunidades, quando, ainda que com as hierarquias e desigualdades existentes, elas constituem estruturas de “camaradagens horizontais”, que estabelecem a noção de um “nós” coletivo, unindo relações distintas: “é imaginada como uma comunidade porque, independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre será concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (Idem. p. 34).

Assim, os símbolos da comunidade são eficientes porque se fincam no centro de uma “lógica comunitária afetiva de sentidos” e também por naturalizar e tornar essencial a língua e a história oficial dos grupos, tornando-as, desta forma, superior às dúvidas e questionamentos. O “nós” que existe nos hinos nacionais e nos discursos oficiais que se consideram em prol de um bem comum, faz com que o sentimento de

pertencer ao grupo em questão se sobreponha à individualidade, suprimindo as diferenças.

O sentido de comunidades imaginadas proposto por Anderson, nos ajuda a compreender como uma quantidade significativa de pessoas espalhadas por várias regiões se une em suas diferenças, compartilhando ideias, símbolos e sentimentos comuns. Nos ajuda a perceber também, mais uma vez, que ideias compartilhadas são mecanismos eficientes de obscurecer as desigualdades e conflitos de uma sociedade. Uma comunidade imaginada é formada por indivíduos que, ainda que nunca se conheçam integralmente, por compartilharem ideias, símbolos e signos comuns, desenvolvem entre si um sentimento de pertença a um mesmo espaço imaginário, um sentimento de estar “no mesmo barco”.

Esse sentimento de pertença forma comunidades imaginadas que existem devido a uma “camaradagem horizontal” enviesada bem mais em construções culturais, que políticas. Desta forma, explica Anderson, o arcabouço cultural que envolve uma determinada comunidade imaginada (como, por exemplo, romances, jornais, publicações, informações em geral que circulam entre o grupo) acaba por criar uma “ligação invisível” e simbólica entre pessoas que dificilmente teriam alguma semelhança cultural. As redes então se formam no âmbito da difusão de informações, criando vínculos e fundamentando o pensar “estar junto” que existe na mente dos que se reconhecem como parte de um grupo.

O conceito de comunidade imaginada é importante para a análise proposta nesse capítulo porque nos esclarece a respeito dos elementos que criam uma comunidade. Nesse sentido, consideramos que a transformação de debates políticos em debates de valores e virtudes – devido ao uso do moralismo como uma ferramenta capaz de interferir no campo do poder – cria uma espécie de comunidade moral imaginada. Uma vez que os nossos grupos em disputas intelectuais para impor uma ideia forte capaz de guiar as práticas sociais e obscurecer os conflitos da sociedade, se pautam em discursos que propagam valores e virtudes sacramentados e impostos como superiores.

De forma acrítica, as pessoas naturalizam mitos criados pelos grupos que conseguem vencer a disputa cultural pela hegemonia de determinar uma cultura que será incorporada como legítima e se organizam em prol de sua defesa. Essa comunidade moral recruta as pessoas pelo ponto de vista dos valores e virtudes que ela propaga. Nesse sentido, entendemos que a moralização do debate político atual na sociedade brasileira corresponde a diferentes grupos em disputa para legitimar sua comunidade

moral e diminuir a força do seu opositor. O moralismo precisa dessa comunidade para se manter, pois ele só poderá ser uma estratégia de disputa se tiver consistência, verossimilhança, poder explicativo e conseguir convencer o maior número de pessoas possíveis a compartilhar de seus valores e virtudes.

Assim, toda a composição teórica deste capítulo, somada ao capítulo anterior, nos servirá de base para analisar um processo atual na política do Brasil, a partir da compreensão de que o moralismo é uma ferramenta discursiva na política, expresso, sobretudo no discurso anticorrupção. Somada à compreensão de que essa ferramenta já foi e novamente está sendo usada para um fim político específico que é o destituir adversários e assumir o poder.

Refletiremos então sobre a comunidade moral que o discurso de combate à corrupção tem constituído atualmente. Observaremos como essa comunidade vem fazendo uso dos escândalos de corrupção para ganhar espaços no campo do poder e da política. Também como a moralidade desta comunidade é comprometida com os interesses das nossas elites. Nesse contexto, nos próximos capítulos usaremos as chaves teóricas abordadas até agora para pensar o processo atual de moralização do nosso debate político, a partir da análise de um grupo desta disputa.

### **CAPÍTULO 3**

#### **De onde surgiram e o que querem?**

Esse capítulo tratará da contextualização histórico-social do objeto desta pesquisa, que são as manifestações favoráveis ao Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, ocorridas em João Pessoa durante o primeiro semestre de 2015. A presidente foi eleita pela primeira vez no ano de 2010 com 56,05% dos votos no segundo turno. Sendo reeleita nas eleições de outubro de 2014 com 51% dos votos, também no segundo turno, em disputa com o candidato Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 2015 ela iniciou o segundo mandato, porém, após dois meses, em 15 de março do mesmo ano, aconteceram em várias cidades do Brasil, inclusive em João Pessoa, as primeiras manifestações pedindo o Impeachment de Dilma<sup>2</sup>.

Entre os motivos elencados pelos manifestantes para justificar o pedido de Impeachment (em um período relativamente curto de segundo mandato), encontram-se: os escândalos midiáticos de corrupção na administração pública do país, sobretudo nas gestões de empresas estatais; algo que os manifestantes chamam de “estelionato eleitoral”, que seria o não cumprimento das promessas da campanha, tendo em vista que as primeiras medidas anunciadas pelo o governo eram relativas a cortes na previdência social, aumento dos combustíveis e da conta de energia elétrica; assim como algo que os manifestantes chamam de “fraude eleitoral”, que diz respeito a como eles compreendem as políticas sociais do governo, que seriam uma forma de garantia do voto das classes populares que dependem destas políticas.

Considerado como um partido de orientação política de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT) chegou ao Governo Federal pela primeira vez no ano de 2002 quando, em disputa com José Serra, o candidato do PSDB – que na época representava continuidade, pois o Presidente em exercício era do mesmo partido –, Lula, após ter tentado por três eleições, conseguiu ser Presidente com 61,27% dos votos. Depois, em 2006 ele foi reeleito com 60,83%. Desta forma, desde 2002 o Brasil tem sido governado pelo PT, partido que há algum tempo vem acumulando certo desgaste perante a opinião pública e não tem encontrado saídas diante de tantos escândalos midiáticos. Isso tem

---

<sup>2</sup> Dilma é a primeira Presidente mulher do país, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi indicada e apoiada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também do PT. Ele teve Dilma em seu governo como Ministra de Minas e Energia e depois da Casa Civil. A eleição de Dilma significava continuidade do governo do PT no país, seus programas e seus projetos.

sido um ponto forte nas justificativas das manifestações que querem o impedimento do Governo Dilma.

As manifestações atuais têm características peculiares em relação às das décadas passadas, especialmente devido ao recurso da comunicação em rede. O uso da internet tem sido um diferencial para a mobilização de grandes quantidades de pessoas, com inúmeras e, muitas vezes, divergentes pautas, levando para as ruas toda sorte de questionamentos políticos. A rapidez com que notícias são veiculadas e não necessariamente “apuradas”, juntamente com o aumento do acesso à informação, tem colaborado para a organização de certos grupos antes deslocados do quadro de manifestações políticas e para a semelhança de insurreições populares.

Diante desse quadro complexo de manifestações e do fato de que ainda não foi possível construir uma explicação ou síntese que organize esses eventos sob uma teoria consistente, a ideia deste trabalho é contribuir para a compreensão futura destes eventos através da análise de um caso particular. Não é de interesse afirmar que o caso particular produzirá uma teoria capaz de explicar outros casos, mas demonstrar como, a partir do estudo de um determinado caso, é possível lançar luzes sobre a formação e organização desses protestos, as experiências que os produzem e que sua realização permite, sobretudo, como essas experiências estão relacionadas com projetos de sociedade e organizações/alinhamentos políticos.

Em 15 de Março de 2015 ocorreu na cidade de João Pessoa a primeira manifestação favorável ao Impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Segundo a organização do evento, neste dia, estiveram presente entre seis a sete mil pessoas. Já a polícia Militar contabilizou cerca de dois mil e quinhentos a quatro mil manifestantes<sup>3</sup>. Menos de um mês depois, em 12 de abril, houve uma segunda manifestação de mesmo caráter, mas dessa vez com um número visivelmente inferior de participantes. A organização do evento contabilizou mil e quinhentas pessoas e a polícia militar contou trezentas<sup>4</sup>. Esses eventos se realizaram em consonância com os protestos “Fora Dilma”

---

<sup>3</sup> As discrepâncias nas contagens da quantidade de pessoas presentes no primeiro protesto em João Pessoa podem ser encontradas nas páginas de notícias que serão referenciadas na bibliografia deste trabalho. É válido ressaltar que essas diferenças entre as contagens da polícia e da organização dos protestos aconteceram em todas as cidades do país em que houve estas manifestações.

<sup>4</sup> As discrepâncias nas contagens da quantidade de pessoas presentes no segundo protesto em João Pessoa podem ser encontradas em páginas de notícias referenciadas na bibliografia deste trabalho.

que aconteceram em várias outras cidades do Brasil e também por brasileiros que moram fora do país<sup>5</sup>.

O *Datafolha* e o *Grupo Opinião Pública* realizaram pesquisas que ajudam na compreensão do perfil dos participantes destas manifestações “Fora Dilma”, sendo a pesquisa do *Datafolha* realizada na manifestação da cidade de São Paulo no dia 15 de março e a pesquisa do *Grupo Opinião Pública* realizada em Belo Horizonte no dia 12 de abril. O *Datafolha* publicou que 82% dos manifestantes presentes na Avenida Paulista tinham votado no candidato a Presidente Aécio Neves do PSDB, no segundo turno das últimas eleições. 47% responderam também que o principal motivo que os levaram às ruas foi à corrupção. Os que estavam nas ruas pelo Impeachment de Dilma somavam 27%, os que eram contrários ao PT somavam 20%, contra os políticos de uma forma geral 14%. 74% dos manifestantes entrevistados disseram participar de um protesto pela primeira vez. A média de idade dos manifestantes era de 40 anos, 76% deles tinham curso superior, os outros tinha completado o Ensino Médio. 85% faz parte da população economicamente ativa, entre assalariados registrados, autônomos, profissionais liberais e empresários.

A média da renda mensal dos manifestantes entrevistados pelo *Datafolha* era de três a mais de 20 salários mínimos (Sendo 14% de até 3 salários mínimos, 15% tinha de 3 a 5 salários mínimos, 27% de 5 a 10 salários mínimos, 22% de 10 a 20 salários mínimos e 19% de mais de 20 salários mínimos). Em cada dez manifestantes, sete se declaravam brancos, somando 69%. 37% apontavam o PSDB como partido preferido, enquanto os outros 51% não tinham preferência por partido. 94% declarou não ter filiação partidária, os 3% que declararam alguma afiliação eram do PSDB. Nessa pesquisa há ainda vários outros dados, mas os citados aqui já nos ajudam a conhecer mais sobre os manifestantes de São Paulo, onde o número de pessoas nas ruas foi o maior em relação às outras cidades.

Os dados da pesquisa *Perfil ideológico e atitudes dos manifestantes em 12 de abril*, realizada pelo grupo de pesquisa *Grupo Opinião Pública* da Universidade Federal de Minas Gerais<sup>6</sup> coletados na cidade de Belo Horizonte. Mostram que 56% dos

---

<sup>5</sup> Ver na bibliografia endereços eletrônicos de notícias referentes às manifestações contra o governo em outras cidades do país e em outros países.

<sup>6</sup> O resultado da pesquisa realizada pelo Grupo Opinião Pública na manifestação do dia 12 de abril de 2015 em Belo Horizonte consta no endereço eletrônico do grupo, referenciado na bibliografia deste trabalho. A pesquisa do Datafolha realizada na Avenida Paulista em março também está referenciada na bibliografia deste trabalho.

manifestantes têm curso superior ou pós-graduação, 69% também estavam na manifestação de 15 de março. 36,5% apontaram a corrupção como motivo de participação no protesto, 69% se informaram sobre as manifestações na internet. 87% se considera muito interessada ou interessada em política, 51% não têm simpatia ou preferência por nenhum partido. 36% têm simpatia pelo PSDB, 95% acham que o governo Dilma é ruim ou péssimo, 83% dão nota zero ao PT. 78% acham que o Brasil está pior que há dez anos, 89% classificam a situação econômica do Brasil como ruim ou péssima. 81% votaram em Aécio Neves no 2º turno das eleições, 39% acham que a vida pessoal piorou nos últimos dez anos.

Alguns outros dados do *Grupo Opinião Pública* que também podem ajudar a compreender estes manifestantes, são referentes a seu perfil ideológico, vejamos: 50,5% concordam que em situações de muita desordem, os militares devem ser chamados para tomar o poder, 70,1% acham que as cotas raciais são um erro e o governo tem que acabar com isso. 81,5% defendem que a maioria penal tem que ser reduzida, 90,6% entendem que o PT faz um grande mal para o Brasil. 75,6% concordam que os pobres são desinformados nas tomadas de suas decisões políticas. 53,1% acham que a família deve ser constituída por um homem e uma mulher, 70,7% discordam que trazer médicos cubanos para atuar na rede pública de saúde é bom. 77,8% responderam que pessoas beneficiadas por programas sociais do governo são preguiçosas, 56,8% entendem que os nordestinos têm menos consciência política na hora de votar. 77,6% concordam que o Brasil tem ficado a cada dia mais parecido com Cuba e com a Venezuela, 61,4% acham que os cidadãos honestos devem ter o direito a portar armas.

Os resultados nos mostram que grande parte dos manifestantes corresponde às classes mais favorecidas da sociedade, têm acesso ao ensino superior, são jovens e defendem valores morais conservadores. Apresentam-se como uma parcela *mais honesta e mais justa* da sociedade que está lutando contra a corrupção e são atacadas pelo governo. No entanto, a justificativa de ir às ruas contra o governo para combater à corrupção tem se mostrado tão expressiva quanto seletiva nestes protestos. Como exemplo disso, é importante lembrar o caso do atual Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Na mesma época dos protestos “Fora Dilma”, ele foi citado por delatores durante as investigações de corrupção na Petrobrás, na denominada “operação Lava-Jato”. Os delatores denunciaram que Cunha participou de esquemas que envolviam

recebimento de propinas e contratos sem licitações. Isto foi noticiado<sup>7</sup> nacionalmente. Pouco tempo depois, o escritório do procurador-geral da Suíça comunicou a abertura de um processo criminal contra o deputado, fundamentando-se na suspeita de lavagem de dinheiro e corrupção passiva. No decorrer das investigações, o Ministério Público da Suíça enviou ao Brasil provas que confirmavam a existência de contas secretas do deputado Eduardo Cunha no exterior, o que indicava sua participação em esquemas de lavagem de dinheiro.

Porém, diante deste caso, a atitude de alguns dos manifestantes pesquisados era de apoio ao deputado, uma vez que a decisão de acolher ou não o pedido de Impeachment de um Presidente da República no Congresso Nacional é do Presidente da Câmara dos Deputados. Nessa ocasião, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, passou a usar os pedidos de Impeachment como recursos de persuasão que serviam tanto para tentar manipular o Governo quanto para tentar barganhas com a oposição. Isso durou até o momento em que os partidos Rede Sustentabilidade (REDE) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) entraram com uma representação no Conselho de Ética da Câmara contra o deputado, alegando quebra de decoro parlamentar, baseando-se nas denúncias que o envolviam<sup>8</sup>.

Para que esta representação fosse aprovada e o Conselho de Ética abrisse um processo disciplinar contra Eduardo Cunha (que poderia/pode resultar em sua cassação) foi necessária uma votação com os líderes dos partidos na Câmara, nesta ocasião, a bancada do PT votou favorável à abertura do processo contra Cunha. Horas depois, no mesmo dia em que o PT não demonstrou o apoio esperado pelo deputado, ele acolheu um dos pedidos de impeachment contra Dilma, o que comprovou que ele usava estes

---

<sup>7</sup> Ver endereços eletrônicos de notícias sobre o envolvimento de Eduardo Cunha no esquema da corrupção da Petrobrás e suas contas no exterior, que estão referenciados na bibliografia deste trabalho: Folha de São Paulo em 8 de janeiro de 2015 “Youssef citou Eduardo Cunha em sua delação premiada”; G1 em 16 de julho de 2015 “Delator relata pedido de propina de Cunha, que o desafia a provar”; El País em 21 de agosto de 2015 “Eduardo Cunha é Denunciado ao STF por corrupção e lavagem de dinheiro”; IG São Paulo em 23 de setembro de 2015 “Eduardo Cunha é citado por mais um delator na operação Lava Jato”; Estadão em 10 de outubro de 2015 “Negócio da Petrobrás rendeu propina a Cunha, revela investigação da suíça”.

Folha de São Paulo em 11 de outubro de 2015 “Suíça encontra quatro contas bancárias atribuídas a Eduardo Cunha”; G1 em 16 de outubro de 2015 “Eduardo Cunha, veja as acusações contra o presidente da câmara”;

<sup>8</sup> Para maiores esclarecimentos ver manchetes: G1 em 13 de outubro de 2015 “Psol e Rede acionam Conselho de Ética contra Cunha”; CartaCapital em 15 de dezembro de 2015 “Conselho de Ética abre ação contra Cunha; como votaram os deputados”. Os endereços eletrônicos estão referenciados na bibliografia deste trabalho.

pedidos como tentativas de garantir seus interesses<sup>9</sup>. Quando os manifestantes “Fora Dilma” entendiam que estava nas mãos de Eduardo Cunha fazer “a vontade do povo”, demonstravam-lhe apoio, mesmo tendo sido citado na “operação Lava-jato” e a justiça da Suíça tendo enviado provas que confirmavam seu envolvimento com esquemas de corrupção. Esse apoio foi expresso principalmente em alguns cartazes e faixas expostas durante algumas manifestações “Fora Dilma” pelo Brasil. Como mostra, por exemplo, a imagem a seguir feita numa manifestação “Fora Dilma” na cidade de Belo Horizonte:

Figura 1: “Não adianta calar e isolar o Cunha. Somos Milhões de Cunhas. Impeachment já! Chega de negociatas e corrupção”.



Fonte: Sites de notícias R7 em 16 de agosto de 2015.

Considerando o exposto, também é válido ressaltar que a vestimenta padrão dos manifestantes “Fora Dilma” – que vão às ruas justificados pelo combate à corrupção – é a camisa da Seleção Brasileira de Futebol<sup>10</sup>. Essa camisa contém o bordado ou pintura do símbolo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A relevância desta questão é que, na mesma época do início destas manifestações, a CBF também passava por investigações que renderam escândalos de corrupção noticiados até pelas mídias internacionais. Porém, nenhuma menção ao caso foi feita pelos manifestantes “Fora Dilma”. Ironicamente, muitos iam às ruas indignados com a corrupção no Brasil, mas

<sup>9</sup> Mais detalhes sobre essa questão, ver nota da Associação Brasileira de Ciência Política, cujo endereço eletrônico consta referenciado na bibliografia deste trabalho. Assim como as manchetes: El país em 3 de dezembro de 2015 “Acuado, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma”; CartaCapital em 2 de dezembro de 2015 “Em retaliação ao PT, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma. G1 em 2 de dezembro de 2015 “Eduardo Cunha autoriza abrir o processo de impeachment de Dilma”.

<sup>10</sup> Isso será comprovado pelas narrativas dos protestos em João Pessoa e imagens que serão expostas no decorrer deste trabalho.

vestidos com camisas da CBF – que estava sendo investigada pelo Departamento de Investigações Federais dos Estados Unidos (FBI) e seu ex-presidente, José Maria Marin, fora detido na Suíça, dentre outros escândalos noticiados em torno dessa organização<sup>11</sup>.

Assim, vemos que esse discurso contra a corrupção é seletivo e interessado, focado exclusivamente nos escândalos de corrupção do Governo do PT, desenvolvendo o que muitos ativistas virtuais chamaram de “indignação seletiva”. O discurso moral sobre a corrupção vem sendo usado há algum tempo na nossa política como uma estratégia para desqualificar adversários políticos perante a opinião pública e assim tentar destituí-los para eleger “novos paladinos da justiça”. Essa moral seletiva sobre a corrupção aparenta ser uma espécie de “neoudenismo”: já que a prática política do udenismo era justamente a caça aos escândalos de corrupção para usá-los como fundamento do oposicionismo aos governos getulistas (Benevides, 1981).

Esta prática visa um efeito político específico que é o de interferir no campo e subcampos do poder, pois se traduz numa disputa cultural de convencimento e imposição de valores, de visão e divisão de mundo. Nessa disputa, há agentes com recursos e competências diferentes. Quem tem maior acúmulo de capitais (cultural, econômico e simbólico) consegue posições de dominação do campo, podendo organizá-lo e /ou reorganizá-lo de acordo com seus interesses e suas interpretações da realidade. Porém, há estratégias de subversão que, se bem-sucedidas, podem levar os capitais que sustentam a força dos dominantes do campo ao descrédito e isso muda as posições dentro de um campo (Bourdieu, 1983). Pensando nisso, a indignação moral e seletiva contra a corrupção, pode ser compreendida como um recurso discursivo de um dos grupos de agentes em disputa para organizar e /ou reorganizar o campo político brasileiro de acordo com suas interpretações da realidade.

Nesse sentido, também é válido ressaltar mais uma vez que existem outras formas de pensar o problema da corrupção. Tendo em vista que há diferentes maneiras de controlar esse problema, sobretudo por via de um controle popular que ampliaria a participação política e democrática dos cidadãos comuns na esfera pública (Avritzer; Filgueiras, 2011). Porém, isto aparenta ser ignorado pelas instituições burocráticas do país, pelo senso comum e também pelos manifestantes “Fora Dilma”. Os últimos demonstram que compreendem que apenas os “heróis” do controle oficial (Polícia Federal, Judiciário e Ministério Público) podem solucionar o problema da corrupção no

---

<sup>11</sup> Manchetes relacionadas podem ser encontradas em sites de notícias do país. Os endereços eletrônicos de algumas destas notícias constam na bibliografia deste trabalho.

Brasil. Isto pode ser comprovado por alguns exemplos de demonstrações de apoio aos membros destas instituições durante os protestos “Fora Dilma”:

Figura 2: Encenação de Dilma sendo presa  
Por um conhecido agente da Polícia Federal.



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 3: Cartaz de apoio a Polícia Federal  
e ao Juiz Sérgio Moro



Fonte: Arquivo Pessoal

Como podemos ver, a figura 2 simula um agente da Polícia Federal, reconhecido na sociedade como o “Japa da PF”, efetuando a prisão da Presidente Dilma. O verdadeiro “Japa da PF” se chama Newton Ishii e é um agente da Polícia Federal que tem ganhado notoriedade por ser retratado pelas grandes mídias efetuando várias prisões decorrentes das investigações de corrupção na Petrobrás. Ele é tido como um “herói” para os manifestantes “Fora Dilma”. Mas, o curioso (e que reforça ainda mais a ideia de que o discurso anticorrupção do “Fora Dilma” se traduz em um moralismo seletivo) é que ele já foi preso em flagrante pela própria Polícia Federal em 2003, acusado de corrupção e de fazer parte de uma quadrilha de contrabandistas<sup>12</sup>. Além disso, recentemente, Newton Ishii tem sido suspeito de vender (para canais midiáticos) informações sigilosas das delações premiadas do processo de investigações dos casos de corrupção na Petrobrás<sup>13</sup>.

A figura 3 é mais um exemplo do apoio dos manifestantes “Fora Dilma” que ganhou notoriedade nacional por comandar o julgamento dos crimes de corrupção na Petrobrás. Aos 43 anos de idade, Sérgio Moro já é um dos juízes mais conhecidos do Brasil, retratado pelas grandes mídias como uma espécie de esperança de resgate da

<sup>12</sup> Ver manchetes sobre o caso: “Agente da PF na lava jato responde por corrupção”; “Policial Federal que acompanha presos da Lava-jato é alvo de processos por corrupção”; “Exclusivo: Chefe de Operações da Polícia Federal responde processo por contrabando”. Os endereços eletrônicos destas manchetes estão referenciados na bibliografia deste trabalho.

<sup>13</sup> Para mais detalhes, ver manchetes “Quem é o Japonês bonzinho” da Lava-Jato? ” e “Agente da Polícia Federal é o rosto conhecido na Operação Lava-Jato”. Os endereços eletrônicos destas manchetes estão referenciados na bibliografia deste trabalho.

moralidade no país devido à ordem de prisão de políticos e empresários. Como vimos na imagem acima, o “Fora Dilma” o tem como “o orgulho do Brasil”, a nova cara do ativismo judicial ou da “judicialização da política” – um elogio à ocupação dos espaços políticos pelas instituições jurídicas.

No entanto, como já discutido anteriormente, criminalizar a corrupção e tentar controlá-la pelo direito penal não tem demonstrado eficácia no seu combate – o que se comprova pela desproporção que há entre os casos de corrupção na vida pública e os baixos índices de condenações criminais. Isto fortalece a sensação de impunidade, causando uma indignação que tem servido de gancho pelo qual o moralismo é ativado. A possibilidade de formas democráticas de controle tem sido deslegitimada pela naturalização da corrupção, calcada na ideia de que “o Estado brasileiro é o espaço natural dos vícios” e, logo, não há qualquer solução possível. Essa ideia produz indiferença às instituições democráticas, causando também uma percepção distorcida de que as instituições jurídicas são menos corruptas e menos interessadas politicamente, e por isso apenas elas podem controlar o problema da corrupção (Avritzer; Filgueiras, 2011).

Nesse sentido, as figuras acima, além de nos levarem a refletir sobre a judicialização da política, ainda ilustram a dinâmica da lógica do escândalo. Como vimos no capítulo anterior, entre os agentes do escândalo estão os políticos, jornalistas e juristas, participando de um jogo que, ao mesmo tempo, é de disputas (para pautar e relatar os escândalos) e de colaboração (para que haja deflagrações contínuas de escândalos). O fenômeno escândalo tem duas dimensões: em uma encontram-se os temas colocados em evidência, na outra os agentes que se mobilizam para chamar atenção sobre estes temas, juntamente com quem é prejudicado pelo escândalo. Assim, para que haja publicidade sobre os temas e os agentes, os escandalizadores não agem sozinhos nos espaços sociais que participam, há uma colaboração direta ou indireta de indivíduos ou grupos posicionados em vários subcampos do poder (Grun, 2011). Pensando nisso, é importante lembrar que o escândalo produz um contexto em que acusados, acusadores e “contendedores” disputam para relatar o evento e “parecem separados por visões de mundo inconciliáveis e inapelavelmente hostis” (Idem. p. 155).

É válido ressaltar que o campo do escândalo cria agendas, formas de expressão e ação social e também serve para alavancar carreiras de indivíduos ou grupos de diferentes espaços sociais (Ibidem). Alguns escândalos conseguem atingir um alcance significativo na sociedade. Quando deflagrados, centralizam as discussões sociais,

fazendo com que alguns de seus agentes ganhem notoriedade pública e passem a desfrutar de bens simbólicos e materiais. Dessa forma, as figuras acima nos ajudam a perceber que tanto o agente, assim como o Juiz Federal, já está desfrutando de bens simbólicos, tendo em vista que são retratados pelas grandes mídias e reconhecidos pelo “Fora Dilma” como “orgulho do Brasil”.

Se forem verdadeiras as acusações de que Newton Ishii tem vendido informações das delações premiadas para os agentes que dão vida ao escândalo (mídias), esse agente da Polícia Federal, nos fornece um exemplo prático de como funciona a colaboração e disputa simultânea dentro da lógica do escândalo. Pois, ao mesmo tempo em que ele concorre por capitais (simbólico e materiais), se projetando e sendo reconhecido como alguém que está combatendo a corrupção<sup>14</sup>, colabora com as mídias para que elas possam relatar o evento – o que faz com ele possa acumular mais reconhecimento e assim desfrutar de mais bens simbólicos e materiais. O Juiz, por sua vez, ainda jovem, ganhou um reconhecimento que pode acelerar mais sua carreira e/ou lhe permitir iniciar outras carreiras em outros subcampos do poder, afinal ele passou a ser reconhecido como um “paladino da justiça” que traz esperança numa moralização do país, desbancando os malfeitores e os mandando para cadeia.

Este “jovem desafiador” do campo mostra que é capaz de supostamente restaurar os valores morais tradicionais que normatizam o convívio e que estariam sendo negligenciados por velhos membros dominantes das elites do campo do poder. Dessa forma, podemos entender como os diferentes agentes legitimam os escândalos. Tendo em vista que quando estes agentes reiteram a pauta do escândalo produzem e impõem “regimes de verdades” que são capazes de enviesar a percepção da sociedade e assim interferir na dinâmica dos acontecimentos políticos do país (Idem, p. 156).

Tendo estas questões esclarecidas, é importante mencionar que a observação participante e as entrevistas realizadas nas duas primeiras manifestações “Fora Dilma” em João Pessoa, nos mostrou similaridades com os dados apresentado nas citadas pesquisas de São Paulo e Belo Horizonte. Contudo, antes de apresentar estas similaridades, se faz necessário retratar a dinâmica das mesmas.

O “Fora Dilma” de João Pessoa no dia 15 de março foi marcado para acontecer às 16 horas da tarde na orla da praia de Tambaú. Havia na concentração do local: um

---

<sup>14</sup> Ver manchete “Japonês da PF, conhecido pela Lava Jato, pede convocação de agentes”, onde consta um vídeo do citado agente pedindo por mais Policiais Federais para: “juntar as forças, para combater a corrupção e tornar o Brasil mais justo”. O endereço eletrônico desta manchete está referenciado na bibliografia deste trabalho.

carro de som, pessoas com blusas padronizadas com as cores da bandeira do Brasil e com a camisa da seleção brasileira de futebol e muitos cartazes e faixas com inúmeras críticas ao Governo Federal, o PT, suas políticas, aliados, etc. A dinâmica do protesto era de organizadores falando palavras de ordem contra o governo, verbalizando suas insatisfações, comentando os escândalos noticiados pelas mídias, mostrando seus posicionamentos, suas expectativas, e coisas afins. Eles também abriam espaços para algumas pessoas presentes na manifestação, mesmo não sendo da organização, subirem e falarem no carro de som. Nos intervalos das falas, o carro de som tocava paródias de músicas populares, contendo críticas à Presidente e seu partido. Tocava também o hino nacional. Esse ato durou três horas e meia, mais ou menos. Foi organizado nas redes sociais, com alguns prévios encontros presenciais.

A manifestação do dia 12 de abril em João Pessoa seguiu a mesma dinâmica da do dia 15 de março. Também marcada para acontecer às 16 horas, igualmente na orla da praia de Tambaú, com um carro de som, bandeiras do Brasil, hino nacional, cartazes, faixas. As pessoas estavam vestidas outra vez com as camisas da seleção brasileira de futebol ou com as cores da bandeira. Novamente muitas críticas foram direcionadas ao governo, repetiram as paródias criticando o PT, Lula, Dilma, e mudaram um pouco as pessoas que subiam no carro de som para discursar. O ato também durou cerca de três horas e meia, tendo um número visivelmente inferior de pessoas em relação ao ato anterior, por não contar com a presença dos manifestantes que pedem a intervenção militar no Brasil. Segundo explicou a organização, as pessoas pró-intervenção militar se afastaram do protesto naquele dia, devido a diferenças ideológicas com os demais organizadores. Isso refletiu nas falas dos organizadores e marcou o discurso de muitos que subiram neste dia ao carro de som, pois repetiam incansavelmente que eram a favor da democracia e não queriam um golpe militar.

A indignação sobre os escândalos midiáticos de casos de corrupção envolvendo o PT estiveram presente em todos os momentos das duas manifestações. Citaram os escândalos de corrupção nas falas dos convidados ao carro de som, nos cartazes dos manifestantes, nas paródias, nas palavras de ordem e nas entrevistas concedidas para este trabalho. Para uma compreensão maior disto e de como estas manifestações locais e nacionais se encontram em consonância, é imprescindível uma apresentação dos reconhecidos como mentores destes protestos. Três grupos que se consolidaram nacionalmente a partir de páginas sociais na internet assumiram a organização geral dessas manifestações pelo país. Estes grupos são: “Revoltados Online”, “Vem pra Rua”

e “Movimento Brasil Livre”. As pessoas que organizaram os protestos locais em João Pessoa mencionaram suas ligações e influências com os citados grupos nacionais, durante as entrevistas realizadas para este trabalho e nas observações da pesquisa de campo. Por isso, torna-se relevante apresentar tais grupos, as pessoas reconhecidas como líderes dos mesmos e seus objetivos expressos em suas descrições nas páginas sociais da internet.

Os “Revoltados Online”, que até julho de 2015 tinham 870 mil seguidores em sua página social na internet, se apresentam como um grupo liderado por mais ou menos vinte pessoas. Formado pelas redes sociais, é o mais antigo e maior entre os três grupos citados. Alegam ser contrários à corrupção e querem o Impeachment da Presidente Dilma. O fundador do grupo, Marcello Reis, chegou a afirmar na internet que Dilma odeia o Brasil e é uma terrorista que comanda o país. O grupo sustenta discursos em prol da ditadura militar, já que acredita que só uma intervenção dos militares resolveria os problemas do Brasil. Na página social dos mesmos, há pedidos de financiamentos e vendas de “Kits anti-Dilma”, que são camisetas, bonés, adesivos e outros adereços com mensagens contrárias à Presidente, seu partido e aliados. Há também descrições que expressam as expectativas destes manifestantes:

*[...]Se você puder contribuir financeiramente para continuarmos nesta GUERRA entre o BEM e o MAL, estamos precisando, não temos ninguém por trás de nós, só temos Deus na nossa FRENTE... Juntos somos mais fortes, e com Deus na nossa frente somos Imbatíveis! (Revoltados Online, 2015).*

*Somos uma ORGANIZAÇÃO DE INICIATIVA POPULAR DE COMBATE aos corruPTos do PODER. [...] Fundada: 01 de agosto de 2010. LEVEMOS À AÇÃO: JÁ NÃO BASTA MAIS INDIGNAÇÃO. PRECISAMOS AGIR! [...] EXTERMINAR A POUCA VERGONHA DA IMPUNIDADE BRASILEIRA. Para Meditação: "Uma atitude positiva pode não resolver todos os seus problemas, mas ela irá incomodar uma quantidade suficiente de pessoas para valer o esforço." Revoltados ON LINE fundadores dos Movimentos DE AÇÃO: A VIRADA CONTRA CORRUPÇÃO UNIÃO DE COMBATE A CORRUPÇÃO (Revoltados online, 2015).*

A criação da página dos “Revoltados Online” se deu em 2010, no ano em que Dilma Rousseff foi eleita pela primeira vez e último ano de governo do ex-presidente Lula. Contudo, a prática de incitar protestos fora da internet iniciou após as manifestações de junho de 2013, tendo em vista que antes disso, as atividades do grupo na página se resumiam a disseminar e debater notícias de denúncias em relação ao governo vigente. A descrição da página dos “Revoltados Online” mostra indignação

contra corrupção e impunidade, ideais de justiça e valores morais, crenças na união das pessoas para atingir mudanças, patriotismo, religiosidade, entre outras questões.

Em entrevista ao *El País Brasil*<sup>15</sup>, a então principal liderança do movimento nacional “Vem pra Rua”, o consultor Rogério Chequer, de 46 anos, afirma que tal movimento é suprapartidário e entende que o maior problema do Brasil é o desrespeito aos cidadãos, a impunidade e o populismo. Ele ainda disse que o “Vem pra Rua” não se apresenta no momento como o grupo que quer o Impeachment da Presidente, pois se dizem defensores das instituições democráticas e jurídicas, mas pedem um basta ao governo. Dizem não apoiar a intervenção militar e têm como objetivo mobilizar a população e dar voz à indignação e à vontade do povo ante ao governo. Contrários às atuais práticas de corrupção, impunidade e falta de ética, também se dizem um movimento não financiado por partidos ou empresas, nem instituições. Nas informações do grupo em suas páginas sociais, que até julho de 2015 contavam com 540 mil seguidores, constam mais detalhes sobre o mesmo:

*O Vem Pra Rua é um projeto apartidário que nasceu pela revolta que todo brasileiro tinha dentro do peito e não se manifestava. Os R\$ 0,20 foi só o estopim para a revolta brasileira começar. Surgiu da ideia em reunir em um site informações sobre as diversas Manifestações agendadas no Brasil [...] Nosso propósito é através da informação instigar o povo Brasileiro a ir pra rua em busca de um país melhor. (Vem Pra Rua, 2015).*

*VemPraRua manifestar sua indignação conosco. Nossa bandeira é a DEMOCRACIA, a ÉTICA NA POLÍTICA e um ESTADO EFICIENTE e DESINCHADO. O Movimento Vem Pra Rua quer ser o palco de todos os brasileiros - das mais variadas etnias e orientações, idades e de todos os lugares do país - que estão indignados e querem protestar contra o governo, contra a falta de ética e as mentiras que são contadas diariamente a todos nós, contra os políticos corruptos, através de grandes manifestações cívicas, sempre ordeiras e pacíficas. [...] Somos todos brasileiros! Com valores democráticos e republicanos, espontâneo e suprapartidário [...] País rico é aquele em que seus cidadãos não têm medo de lutar por seus direitos, dentro da legalidade, respeitando o Estado de Direito. É onde a liberdade econômica é estimulada e o Estado não é maior que o necessário, a fim de que o empreendedorismo e a livre iniciativa gerem riquezas e oportunidades para todos. [...] Queremos mais concorrência e menos clientelismo. [...] Somos contra qualquer tipo de violência e condenamos qualquer tipo de extremismo (separatismo, intervenção militar, golpe de Estado) e não compactuamos com governos autoritários. E assim, vamos clamar juntos por um Brasil ético, justo, próspero e com valores sólidos. E, acima de tudo, por um Brasil unido! O NOSSO PARTIDO É O BRASIL. VEM PRA RUA! (Vem Pra Rua, 2015).*

---

<sup>15</sup> Essa matéria pode ser lida na íntegra no endereço eletrônico do *El País* que consta nas referências deste trabalho.

Na descrição do “Vem Pra Rua”, o grupo indica que teve início nas manifestações de junho 2013, já que eles citam os vinte centavos de aumento do transporte público de São Paulo, que deram a largada para as grandes mobilizações daquele ano. É presente no discurso do grupo a importância que dão a ir para rua mostrar indignação contra falta de ética e corrupção, a crença na força da união das pessoas para atingir mudanças. Há também um ímpeto de patriotismo, um ideal de justiça e valores morais, a preocupação com o “tamanho do Estado”, a preocupação em se mostrar apartidários, o desejo de um “Brasil melhor”. Similaridades são encontradas na descrição do “Movimento Brasil Livre”, que embora mais recente que os outros dois grupos, se apresentam como grandes líderes nacionais das manifestações de 2015:

*Atualmente a atuação do Movimento Brasil Livre está focada nos movimentos de rua. O MBL iniciou as manifestações no dia 01/11/14, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, em dois protestos pela investigação do Petrolão, liberdade de imprensa e fim dos subsídios a ditaduras [...] MBL lançou aviões e balões pelo país com os dizeres "Petrolão: #Ela Sabia" [...] No dia 15/03/2015 o MBL organizou a maior manifestação popular da história do Brasil, levando mais de 2 milhões de pessoas ao redor do país. (Movimento Brasil Livre, 2015).*

*O Movimento Brasil Livre é uma entidade apartidária que visa a mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera Por um Brasil livre de injustiças, opressão estatal e corrupção! (Movimento Brasil Livre, 2015).*

Os membros que idealizaram o “Movimento Brasil Livre” em São Paulo são jovens com menos de 30 anos de idade. O coordenador nacional do grupo se chama Kim Kataguri e tem 19 anos. Eles querem o Impeachment da Presidente e em entrevista ao *El País Brasil* falaram sobre “estelionato eleitoral”, que seria o não cumprimento das promessas de campanha. Falaram também em destruição da República, devido ao que eles entendem como o fim da separação entre os três poderes, pois acreditam que em um dos grandes escândalos noticiados contra o governo, houve submissão do poder Legislativo diante do poder Executivo. Também se dizem apartidários, defensores do liberalismo econômico e acreditam que não há no Brasil nenhum partido liberal. Afirmam que o maior problema do Brasil é o totalitarismo do PT, por se safar, segundo eles, de casos grandes de corrupção e tentar vandalizar e regularizar a mídia, a fim de minar a liberdade de expressão. Dizem-se contra a intervenção militar e qualquer tipo de ditadura, são favoráveis à privatização das empresas públicas e se dizem financiados

através de doações que pedem em sua página na internet e das contribuições próprias. Sua página social até julho de 2015 contava com 160 mil seguidores.

Em suas páginas sociais estes grupos têm milhares de seguidores, compartilham informações, notícias, imagens e vídeos referentes à política do Brasil. Sendo em grande parte denúncias de corrupção, investigações, projetos de leis polêmicos, discursos de parlamentares e coisas afins. São nestas páginas online e, atualmente, também por aplicativos de celular, que acontecem as organizações nacionais dos protestos “Fora Dilma”. Os grupos nacionais definem as datas e os representantes destes grupos nos estados e cidades organizam os protestos locais, seguindo as demandas dos grupos nacionais. Assim foram organizadas as manifestações contra Dilma /Lula /PT em 2015 na cidade de João Pessoa, por um grupo local que se chama “Voltados João Pessoa”. Até julho de 2015, este grupo local contava com 170 seguidores em sua página social.

As descrições dos “Revoltados Online”, “Vem pra Rua” e “Movimento Brasil Livre” nos possibilitam também perceber elementos que levam um número significativo de pessoas a se reconhecerem em seus discursos. Os sentimentos e causas comuns expressos nos discursos destas descrições fazem com que seguidores dos grupos desfoquem de suas diferenças e se identifiquem constituindo um “nós”: a insatisfação com o governo; o discurso anticorrupção; o patriotismo; seus eleitos heróis da nação; a influência do liberalismo econômico; valores morais; aparente rejeição partidária; a forma a qual falam em nome de toda a nação brasileira; a forma como se apresentam como justos, supondo compartilhar do mesmo senso de justiça, se afirmando como o lado do bem e como quem sabe e quer o que é o melhor para o país; se sentido atacados pelo Governo Federal e tendo este como um inimigo comum.

Através destes sentimentos e noções comuns, milhares de pessoas que nunca se viram antes pessoalmente, de diferentes espaços geográficos, e setores da sociedade, desenvolvem um sentimento de pertença a estas manifestações e se mobilizam por suas causas comuns. Isso configura algo *imaginado* no sentido em que Anderson (2008) deu a essa palavra. Entendemos que as contribuições de Anderson são essenciais para refletir sobre o processo de criação do discurso destes grupos, que tentam recuperar a força de elementos e símbolos patrióticos ao se vestirem com as cores que simbolizam a pátria, entoar o hino nacional, falar como nação brasileira, em nome do povo brasileiro, pelos interesses do brasileiro. Isto cria um discurso poderoso capaz de alcançar diferentes setores da sociedade, por comportar a naturalização de uma ideia-força, de um mito nacional (como explicado no capítulo anterior).

Assim, ao se apropriar de uma ideologia patriótica já naturalizada na sociedade, estes grupos estão tentando criar ou reforçar um vínculo ideológico entre diferentes pessoas que não irão questionar ou manter suas diferenças tematizadas politicamente. Este discurso nos mostra a construção de uma comunidade moral que organiza pessoas em prol do convencimento e imposição de seus valores e virtudes. O aspecto emocional que há numa ideologia patriótica faz com que essa “luta pelo bem da nação” não seja problematizada, seja apenas incorporado de maneira acrítica (Souza, 2012). Um discurso que diz que “somos todos brasileiros, queremos o bem da nossa nação e o nosso partido é o Brasil” unifica e obscurece os conflitos e desigualdades sociais, fazendo com que todos se sintam “no mesmo barco”. Com isso, vemos que a ideologia patriótica é naturalizada mesmo que não possua nada de natural: se trata de uma construção que serve para criar solidariedade entre grupos diferentes, legitimar e reproduzir as desigualdades entre eles (Anderson, 2008; Souza, 2012).

Na verdade, a construção dessa comunidade moral do *povo/cidadão/brasileiro*, cansado da corrupção e que luta por uma sociedade mais justa, é, um recurso discursivo que não tem necessariamente efeitos na organização ou articulação da experiência social. Por exemplo, as desigualdades sociais e o problema das formas mais justas de organização social seguem sem nenhuma problematização. Ao contrário, essa comunidade naturaliza, legitima e reproduz as desigualdades a partir de um discurso que as torna opacas. Além disso, como já discutido acima, a única corrupção que os interessa é a dos escândalos midiáticos que servem para criar uma sensação de desconfiança e desestabilizar o governo atual. Há em jogo uma agenda política que nada tem a ver com o combate à corrupção ou com o “bem da nação”, tampouco com a luta por uma sociedade mais justa. Assim, a importância da ideia de *comunidade imaginada* para refletir sobre estes grupos é mostrar a apropriação de um discurso poderoso e capaz de alcançar muitas pessoas, mas que não tem necessariamente relação com a prática das ideias-força que o constitui.

Outra coisa que precisamos tratar antes de seguir nas discussões é da necessidade dos grupos de se mostrarem apartidários. Embora tenhamos visto nas pesquisas realizadas em São Paulo e em Belo Horizonte um dado que indica que a maioria dos manifestantes “Fora Dilma” votaram no candidato do Aécio Neves do PSDB nas últimas eleições, vimos também outros dados que indicam que poucos manifestantes têm identificações com partidos políticos. Esse aparente apartidarismo aparece nas descrições dos grupos ilustradas acima e isso denota certa desconfiança em

relação aos partidos políticos, uma crise de representação política (Moisés, 2005; Castells, 2013).

Porém, não se identificar como um movimento partidário não significa que o movimento é isento de qualquer ideologia, tendo em vista que os elementos contidos nas descrições destes grupos – que expressam um moralismo seletivo contra a corrupção, junto com a defesa do liberalismo econômico, o apelo ao patriotismo e aos valores conservadores e religiosos. Ao considerar isto, é importante mencionar que esses elementos estão dentro do contexto de uma direita mundial, e que o fenômeno de ascensão da direita em democracias já estabelecidas ou em consolidação, não vem ocorrendo apenas no Brasil e na América Latina, mas no mundo todo<sup>16</sup> (Norris, 2005).

Diante do quadro exposto, se torna possível então responder ao questionamento inicial presente no título deste capítulo (*De onde surgiram e o que querem?*), afirmando que os manifestantes “Fora Dilma” surgiram de uma tentativa discursiva de estabelecer uma *comunidade moral imaginada de povo/cidadão brasileiro*, que começou a tomar forma como “movimentos de rua” após as “Jornadas de Junho”<sup>17</sup> no país. E o que querem é estabelecer suas projeções políticas a partir da ideia de um Brasil *novo, melhor, justo, honesto, ordeiro, ético, etc.* (sem maiores especificidades), se afirmando como representantes dos interesses de todos os brasileiros. Porém, sugerem que isto só se dará diante da queda do governo vigente. Em termos bourdieusianos, *o que querem* é reorganizar o campo do poder, usando do moralismo como uma estratégia para desestabilizar a organização atual deste campo e seus subcampos, a fim de alcançar novas posições dentro deles. Isso corresponde a ação política do udenismo.

---

<sup>16</sup> Um estudo mais detalhado sobre esse fenômeno é apresentado por Pippa Norris (2005) em *A tese da “nova clivagem” e a base social da direita radical*. Nesse estudo a autora se preocupa em explicar o porquê de partidos de direita radical estabelecerem presença nos parlamentos nacionais durante os últimos anos em uma diversidade de democracias pelo mundo. Este estudo observa que essa popularidade dos partidos de direita radical acontece também em sociedades com democracias estabelecidas, e com características que deveriam gerar tolerância social e ações liberais, não autoritarismos. Esta ascensão da direita tem acometido sociedades pós-industriais, com estados que garantem o bem-estar social, de populações bem instruídas e seguras do mundo (Idem. p.2).

<sup>17</sup> Embora haja no presente trabalho uma breve exposição sobre as Jornadas de Junho de 2013, reconhece-se que há muitas interpretações, olhares e questões sobre elas, até mesmo uma problematização referente a este título de “Jornadas”. Portanto, maiores discussões a respeito podem ser encontradas também em COELHO (2013); GOHN (2014); SINGER (2013); MARICATO (2013). Assim como nos endereços eletrônicos de editoriais de jornais, artigos e notícias que serão referenciados no decorrer do capítulo.

### **3.1: O “Fora Dilma” e as manifestações de junho de 2013**

Entendemos que as manifestações “Fora Dilma” têm uma relação com as que aconteceram em junho de 2013 no Brasil. Porém, não vemos as manifestações atuais como continuidade daquelas. Apenas identificamos elementos comuns entre ambas que nos levam a perceber como o ponto de partida das manifestações “Fora Dilma” se deu em 2013. Afinal, antes das “Jornadas de Junho”, muitas pessoas que hoje vão às ruas manifestar-se nunca tinham exercido esse tipo de prática. Assim, podemos dizer que o junho de 2013 forneceu para os grupos da direita, um repertório de ações que eles não tinham antes.

Com isso posto, em junho de 2013 houve uma onda de manifestações que reuniu centenas de milhares de pessoas protestando pelas ruas do Brasil. As manifestações começaram em São Paulo, quando o Movimento Passe Livre (MPL) parou a cidade ao se levantar contra o aumento das passagens de ônibus. Como lembra Rolnik (2013) citando Mao Tse-Tung: “uma fagulha pode incendiar uma padaria e, no nosso caso, essa fagulha foi a mobilização contra o aumento da tarifa nos transportes públicos convocada pelo MPL” (Idem. p. 8). Tal fagulha fez com que em todos os estados e Distrito Federal do Brasil, pessoas com diferentes ideologias políticas e as mais controversas pautas, atendessem aos chamados via redes sociais e saíssem (muitas pela primeira vez) nas ruas para mostrar sua insatisfação com os acontecimentos políticos do país. Estas insurreições populares foram chamadas por alguns de “Jornadas de Junho”.

Uma série de acontecimentos convergiu para a adesão das centenas de milhares de pessoas a essas manifestações que tomaram proporções nacionais em 2013. Mesmo o MPL sendo um grupo consolidado, com alguns anos de organização e protestos pelas cidades do Brasil, talvez não tenha sido exatamente a sua pauta que fez com que o movimento tivesse tanta visibilidade naquele junho. A forma abrupta como as forças policiais de São Paulo tentavam dispersar os manifestantes, retratada pelas grandes mídias, compartilhada nos principais sites de notícias e redes sociais – sobretudo quando jornalistas passaram a ser atingidos pelas balas de borrachas e spray de pimenta dos policiais – fizeram com que muitas pessoas prestassem atenção nos protestos do MPL (Coelho, 2013; Maricato, 2013; Singer, 2013).

Somada à violência policial, é válido recordar que, inicialmente, outra questão chamou atenção nos protestos e dividiu opiniões, que foram os danos ao patrimônio público e privado por parte de alguns grupos de manifestantes. Algumas pessoas

defendiam que só assim haveria a atenção necessária das autoridades às reivindicações. Por outro lado, existiam os críticos destes comportamentos, chamando-os de vândalos e recriminando esse tipo de atitude. Com isso, repercutiu significativamente nas mídias questionamentos do tipo: ‘vândalos ou manifestantes?’<sup>18</sup>.

Além da ampla repercussão midiática, entre as principais questões que levaram outros movimentos sociais, alguns partidos políticos (principalmente os de orientação política de esquerda) e os milhares de manifestantes não associados a algum tipo de formação política específica a aderirem aos protestos do MPL, estão: protestos em torno da realização da Copa do Mundo de futebol sediada em 2014 no Brasil e seus gastos; notícias e denúncias de corrupção contra o Governo Federal; insatisfação com a educação, saúde, segurança pública e mobilidade urbana; discussões referentes a direitos sociais das consideradas minorias políticas, como as mulheres, negros, homossexuais; discussões sobre reforma política; e o fato do ano de 2013 anteceder as eleições presidenciais de 2014 (Coelho, 2013; Maricato, 2013; Singer, 2013).

As questões acima citadas protagonizaram as discussões levantadas pelo país afora. Devido à diversificação dos acontecimentos e a heterogeneidade visível dos grupos de manifestantes que aderiram aos protestos (o que se refletiu nos cartazes sobre os mais variados, controversos e até contraditórios temas). Mesmo sabendo que o estopim das manifestações de 2013 foi o problema da mobilidade urbana, era/difícil identificar com precisão o que queriam as pessoas que continuaram se manifestando até semanas após a diminuição nas tarifas dos transportes públicos em várias cidades do Brasil.

Algumas pesquisas foram realizadas com o propósito de tentar compreender e traçar o perfil desses manifestantes, como exemplo, é válido citar a análise de Secco (2013) que usou em seu artigo *As Jornadas de Junho* uma pesquisa da *Folha de São Paulo*, que ajudava a retratar como aquele momento estava sendo compreendido. A pesquisa dizia que 84% das pessoas que ocuparam a cidade de São Paulo em 17 de junho de 2013 não tinham preferências por partidos, 71% participavam pela primeira vez de um protesto, 53% tinham menos de 25 anos de idade, 77% tinham ensino superior. Assim o autor analisa:

---

<sup>18</sup> Várias notícias, pesquisas e análises em relação ao questionamento “vândalos ou manifestantes?” Circularam nas mídias e redes sociais, devido aos casos de danos ao patrimônio público durante os protestos. Alguns endereços eletrônicos com estas notícias constam na bibliografia deste trabalho.

*Alguns números revelam o óbvio: desde 1992 não havia protestos amplos e generalizados no país, logo, só poderia ser a primeira vez dos jovens manifestantes. Além disso, a preferência partidária sempre foi baixa no Brasil, embora tenha se revelado ainda menor na pesquisa citada. (Secco, 2013, p. 71).*

Os “jovens manifestantes” de 2013 foram às ruas movidos por inúmeras insatisfações, muitos deles, pela primeira vez e fizeram uso de um recurso que há alguns anos estava esquecido por pessoas não vinculadas a movimentos sociais: manifestar-se em vias públicas. Tal recurso continua sendo utilizado e incentivado por membros, líderes e seguidores de grupos como “Revoltados Online”, “Vem pra Rua” e “Movimento Brasil Livre”. Eles compreenderam as “Jornadas de Junho” como uma abertura de oportunidades para externar suas interpretações dos acontecimentos no país. Para estes grupos, os acontecimentos de junho expuseram sentimentos e causas comuns que os possibilitaram identificação.

Das “Jornadas” trouxeram a prática de se organizarem via redes sociais para protestar nas ruas, de usar as cores da bandeira do Brasil, discursar sobre amor pela pátria, entoar o hino nacional como símbolo do movimento, de se reconhecerem como *cidadão/povo brasileiro*, de se apresentarem como apartidários, democráticos, em busca do *novo*, do lado do *bem*, *éticos*, *justos*, *honestos*, que quererem o *melhor* para todos, de se levantarem *contra corrupção e impunidade*, e também, de obscurecer qual noção de “melhor”, “democrático”, “novo”, “bem”, “justo”, “ético”, “honesto” está sendo proposta.

As manifestações de 2013 nos ajudaram a perceber que, quando um grupo grande e heterogêneo de pessoas sai em protesto sem um programa definido, fica impossível haver clareza, coerência e identidade nas reivindicações. Isso faz pertinente a afirmação de André Singer em seu artigo *Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas*: “em certo momento os protestos adquiriram tal dimensão e energia que ficou claro estar ocorrendo algo nas entranhas da sociedade, *algo* que podia sair do controle. Mas nunca restou nítido o *que* estava acontecendo” (Idem. p. 24).

As muitas pautas levantadas confundiam a compreensão do que estava acontecendo, também foi difícil entender com precisão porque as manifestações foram esfriando. Na tentativa de compreender o que acontecia no Brasil naquele junho, muitas análises foram realizadas por colunistas de jornais, cientistas sociais, filósofos, entre outros, que levantavam discussões e tentavam mapear os interesses diversos que estavam em disputa nas manifestações. Algo que Singer nos ajuda a perceber é que

tantas pessoas reunidas querendo tantas coisas diferentes ao mesmo tempo, evidenciavam ideologias em conflito, já que no mesmo espaço chocavam-se questões contraditórias, opostas e conflituosas.

Ao considerar estas questões, é importante tratar da composição social dos protestos. Tendo em vista que diante da sua heterogeneidade, existiam dúvidas sobre a predominância da classe média ou uma forte presença da massa de trabalhadores qualificados e semiquilificados. Nesse sentido, Singer contribui com uma terceira via de análise, que seria a presença simultânea destes grupos nos protestos. Assim, tanto havia:

*Uma expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo [...] do novo proletariado [...] trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho (Idem. p. 27).*

Essa composição heterogênea contribuiu para que diferentes ideologias se cruzassem nos protestos de 2013, pois as manifestações tiveram inicialmente um viés progressista. Contudo, na medida em que mais pessoas iam aderindo aos protestos, surgiram também vertentes à direita “que pretende[ram] desencadear uma pressão regressiva em relação ao campo popular que está no governo com o lulismo desde 2003” (Idem, p. 32). Desse processo surgiu o atual “Fora Dilma” e por essa razão afirmamos que o junho de 2013 foi o ponto de partida para as manifestações pró-impeachment de 2015. Embora o MPL tivesse um posicionamento claro sobre o que estava reivindicando, não tinha controle da dimensão que tomaram os protestos, que acabaram sendo abertos a visões de mundo bem diferentes da sua. Dessa forma, as posições à direita “pegaram carona” naquele movimento inicialmente convocado pelo MPL, tornando-se maioria e mudando a direção do movimento, fazendo com que o MPL se retirasse das manifestações.

As posições de direita perceberam que havia ali uma oportunidade de expressar um “mal-estar difuso com a situação do país” (Idem. p. 33). A partir do momento em que setores importantes da classe média aderiam aos protestos, o que tinha se iniciado como um movimento de esquerda passou a ser um “arco-íris em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita” (Idem. p. 34). As manifestações passaram a ter um caráter claramente oposicionista que não tinham antes. Esse

oposicionismo foi articulado como uma aproximação simbólica entre sentimento anticorrupção e discursos patrióticos, que foram exercitados nos atos de entoar o hino nacional e uso das camisas da seleção brasileira de futebol.

Mais uma vez, é importante ressaltar que o discurso em torno da corrupção no Brasil é uma estratégia usada para atingir adversários políticos e que “a vantagem da bandeira anticorrupção é que ela penetra em todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum. Quem pode ser a favor da corrupção?” (Idem. p. 35). Isso ajudou a aumentar o potencial de convencimento e mobilização do discurso moral em torno da corrupção e no direcionamento dos protestos à direita. Estas questões são essenciais para percebermos que o atual “Fora Dilma” ganhou seu repertório de organização pegando carona nos chamados do MPL.

Para um desfecho dessa menção às “Jornadas de Junho”, é importante lembrar que como resposta aos protestos, a Presidente se reuniu com Governadores e Prefeitos do país apresentando “cinco pactos nacionais”<sup>19</sup>, que ela entendia como *propostas concretas e disposições políticas em prol do Brasil*, estas eram: 1º responsabilidade fiscal, visando o controle do avanço da inflação, 2º o plebiscito para a reforma política, 3º investir mais em saúde, 4º investir mais em educação e 5º investir mais em mobilidade urbana. Após esse pronunciamento as manifestações ficaram mais brandas, até que encerraram, porém, é possível observar que a lista da presidente não foi capaz de abarcar todas as demandas que vinham das ruas, talvez pela dificuldade em mensurar o que queriam os manifestantes. Também é importante mencionar que, após sua reeleição, a tentativa de plebiscito para reforma política proposta por ela, tão aclamada nas manifestações de 2013, foi rejeitada no Congresso Nacional, sobretudo pelos partidos de oposição ao governo e isso não resultou em novas insurreições populares.

Talvez a diversidade de pautas e a adesão de grupos tão divergentes às manifestações possam se esclarecer um pouco com as colocações do sociólogo espanhol Manuel Castells (2013) ao analisar os movimentos sociais atuais no mundo. O autor estuda os movimentos sociais em tempos de internet, analisando as grandes manifestações que emergiram e se desenvolveram por meio das redes sociais. Porém, antes de apresentar alguns argumentos do autor, é importante mencionar que as manifestações de 13 de junho no Brasil não tinham entrado em seu repertório de análise,

---

<sup>19</sup> Os pactos propostos pela Presidente como resposta as manifestações de 2013, foram amplamente noticiados na época, alguns endereços eletrônicos sobre estas notícias estão referenciados na bibliografia deste trabalho.

pois aconteceram no ano em que ele estava publicando um de seus livros sobre movimentos sociais em rede.

Diante do exposto, para Castells os protestos em rede acabam por criar um novo espaço público e isso se apresenta como uma ruptura com a política tradicional. O autor fala sobre a insuficiência do sistema representativo ocidental afirmando que estes movimentos em rede expõem que o sistema representativo vigente suprime a vontade popular no meio da *engenharia política*, então, ao invés de uma democracia representativa, tais movimentos reivindicam uma democracia participativa (Idem. p.39).

Castells afirma que estes movimentos atuais correspondem a uma ação coletiva *fora dos canais institucionais prescritos* e são guiados pela emoção, já que eclodem junto a algum evento significativo que provoca a indignação das pessoas (Idem. p. 157). Com isso o autor explica que: “quando se desencadeia o processo de ação comunicativa que induz à ação e a mudanças coletivas, prevalece a mais poderosa emoção positiva: o entusiasmo, que reforça a mobilização societária intencional” (Idem. p. 158).

Os movimentos em rede não emergem somente da pobreza ou desespero político, eles estabelecem uma *mobilização emocional* que surge da indignação que a grande injustiça provoca. Em outras palavras, devido à crise econômica mundial (que segundo autor, foi o que determinou a insurreição destes novos movimentos) as lideranças políticas buscam manter os interesses da elite bancária simultaneamente ao acionamento de medidas de austeridade que submetem a população, dessa forma a crise expõe a falsidade do sistema representativo (Ibidem).

Uma importante característica destes atuais movimentos é que eles são ao mesmo tempo locais e globais, pois as questões veiculadas na internet se espalham em uma velocidade significativa. Com esta nova interação, os movimentos demonstram consciência da *interligação de questões e problemas* da humanidade. Dessa maneira se constitui o que Castells apresenta como uma cultura contestatória e cosmopolita sobre o que é veiculado, ele chama essa cultura de *imagens de mobilização*.

Outra característica comum nestes movimentos da era da internet é que eles rejeitam os partidos políticos, também desconfiam dos líderes. Por isso as manifestações aparentam surgir de movimentos sem liderança, o que acontece devido à desconfiança dos manifestantes diante de qualquer tipo de delegação de poder. Há então nessas manifestações uma ideia de autogoverno, os participantes se entendem intersubjetivamente como *companheiros*, esse companheirismo acontece entre as pessoas que não se conheciam presencialmente nos primeiros momentos de articulação

dos protestos e quando há o primeiro encontro físico é inevitável o compartilhamento de valores e emoções entre eles. Castells fala ainda da carência de uma forte ideologia expressa por um *programa* como característico desses movimentos, e afirma que essas manifestações são “raramente programáticas” (Idem. p. 166).

De uma maneira geral, Castells ilustra o retrato dos atuais movimentos como descentralizados, democráticos e horizontais por não se disporem a delimitação de um programa, mas objetivarem a mudança completa da situação política vigente. O autor entende que os protestos emergidos das redes sociais não têm programa, ou possuem tantos que acabam por não ter nenhum. Ele vê certa lógica nisso, pois acredita que a falta de clareza no programa reflete a vontade dos manifestantes de combaterem o sistema por completo, por saberem que tal sistema está estruturado de uma maneira, que, se não for destruído, não deixará espaço para o atendimento das demandas das manifestações. Os detalhes da indignação de tais movimentos e a ênfase no poder das redes sociais como elemento de mobilização levam o autor a apostar que essas manifestações arroladas pela interação possibilitada na internet, podem resultar em uma nova democracia, assim como em um novo padrão de rebeldia.

Em outubro de 2013 Castells concedeu uma entrevista para a revista brasileira *Época*<sup>20</sup>, onde falou sobre *Redes de indignação e esperança* e também respondeu a questões sobre as manifestações de junho de 2013 no Brasil, pois ele veio lançar o livro bem na época que elas estavam acontecendo. Nessa entrevista, Castells se referiu aos acontecimentos específicos do país, à postura e medidas do Governo diante das manifestações. Ele afirmou que Dilma fez algo único, que foi legitimar o movimento com seus pronunciamentos, ouviu as ruas (contudo, como já mencionado, mesmo atendendo ao pedido de ampliação da participação a partir da proposta de um plebiscito para a reforma política, a Presidente se deparou com a falta de apoio do Congresso, também de alguns segmentos sociais) e, entre muitas outras coisas, ele reiterou as principais questões de seu livro.

Sem dúvidas Castells é um autor importante para ajudar na compreensão das mudanças sociais em tempos de internet. As características que ele observa nesses movimentos em rede condizem, em alguma medida, com os dados levantados das manifestações atuais do Brasil. Porém, se há algo que é questionável na leitura desses protestos por Castells, é que, quando ele diz que os manifestantes estão em busca de

---

<sup>20</sup> O endereço eletrônico da entrevista de Manuel Castells para a revista *Época*, consta na bibliografia deste trabalho.

uma ruptura com o sistema democrático atual e aposta no surgimento de uma nova democracia, acaba não percebendo que essa ruptura possa também resultar em uma reeditada forma de governo autoritário. Ao menos nas manifestações brasileiras, uma quantidade significativa de pessoas pedia em 2013 e pedem em 2015 por intervenção militar e querem resgatar valores conservadores que reprimem o avanço de direitos sociais de determinadas grupos sociais, ou seja, valores antidemocráticos.

A rejeição aos partidos políticos, que o autor considera como uma das características desses movimentos em rede, pode ser lida como crise de representatividade, desconfiança das instituições atuais democráticas e lideranças políticas. Contudo, também não pode ser desconsiderada a possibilidade de serem manobras de supressão às expressões políticas que podem apresentar oposição (o que já aconteceu, não só no Brasil, mas em vários outros países durante os governos de regimes fascistas, autoritários e ditatoriais). Não se tenta discordar aqui que o ato de se manifestar, indignar-se é parte essencial da democracia, tampouco que as instituições democráticas representativas vigentes são falhas em relação às expectativas populares. Mas, convém entender que nem sempre rupturas apontam para formas mais democráticas ou emancipatórias, podem também significar retrocessos políticos. Porém, ainda é possível concordar com a perspectiva de Castells sobre falta de definição dos programas, já que nestes movimentos em rede a grande quantidade de demandas díspares não permite pensar na elaboração de uma agenda política, como o próprio autor sugere, os programas são tantos que acabam sendo nenhum.

### **3.2: Contextualização dos argumentos apresentados para o pedido de Impeachment da Presidente Dilma**

Não faz parte dos interesses desta pesquisa se apresentar como defesa ou acusação do atual Governo Federal do Brasil, tampouco se mostrar favorável ou contrária às manifestações estudadas. O que se pretende é compreender a experiência dos protestos e as articulações entre o moralismo e política. Para tal, se faz necessário, além da contextualização das manifestações, certa exposição dos acontecimentos que têm convergido para justificativa delas.

Considerando o esclarecimento acima, para condensar com maior objetividade a argumentação moral que levam os manifestantes de 2015 a acreditarem na necessidade de um Impeachment, primeiro será apresentada a intitulada “Aliança Nacional dos

Movimentos Democráticos” (ANMD) e depois expostas as justificativas que constam em suas cartas e manifestos. Em uma tentativa de aglomerar os grupos anti-governistas e tendo por finalidade levar as reivindicações ao Congresso Nacional, após o 15 de março de 2015, encabeçada pelo “Vem Pra Rua”, foi criada a ANMD. Esta espécie de associação tem uma página social na internet onde conta a seguinte descrição:

*Página oficial da Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos, que reúne as lideranças dos movimentos que protagonizam a consciência política no Brasil. A Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos, tem como missão reunir os mais importantes grupos brasileiros que hoje estão em contato com as ruas e com a sociedade, e estabelecer a interlocução destes com o legislativo federal, com o objetivo de propor e cobrar a pauta unificada de demandas das ruas para um novo Brasil, mais justo, mais ético, mais forte. (Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos, 2015).*

Essa descrição não difere muito das outras anteriormente apresentadas. Como nas outras, também há a projeção de que o “Fora Dilma” é moralmente superior e capaz de conduzir o país para um “novo” caminho “*mais justo, mais ético e mais forte*”. Não é presente neste discurso como e por que se consolidaram *protagonistas da consciência política no país*, mas se colocam como tal. Há também nas partes 6 “*Um pacto Feito*” e 7 “*A Esperança vira Realidade*”, da carta lida nos protestos do dia 12 de abril de 2015, menção a criação da Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos:

*Seremos uma coalizão de forças, de absoluto caráter apartidário. Uma ALIANÇA formada por representantes legitimados pelas ruas. Integrada exclusivamente por cidadãos comuns, sem mandatos, sem ligação com o legislativo ou com o executivo. Pessoas com o incondicional compromisso de defender, unicamente, os interesses da população brasileira. Brasileiros dispostos a não se dobrarem às influências políticas ou empresariais. As ruas permanecerão unidas, nacionalmente, por um Brasil melhor e mais justo. O que esta ALIANÇA vai fazer? [...] se reunirá nesse próximo dia 15/4, em Brasília [...] Afinal, dessa vez queremos que Brasília nos ouça. A História está registrando o lançamento das bases de um novo Brasil. Um Brasil mais ético, mais justo, mais democrático, mais eficiente. Um Brasil do qual brasileiros desta e das novas gerações poderão se orgulhar. Hoje o Brasil abre um novo capítulo em sua história. Hoje o povo brasileiro mostra ao mundo o exercício pleno da cidadania e de uma democracia real. E esta não será uma conquista individual. Esta será uma conquista de todo o vigoroso, forte e ordeiro povo brasileiro. Está criada a ALIANÇA NACIONAL DOS MOVIMENTOS DEMOCRÁTICOS. Teus filhos mostram hoje, aqui, que não fogem à luta. Estamos aqui Por mudança. Não agüentamos mais Este governo Não queremos: Corrupção, Petrolão, Acordão. Exigimos: Oposição, Investigação, Punição. Somos a união De todos Que querem Mudar O BRASIL. TODOS CANTAM O HINO NACIONAL!!! (Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos, 2015).*

Esse trecho novamente evidencia a ação de um grupo em disputa pelo fortalecimento de suas ideias na opinião pública. Mais uma vez há a tentativa de representação dos interesses de toda população brasileira como objeto de desejo destes manifestantes, que trazem em seus discursos a deslegitimação das instituições democráticas ao se impor como “*representantes legitimados pelas ruas*”. Isto não só esvazia o sentido dos partidos políticos e demais instituições representativas numa democracia, como também indica o caráter autoritário destes manifestantes ao se afirmarem representantes dos interesses do povo. Mais uma vez um *novo Brasil* é prometido, mas não especificado, o *povo/cidadão brasileiro* é imaginado como “*de absoluto caráter apartidário*”, “*ordeiro*”, “*honesto*”, “*unido*”, “*democrático*”, “*vigoroso*”, “*forte*” e com ânsia de “*mudanças*”. Estas construções são apresentadas no discurso como um *novo capítulo na história do Brasil*, mas pela semelhança, acaba por nos remeter a velhos capítulos de nossa história, que relatam como pretensões parecidas resultaram na instalação de um regime político autoritário no país.

Cabe fazer referência aqui às discussões que fizemos sobre a UDN no primeiro capítulo deste trabalho. Se nos voltarmos para a trajetória do partido, encontraremos muitas semelhanças entre o que vem sendo proposto hoje como um “novo país”, “*melhor*”, “*ético*”, “*justo*”; e o que compunha os discursos udenistas entre as décadas de 1950 e 1960. Como vimos anteriormente, os dez anos de insucesso eleitoral da UDN explicitaram seu comportamento elitista, moralista, conservador e golpista. Tal comportamento traduziu a ação política do partido em tentativas de destituir do poder os representantes eleitos pelo povo, por via de conspirações e discursos morais inflamados, alicerçados, sobretudo, no discurso anticorrupção. A UDN também clamava por um “novo Brasil”, “*ético*”, “*moral*”, “*ordeiro*”, “*justo*”, porém, a história nos mostrou que se tratava de uma disputa cultural (Bourdieu, 1983; Grun, 2011) pela conservação e imposição da ordem política e moral das elites. Mostrou-nos também que as características do udenismo (liberalismo econômico e anti-povo, elitismo, conservadorismo, defesa da ordem, moralismo, golpismo) juntamente a sua aliança com os militares, resultaram no conhecido golpe civil-militar de 1964 (Benevides, 1981; Dulci, 1986).

Com tantos elementos semelhantes entre o udenismo e esse oposicionismo político atual expresso pelos discursos e ações dos manifestantes “Fora Dilma”, é possível constatar que o conjunto de ideologias e ações que caracterizaram o udenismo vem sendo ressignificado na sociedade, sendo hoje expresso no discurso e repertório de

ação dos manifestantes “Fora Dilma”. Na análise da citação acima, encontramos a ação política mais comum do udenismo que era a de fundamentar seus argumentos e projeções políticas nos escândalos midiáticos de corrupção contra seus adversários: “*Não aguentamos mais Este governo Não queremos: Corrupção, Petrolão, Acordão*”. Elementos desta estratégia estão presentes nos discursos expressos no “Fora Dilma” discutidos neste trabalho.

Com o exposto, é válido ressaltar que a presença da corrupção no debate público, pode tanto subsidiar um discurso que vise à prática de um controle democrático do problema, ampliando a participação popular na política. Como subsidiar esse discurso moralista que *reivindica uma chave nacionalista que potencializa a exclusão* (Filgueiras, 2013). Dessa forma, como já nos mostrou a história, o discurso público *moralista* sobre a corrupção é um empecilho para o caminho da radicalização democrática no Brasil. As semelhanças entre as perspectivas dos manifestantes “Fora Dilma” com as do udenismo nos mostram que o *novo* pode ser, na verdade, apenas uma ressignificação de um *velho* conhecido. Isto configura o que estamos chamando de neoudenismo. Considerando estas questões, após as duas primeiras manifestações “Fora Dilma” de 2015, a ANMD lançou um manifesto em apoio aos parlamentares de oposição ao governo<sup>21</sup> onde entendiam como cabível o pedido de Impeachment e apresentaram seus argumentos:

*A Aliança declara o seu apoio aos parlamentares de oposição que apresentaram à Procuradoria Geral da República denúncia contra a Presidente Dilma Rousseff na terça feira, 26/05/2015. Entendemos que, neste momento, são cabíveis tanto a iniciativa do pedido de impeachment, quanto a apresentação de denúncia por crime de improbidade administrativa em decorrência das “pedaladas fiscais” praticadas para mascarar a desorganização orçamentário-fiscal e a corrupção desenfreada. Esta denúncia também pode evoluir para o impeachment, se ficar configurada a prática do crime de improbidade administrativa pela presidente. É consternador constatar que, mesmo após tantos desmandos e crimes praticados por este (des)governo, o mesmo ainda detenha a maioria no Congresso Nacional. A Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos ressalta que tem como objetivo buscar caminhos para tornar nosso país melhor para todos, retirando do poder aqueles que só defendem os próprios interesses e que lesam a nação de forma desavergonhada, gerando graves prejuízos à economia nacional, com aplicação de medidas recessivas, que geram desemprego e instabilidade econômica e social. Unidos, os movimentos democráticos, reafirmam o compromisso de apoio à atuação do*

---

<sup>21</sup>Este Manifesto da Aliança Nacional dos Movimentos democráticos em apoio aos parlamentares de oposição ao governo foi publicado em blogs de pessoas vinculadas a aliança. O endereço eletrônico de um destes blogs contendo o manifesto na íntegra, consta na bibliografia deste trabalho.

*Ministério Público Federal, às investigações da Polícia Federal e a toda iniciativa popular ou institucional para resgate da confiança do povo brasileiro em suas instituições. Reafirmamos a nossa expectativa de que o procurador Geral da República, Rodrigo Janot, representará a vontade da maioria do povo em busca da Justiça, dando continuidade aos trabalhos realizados no âmbito da operação Lava-Jato. Reiteramos que é desejo da grande maioria do povo brasileiro que a denúncia contra a presidente Dilma Rousseff seja recebida e processada nos termos da lei. (Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos, 2015).*

Mais uma vez, podemos perceber que os argumentos apresentados neste manifesto se pautam nos escândalos de corrupção noticiados pelas mídias nacionais. Na época da publicação deste manifesto, muitas destas denúncias ainda estavam sendo investigadas, sendo por isso possível afirmar que a argumentação acima está toda fundamentada em especulações. O foco nos escândalos de corrupção é evidenciado em todo o texto. Talvez isso possa ser entendido pela lógica do escândalo, que vai nos mostrar que, para os objetivos de manchar uma reputação, pouco importa a confirmação dos fatos, basta que se mantenha a pauta dos escândalos (Grun, 2011). Somado a estas questões, vemos mais uma vez o apelo à ideologia patriótica, assim como o apoio à judicialização da política. Estes elementos unidos ilustram o uso do moralismo como uma estratégia de mobilização contra o governo.

Os partidos de oposição ao governo têm, por questões óbvias, não apenas se beneficiado como também contribuído para estas manifestações. Isso pode ser comprovado, por exemplo, por vídeos lançados nas redes sociais pelos líderes dos partidos de oposição convidando os manifestantes para protestar contra o governo. Desta forma, estes líderes acabam por colocar seus interesses nas ruas, fazendo uso de discursos de probidade e insatisfação, se mostrando como à parte dos problemas da administração pública que vêm gerando insatisfações. Podemos ver, como exemplo, a fala de Aécio Neves, líder nacional do PSDB, em um vídeo<sup>22</sup> gravado e publicado nas redes sociais, dias antes da segunda manifestação “Fora Dilma”:

*Olá, nesse Domingo dia 12 novamente os brasileiros vão às ruas, vão dizer que não aguentam mais tanta mentira, não aguentam mais a inflação saindo de controle, o desemprego aumentando e um governo que não governa mais. Se você está com esse nó na garganta, vá pra rua, se manifeste e vamos mostrar que o Brasil merece muito mais do que esse governo medíocre que ta tendo. (Neves, Aécio. 2015)*

---

<sup>22</sup> O endereço eletrônico do citado vídeo constará na bibliografia deste trabalho.

Não apenas o PSDB tem agido assim, mas na televisão aberta, durante o espaço para propagandas obrigatórias dos partidos políticos, tanto dos chamados partidos de orientação política de esquerda, como os de direita têm usado de discursos similares ao ilustrado acima para criticar e se distanciar dos problemas e insatisfações que têm desgastado a imagem do atual governo. Assim podemos perceber que os protestos juntamente a ANMD têm sido utilizados como uma espécie de espaço e objeto para campanha eleitoral antecipada dos partidos de oposição ao governo. Como discutido no capítulo anterior, isso denota uma disputa intelectual que visa mudanças de posições nos campos da política e do poder (Bourdieu, 1999; Grun, 2011).

Essa disputa fica clara também diante das dissensões entre os grupos que compunham a ANMD. Pois, quando foram para o Congresso Nacional entregar suas reivindicações no dia 15 de abril, isso se fez notório com a separação do “Movimento Brasil Livre” e dos “Revoltados Online” do grupo “Vem pra Rua” e demais grupos anti-governistas menores que continuaram na aliança. A possível causa do rompimento diz respeito ao fato de a ANMD ser encabeçada pelo “Vem pra Rua”, e este não falava no momento em querer o Impeachment da presidente, mas em “pedir um basta”, desta forma não correspondendo às expectativas dos outros dois grupos, nem de alguns outros grupos menores. Nessa ocasião o “Movimento Brasil Livre” e os “Revoltados Online” estiveram no Congresso de forma independente, sem vinculação com a Aliança ou entre si. O grupo “Vem Pra Rua” se destacou mais nesse primeiro momento das manifestações por aparentar ter mais recursos que os demais grupos, se tornando por isso nas duas primeiras manifestações a principal referência dos protestos “Fora Dilma”.

Esta questão nos remete à comparação que Bourdieu (1992) faz entre o campo e o jogo, quando fala sobre a teoria dos campos. Conforme vimos, a teoria dos campos explica que há produtos de competição entre os jogadores, ou seja, dentro de um determinado campo, os jogadores se deixam levar pelo jogo, mas disputam às vezes por troféus específicos daquele campo, pois eles têm em comum a dedicação pelo jogo e pelo que está em jogo. Os jogadores têm “uma crença (doxa), um reconhecimento que escapa ao questionamento [...] e essa colusão está no princípio de sua competição e de seus conflitos” (Idem. p. 73). Diante disso, vemos que os nossos jogadores “Fora Dilma”, estão disputando pelo comando e direcionamento das manifestações. Mesmo unidos pelo antigovernismo, eles disputam pelo reconhecimento e acúmulo de capitais, sobretudo, o capital simbólico que estas manifestações podem lhes render.

Assim, o “Vem Pra Rua”, no primeiro momento das manifestações, contava com mais capitais que os outros grupos, sendo um de seus trunfos principais o apoio da imprensa profissional. Depois de 15 de março, em consonância com o posicionamento do PSDB, este grupo não se mostrou favorável a outro ato em tão pouco tempo como foi o de 12 de abril, pois entendia que um protesto menor em um curto período de tempo, possibilitaria que o governo argumentasse que ocorreu um esvaziamento na *onda anti-Dilma*. Mas, mesmo sem concordar, para não perder o espaço ante as organizações das manifestações, cedeu e participou dos atos do dia 12 de abril.

Diante disto, a carta da ANMD foi lida durante os protestos nacionais do “Fora Dilma” de 12 de abril, inclusive na cidade de João Pessoa. Esta carta pode ser conferida na íntegra em um site que se intitula de “Jornal Independente” chamado *Alerta Total*<sup>23</sup>. Nela contém um discurso de justificação das manifestantes “Fora Dilma”, que é dividido em sete partes, cuja algumas já foram analisadas anteriormente no início deste tópico e nos permite afirmar que o conteúdo total desta carta reúne repetidamente os elementos já analisados acima: moralismo, discurso anticorrupção; patriotismo; autolegitimação como representantes dos interesses do povo brasileiro; esvaziamento dos partidos e instituições democráticas; judicialização da política; e tudo isto fundamentado, principalmente, pelas especulações em torno dos escândalos midiáticos.

Nesse sentido, podemos afirmar que o que o “Fora Dilma” tem apresentado como argumentos, são, até o momento, escândalos anunciados diariamente por diversas mídias nacionais, que chegam ao alcance de milhares de pessoas. Por isso, é necessário tratar da importância da mídia brasileira para estas manifestações. Já que os discursos dos manifestantes “Fora Dilma” tomam forma com o tom das notícias veiculadas, o que demonstra que a mídia brasileira aparece como uma propulsora e motivadora destas manifestações. As mídias, os escândalos midiáticos foram citados praticamente em todas as ilustrações de discursos do “Fora Dilma” neste trabalho.

Sabe-se que não é algo incomum reportar ao grande público, notícias referentes à política de um país. Porém, o que ocorre com os canais de comunicação mais populares do Brasil é que muitas vezes eles não se esforçam em esconder seus posicionamentos<sup>24</sup>, e por alcançarem um grande público acabam por dar forma à

---

<sup>23</sup> O endereço eletrônico onde consta na íntegra a carta de Manifesto Oficial da Aliança dos Movimentos Democráticos, está referenciado na bibliografia deste trabalho.

<sup>24</sup> Alguns exemplos de manchetes que expressam posicionamentos explícitos de oposição e acusação ao governo, provindos dos grandes canais midiáticos: “Cardozo e a impossível absolvição de Dilma”;

opinião das pessoas. Diariamente são veiculadas especulações em relação a investigações em andamento. Como exemplo disso, temos as acusações dos delatores durante as investigações na Petrobrás, que quando envolvem Lula, Dilma e o PT, são expostas exaustivamente nos Jornais de Notícias na Televisão e na Internet<sup>25</sup> mesmo sem confirmações da veracidade das denúncias.

Canais de menor alcance têm observado esse posicionamento das grandes mídias citando as mesmas como oposição<sup>26</sup>. Isso pode ser comprovado pelos gráficos do “manchetômetro”<sup>27</sup>, um website que acompanha todos os dias a cobertura da política e econômica nos maiores canais de informação do Brasil: Folha de São Paulo, Veja, G1, O Globo, Estadão e Jornal Nacional da TV Globo. Por ele é possível perceber como os grandes canais de notícias do país se posicionam, muitas vezes como oposição ao governo ante as questões políticas, se mostrando como parte interessada nessas manifestações. Nesse sentido, às contribuições de Grun (2011) mais uma vez são pertinentes, tendo em vista que a lógica do escândalo também nos permite refletir sobre essa postura das grandes mídias brasileiras. Assim, é válido lembrar novamente que o campo do escândalo é uma “verdadeira fábrica de escândalos” responsável por fazer com que a “forma escândalo” seja um gerador de agendas. Um meio de ação e expressão social, e uma espécie de alavanca das trajetórias de grupos e indivíduos em diferentes espaços sociais. A mídia faz parte dos agentes principais deste campo, pois

---

“Dilma e o PT fizeram o milagre de unir o país. Todo mundo está contra eles”;

“O delator que se lembrou só depois de sete meses que pagou propina de R\$ 4 milhões a Dirceu... A delação premiada está virando uma... zona! ”;

“Homem de Dilma' na Eletrobrás cobrou propina para a campanha de 2014, diz dono da UTC”;

“MPF abre inquérito para suposto tráfico de influência de Lula”.

Os endereços eletrônicos dessas manchetes estão referenciados na bibliografia deste trabalho.

<sup>25</sup>Manchetes sobre declarações de delatores envolvendo Lula, o PT e Dilma nos grandes canais midiáticos:

“Delator diz em depoimento que empresário entregou dinheiro a Dirceu”;

“Após ser citado por delator, Dirceu faz nova tentativa para evitar prisão”;

“Delator diz que Dilma participou de reunião sobre divisão política de estatais”;

“Aval de Lula garantiu contrato bilionário com a Petrobras, diz delator”;

“Delator diz que Lula reuniu-se com Bumlai e presidente da Sete Brasil por contratos de navios-sonda”.

Os endereços eletrônicos destas notícias estão referenciados na bibliografia deste trabalho.

<sup>26</sup> Manchetes em que a mídia é citada por canais alternativos de notícias como ou junto à oposição ao governo:

“Nas redes sociais, mídia convencional faz oposição sistemática ao governo Dilma”;

“PT: mídia e oposição confundem concessão e privatização para prejudicar governo”;

“Oposição e mídia estão com o mastro na mão”;

“Mídia e oposições perdem de novo: fracassa “Fora, Dilma”.

Os endereços eletrônicos dessas manchetes estão referenciados na bibliografia deste trabalho.

<sup>27</sup>O manchetômetro é feito pelo Laboratório de Estudo de Mídia e Esfera Pública, um grupo de pesquisa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. No website há gráficos com índices de notícias contrárias e favoráveis ao governo. Estes gráficos são atualizados semanalmente. O Endereço eletrônico do manchetômetro consta na bibliografia deste trabalho.

ela dá vida e difunde aos escândalos. Dessa forma, os “agentes dos escândalos” (jornalistas, políticos, juristas, especialistas dos escândalos, etc.), quando criam e reiteram suas pautas, acabam por produzir um “regime de verdade”, fundamentado em suas percepções sociais, selecionando versões e fatos que corroboram com suas argumentações para produção de um escândalo. Estes agentes descartam qualquer episódio que possa diminuir ou suavizar a indignação causada pelo escândalo incitado.

Como já discutimos anteriormente, os escândalos, com ou sem veracidade confirmada, servem, sobretudo, para manchar reputações eternamente e para abrir caminho para novos “paladinos da justiça”. Estes aparecem como a figura que vai desbancar seu antecessor, iniciando, assim, carreiras nos diferentes espaços do campo de poder que está em disputa. Grun nos ajuda a perceber que a imprensa é o agente que acaba dando vida aos escândalos, por lhes dar destaque e encontrar neles fontes certas de interesses. A imprensa há muito tempo vem sendo treinada para pautar e criar novas reportagens específicas sobre eventos escandalosos que estão sendo evidenciados também pelos concorrentes, e, desta forma “importa menos sua verossimilhança do que perder espaço na dureza da concorrência” (Idem. p.159). Assim, podemos perceber que o escândalo tem se tornado um “estilo canônico” onde se explicitam os dilemas e “fantasmas” da sociedade brasileira.

Como exemplo de criação de “regime de verdades” da imprensa brasileira, temos o fato de que no ano 2008, a imprensa internacional dava destaque de forma favorável ao crescimento econômico e social do Brasil. Falavam que “o Gigante estava acordando”. Diante disto, a imprensa nacional participava de forma ativa do “campo do escândalo”, nutrindo a agenda do desenvolvimento de escândalos contínuos, fazendo jus ao conhecido “complexo de vira-latas” ante aos elogios da imprensa internacional, e, assim fomentando a ideia muito disseminada e alimentada de que “o Brasil não tem jeito” (Ibidem). Desta forma, (como vem sendo possível perceber com as reflexões sobre os discursos dos manifestantes “Fora Dilma”) a mídia brasileira é um agente *sine qua non* para a deflagração, criação e manutenção da agenda do escândalo. Com o exposto até aqui, podemos compreender as manifestações “Fora Dilma” como o protesto de uma *comunidade moral povo/cidadão/brasileiro imaginado*, com o discurso fundamentado nos escândalos midiáticos, que recuperam velhos símbolos e hábitos de uma tradição política do país, enquanto reverberam um discurso de novidade e mudança. No entanto, suas ações indicam que a única mudança que os interessam, é a de suas posições no campo do poder.

## CAPÍTULO 4

### Da organização às ruas: um retrato das manifestações “Fora Dilma” em João Pessoa

Esse capítulo pretende retratar as manifestações “Fora de Dilma” de João Pessoa no primeiro semestre de 2015. Dessa forma será possível conhecer a experiência de um grupo particular de participantes das manifestações contra a Presidente eleita do Brasil. Assim, será feita a tentativa de retratar as condições de produção da investigação realizada através de observação, entrevistas semiestruturadas e análise de discursos. Como explica Foot Whyte em *Sociedade de Esquina*, a discussão em relação ao trabalho de campo e métodos de pesquisas precisa ir além de um nível “puramente lógico-intelectual” (Whyte, 2001, p. 283), pois só assim há o reconhecimento de que, como os informantes, o pesquisador é um *animal social* que também precisa desempenhar um papel e lidar com as questões de sua própria personalidade.

A partir desse reconhecimento, Foot Whyte afirma ser possível o sucesso do pesquisador, e que “uma explicação real de como a pesquisa foi feita necessariamente envolve um relato bastante pessoal do modo como o pesquisador viveu durante o tempo de relação do estudo” (Idem. p. 283). Seguindo essa percepção como premissa, esse capítulo retrata os caminhos e dificuldades para uma aproximação com os participantes do “Fora Dilma” e, principalmente, as conexões entre esses indivíduos e situações com o momento das manifestações ocorridas em 15 de março e 12 de abril de 2015.

Diferente de Foot Whyte, (por motivos que serão esclarecidos ao longo do capítulo), não pude me “infiltrar” no campo como participante e nem, muito menos, conviver por anos com aquelas pessoas que são o objeto de minha pesquisa. O contato foi muito mais curto e menos intenso devido às características desse tipo de grupo ou organização e ao seu caráter menos sistemático e mais fugaz. Porém, o trabalho do autor me serve como um norte. Uma vez que ler sua descrição ao lidar com as questões do campo e o desenvolvimento de seus métodos de coleta de dados, foi importante para um esclarecimento sobre como obter e possibilitar uma maior compreensão em relação a uma organização estudada, sendo este um objetivo fundamental do presente trabalho.

Através da perspectiva de Foot Whyte, percebe-se que o relato das experiências junto à comunidade – no meu caso, a organização – também pode ajudar a explicar os dados e contribuir para sua análise. De acordo com esse autor, “somente à medida que acumularmos uma série de relatos sobre como a pesquisa foi efetivamente realizada

seremos capazes de ir além do quadro lógico-intelectual e de aprender a descrever o processo real de investigação” (Idem. p. 284). É com esse objetivo que descreverei minha experiência em campo e os métodos utilizados para coleta de dados.

#### **4.1: A aproximação com o campo**

Como muitos outros “jovens manifestantes” estive nas ruas em 2013, fui impulsionada pela indignação em relação à forma a qual as forças policiais tentavam dispersar os manifestantes nos protestos de São Paulo. Saí em busca da defesa do direito da livre expressão e também para tentar entender o que estava acontecendo naquele momento, pois em uma das disciplinas que cursava na época, foi pedido aos alunos uma breve descrição do ato. Queria ver com meus próprios olhos o quê acordara “o gigante”, já que circulava na época, nas variadas mídias, que o Brasil (o gigante) tinha acordado de um sono de vinte e cinco anos e ido para as ruas<sup>28</sup>. Precisava entender o porquê, uma vez que protestos de vários movimentos sociais, sobre múltiplas pautas, em diversas épocas e em muitas cidades do Brasil nunca teriam alcançado tanta adesão quanto àqueles sobre o aumento dos “vinte centavos” nos transportes públicos de São Paulo.

Ao chegar ao local marcado para a concentração da manifestação de João Pessoa, pude logo observar uma cena que me chamou a atenção e onde se delineava certo conflito de interesses. Posicionada em lugar próximo aos militantes de um determinado partido de esquerda, que com bandeiras do partido gritavam várias palavras de ordem, presenciei o momento em que grupos maiores de “jovens manifestantes” vestidos com as cores da bandeira do Brasil (ou com a própria bandeira do Brasil, também camisas da seleção de futebol brasileira) e segurando cartazes (do tipo “Dilma sapatão”; “Meu partido é o Brasil”, “Pela Paz”, “Fora corruptos” e coisas afins) foram se aproximando.

Quando o grupo de “jovens verde-amarelos” se tornou maioria e ocupava mais espaço na concentração do protesto, passaram a exigir a retirada das bandeiras dos partidos políticos com gritos altivos de “Fora Partido! ”. Soube depois que essa cena

---

<sup>28</sup> Essa expressão se tornou um slogan, faz referência a parte da letra do Hino Nacional que fala “deitado eternamente em berço esplendido”. O Brasil então seria o gigante adormecido, que acordou durante as manifestações. Fazendo também menção a como a imprensa internacional vinha retratando o país em suas matérias, chamando o Brasil de gigante que acordou economicamente e socialmente.

ocorreu em vários lugares do Brasil, mas nesse momento estranhei profundamente a expulsão logo de quem era mais acostumado aos protestos. Diante da exigência da retirada dos partidos pela maioria das pessoas que estavam presentes na concentração, a primeira coisa que veio a minha mente foi a lembrança de outro momento que só conheci por aulas e livros: quando os partidos políticos sofreram repressão no país com a instauração do AI-2<sup>29</sup> que os cassou.

Já com dúvidas e receios sobre as noções de política compartilhadas pelas pessoas no protesto, segui a manifestação pelas ruas do centro. De modo muito claro, pude observar a diferença entre as reivindicações das pessoas que vestiam as camisas de partidos e movimentos sociais, e das pessoas que estavam vestidas de verde, branco, azul e amarelo. Percebi então que todos queriam muitas coisas, na maioria das vezes, coisas opostas. Falavam muito em corrupção, em valores morais e éticos, como se a corrupção tivesse vida própria e fosse inerente à política brasileira. Como muitas outras pessoas, eu não consegui desenvolver uma ideia uniforme sobre o que estava acontecendo nas ruas.

Houve mais de um dia de manifestações nacionais em junho de 2013 e a cada dia que passava a quantidade de pessoas nos protestos ia diminuindo. O Governo Federal se pronunciou, as passagens baixaram de valor, a mensagem em relação ao direito de se manifestar ecoou por todo o Brasil e os ânimos foram abrandados. Os acontecimentos que presenciei no protesto de João Pessoa continuaram em minha mente. Fiquei curiosa em relação a muitas coisas que vi, mas duas chamaram especialmente a minha atenção: 1º a repulsa por partidos em um movimento que se dizia democrático (queria entender as noções de democracia destes manifestantes); 2º e a indignação das pessoas contra as denúncias de corrupção (o fervor moral e a paixão que era mobilizada pelo tema).

Após dois anos, durante o mestrado em Sociologia tive proximidade com estudos referentes a moralidade e corrupção. Essa proximidade se deu durante os primeiros meses do mandato da reeleita Presidente Dilma Rousseff e da insatisfação das pessoas com as primeiras medidas do seu governo. Curiosa em relação aos estudos sobre corrupção e moralidade (sendo estes campos de interesse e pesquisa da minha orientadora) soube, a partir das redes sociais, que manifestações contrárias ao governo

---

<sup>29</sup> O Ato Inconstitucional nº2 entrou em vigor em outubro de 1965, um ano após ao golpe civil-militar. O AI-2 continha trinta e três artigos que, entre outras coisas, estipularam o uso definitivo das eleições indiretas para Presidente da República e o fim dos partidos políticos.

aconteceriam nacionalmente. Procurando mais informações, descobri que em João Pessoa também ocorreriam estes protestos, e que uma das reivindicações seria contra a corrupção na política do país.

Sem saber exatamente por onde começar a procurar as pessoas que participariam da manifestação, com quem falar, e nem onde ou quando seria o protesto da cidade, deixei o assunto de lado. Porém, dois dias antes do ato, fui à praia de Cabo Branco encontrar uma amiga, sem nenhum pensamento sobre a pesquisa e os supostos revoltados com a corrupção no país. Era uma sexta-feira e, como de costume, a orla estava muito movimentada. Havia pessoas de todas as idades em múltiplas e corriqueiras atividades. Ao encontrar a minha amiga, resolvemos passear de um extremo a outro entre as praias de Cabo Branco e Tambaú. Ao chegarmos próximo da praia de Tambaú, percebi uma grande movimentação. Vi grupos de pessoas parando para falar com outras, entregando panfletos e chamando para conversar. Imaginei que fosse o de sempre: uma programação de alguma igreja ou algo do gênero. Mesmo assim, estava curiosa esperando que alguém se aproximasse de mim para poder explicar o motivo de tanta agitação. Continuamos nossa caminhada e conversa até surgirem dois jovens nos entregando os seguintes panfletos:

Figura 4. Panfleto elaborado pelo “Movimento Brasil Livre”



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 5. Panfleto elaborado pelos “Voltados João Pessoa”



Fonte: Arquivo pessoal

Assim que recebi tais panfletos, sequer olhei para o papel. Continuei conversando até que observei a estranha imagem da presidente Dilma estampada em um deles. Li uma lista de coisas que, aparentemente, seriam as motivações da manifestação

que pedia o Impeachment da Presidente. Nesta lista, as palavras corrupção e ódio apareciam lado a lado, imediatamente entendi que falar com aqueles distribuidores dos panfletos seria útil para iniciar minha pesquisa sobre moralidade e corrupção. Corri, literalmente, atrás dos rapazes que me deram os papéis, me apresentei como estudante de Sociologia, que estava fazendo uma pesquisa sobre moralidade e corrupção. Passei a fazer perguntas sobre eles, sobre as manifestações, como se organizavam, se eu podia participar. Um dos rapazes respondia com facilidade, o outro ficou muito desconfiado, tentando se livrar da conversa e disfarçando ocupação no celular.

Antes de prosseguir com o relato de aproximação com o campo, julgo importante falar sobre como o conteúdo destes panfletos também nos ajudam na compreensão destas manifestações. O primeiro panfleto mistura em sua lista uma série de elementos difusos que estes manifestantes atribuem ao governo como, por exemplo, “Guiné Equatorial”. Curiosa para saber qual a relação feita entre o PT e a Guiné, pesquisando encontrei manchetes da revista *Veja*<sup>30</sup> que noticiavam que Dilma visitaria a “ditadura da Guiné Equatorial”, também que o Ministério Público investigaria se havia ligação do governo com grande apoio financeiro que a Guiné Equatorial deu a escola de samba Beija-Flor (essa escola de samba foi campeã do carnaval 2015 e retratou em seu enredo, de forma positiva, este país que é governado por um ditador há mais de três décadas). Compreendi então que se tratava, mais uma vez, da fundamentação dos argumentos dos manifestantes numa agenda de especulações e escândalos midiáticos.

Fiquei sem entender também porque o item “apagão” constava na lista do panfleto, tendo em vista que a conhecida crise da energia elétrica do Brasil, nomeada de “apagão”, se deu em 2001, durante o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, filiado até hoje ao PSDB. Não encontrei algo que poderia os levar a fazer essa relação contida no panfleto entre o “apagão” e a imagem de Dilma. Alguns outros itens também me causaram estranhamento, mas, durante as entrevistas com o grupo, pude compreender porque eles relacionavam “ditadura”, “racismo”, “pobreza”, “ódio”, “censura” e “tirania” com a Presidente e o PT. Isso vai ser explicado mais adiante nas análises das entrevistas.

---

<sup>30</sup> “Ministério Público Federal apura doação da ditadura da Guiné Equatorial à Beija-flor”;

“A temporada nababesca em Salvador do vice-presidente da Guiné Equatorial, ditadura que Dilma vai visitar em breve”.

Os endereços eletrônicos dessas notícias estão referenciados na bibliografia deste trabalho.

No panfleto da figura 5, confeccionado pelo grupo local, o Foro de São Paulo aparecia como o grande inimigo, apresentado como uma facção criminosa fundada por Lula e Fidel, que reunia interesses de ditadores de países como Cuba, Bolívia e Venezuela. Estes ditadores teriam um plano de dominação que consiste em privar as liberdades individuais, desarmar o cidadão civil, perseguir o cristianismo, fortalecer a criminalidade, fraude eleitoral e, por último e mais intrigante, promover a revolução Gramsciana! Esse panfleto fez atentar para a necessidade de compreender de onde vem esse anticomunismo atual propagado pelo “Fora Dilma”. Algumas coisas foram se esclarecendo com a observação participante e as entrevistas, mas outras eram difusas até para o próprio grupo. No entanto, ficou claro que todas estas construções servem como estratégias para um grupo em disputa tentar reorganizar o campo e subcampos do poder a partir de suas interpretações de realidade. Isso vai ficando claro no decorrer das análises dos discursos deste grupo.

Seguindo com o relato da aproximação com o campo de pesquisa, logo depois que me despedi dos primeiros rapazes que me entregaram estes panfletos, encontrei outro grupo panfletando na orla. Estes estavam uniformizados com camisas e bonés do protesto: camisas amarelas e azuis, com frases do tipo “Fora Dilma e leve o PT junto”, “Impeachment Já”. Também me aproximei deles, dessa vez não falei que era estudante, mas fui perguntando como eles se articulavam, se eu poderia participar como se quisesse fazer parte do grupo. Havia uma mulher de mais ou menos quarenta anos, com sua filha e esposo, dois jovens de mais ou menos vinte e cinco anos e depois se aproximou outro jovem de mais ou menos trinta anos (que iria descobrir depois se tratar do líder da organização). Eles foram simpáticos, falaram que a organização se dava principalmente pelas redes sociais, que eles se comunicavam bastante por grupos criados nas páginas sociais da internet e também por aplicativos de celular. Pedi para ser inserida nessas redes e de imediato a resposta foi positiva. Nelas os participantes disseminavam informações referentes às questões políticas do país e das manifestações, havendo, próximo aos protestos, reuniões presenciais para definir questões como panfletagem, aluguel do carro de som, pedidos de autorização, como se daria o ato, etc.

Esse grupo me convidou para ir à última reunião pré-manifestação do dia 15 de março, que seria no dia seguinte, um sábado às 15 horas, no espaço cultural em João Pessoa. Prontamente aceitei o convite e garanti presença. Despedi-me deles e continuei meu passeio na orla, onde fui encontrando mais pessoas com camisas padronizadas entregando panfletos. Não pude deixar de notar algumas conversas sobre a repercussão

da panfletagem, ouvi coisas como: “tem muito petista viu, tem gente que nem olha e já recusa logo ou amassa o papel”; e também coisas como: “as pessoas estão muito revoltadas mesmo, tem gente que pega e diz que fará questão de vir”. Não deu para ter uma noção clara de como estava sendo a repercussão da entrega, mas pude ouvir relatos de seus sucessos e insucessos.

Após um tempo, voltei pelo mesmo percurso da orla e reencontrei o grupo que conversou comigo. Não apenas me reconheceram, acenaram e um dos jovens, o líder, gritou: “ei Socióloga, nos encontramos amanhã, às 15! ”. Sorri e confirmei. Só depois lembrei que, para aquele segundo grupo, eu não tinha me apresentado como estudante de Sociologia! Impressionou-me como as informações corriam rápidas entre eles, e, também, que eles tinham ficado desconfiados do meu interesse nos protestos. Isso é verdadeiro já que até hoje nunca cumpriram o prometido de me inserir em suas redes de comunicação. Ficou imediatamente claro que seria extremamente difícil parecer apenas uma participante.

#### **4.2 Da organização**

No dia seguinte, 14 de março de 2015, compareci ao Espaço Cultural, local onde foi marcada a última reunião que antecederia a manifestação do dia 15 de março. Estava lá às 15 horas, horário marcado para o início da atividade. Até às 15h30min, era a única no local a esperar pelo grupo. Perguntei ao vigilante do Espaço Cultural se ele sabia de algo sobre a reunião, mas ninguém tinha informado nada. Fiquei desconfiada, cheguei a pensar que tinha sido enganada. Mas, liguei para um dos rapazes que prometeu me inserir nas redes de articulação sobre os protestos. Ele me atendeu e falou que haveria a reunião e que por volta das 16 horas é que as pessoas começariam a chegar. Fiquei aguardando e logo chegou o primeiro grupo de pessoas, reconheci pelas camisas e pelo casal que tinha encontrado na noite anterior.

Ao me aproximar do grupo, fui cumprimentada por todos, até pelos que eu não tinha encontrado no dia anterior. Observei que eles não só já aguardavam minha presença, como tinham se preparado para lidar comigo. Ao começar a conversar e me apresentar como pesquisadora, as pessoas já foram me dizendo que apenas o líder do grupo falaria comigo e só ele poderia me ajudar com as informações. Percebi que a informação circulava rápido entre eles e compreendi porque no dia anterior o líder já sabia que eu era estudante de sociologia antes que eu lhe dissesse. Acredito que na hora

em que abordei os dois jovens que entregavam os panfletos na orla, estes já se comunicaram em suas redes de articulação, que havia uma estudante “comunista” que queria entrevistá-los (como o líder do grupo me descreveu num outro momento).

Havia desconfiança no grupo de que eu fosse uma “petista infiltrada”, o que causou dificuldades no início da aproximação. Algumas pessoas eram mais simpáticas, outras mais distantes. Mesmo sem a presença do líder na conversa consegui entrevistar algumas pessoas. Não foi possível realizar uma gravação, dado o nível de desconfiança, mas pude fazer anotações das falas, nomes, idades, religião e formação acadêmica. No momento em que estava entrevistando, todos ficavam atentos e, algumas vezes, até se envolviam nas entrevistas uns dos outros. Deixava-os e anotava o máximo que conseguia. Percebi que, enquanto alguns se soltavam, outros me observavam com desconfiança. Perguntei coisas como: “por que você está participando desse grupo? ”; “como você chegou até o grupo? ”; “o que é corrupção? ”; “se acontecer o impeachment os problemas do Brasil serão resolvidos? ”; “o que vocês esperam com esse ato de amanhã? ”. Eles foram respondendo:

T. C., 31 anos, cristã, aluna do curso de Publicidade e Propaganda:

*Conheci o grupo por redes sociais. Estamos aqui para organizar para amanhã. Queremos o país limpo, verdadeiro. Somos contra a tudo isto que está aí. Impunidade, mudanças das leis, piorou com o governo atual. Melhor que ficar parado olhando é ir lutar, quero um país mais limpo com mais transparência e menos hipocrisia.*

Assim como as análises das descrições do capítulo anterior, combater a corrupção novamente aparece como o principal argumento de justificativa para estas manifestações. Com a justificativa de combater à corrupção, esse grupo se apresenta como uma *comunidade moral superior*, capaz de conduzir “melhor” o país para um caminho mais “ético” e “justo”. Assim como as descrições dos grupos nacionais analisados, os discursos dos entrevistados também correspondem à construção da comunidade moral do *povo/cidadão brasileiro imaginado*, de valores e superiores e patrióticos. É válido salientar que é *imaginado* no sentido de *comunidade imaginada* que Anderson (2008) alocou: a comunidade formada por indivíduos que, ainda que nunca se conheçam integralmente, compartilham símbolos e signos comuns, assim desenvolvendo entre eles um sentimento de pertença a um mesmo espaço imaginário.

Tal sentimento de pertença forma *comunidades imaginadas* que existem devido a uma “camaradagem horizontal” enviesada bem mais em construções culturais, que políticas. Desta forma, explica Anderson, o arcabouço cultural que envolve uma determinada *comunidade imaginada* como, por exemplo, romances, jornais, publicações, informações em geral que circulam entre o grupo acaba por criar uma “ligação invisível” e simbólica entre pessoas que podem ou não compartilhar semelhanças culturais. As redes então se formam no âmbito da difusão de informações, criando vínculos e fundamentando o pensar “estar junto” que existe na mente dos que se reconhecem como parte de um grupo.

Quando a entrevistada fala em ser ‘*contra tudo isto que está aí*’, repete um dos jargões mais característicos destes grupos, pois a frase serve tanto para condensar todos os escândalos midiáticos que dão base ao discurso moral desses manifestantes, quanto para se referir às mudanças sociais ocorridas na última década no Brasil-interpretadas por este grupo de maneira negativa (algo que será problematizado nas falas seguintes). Vejamos mais fragmentos de entrevistas:

L.B., 15 anos, cristã, aluna do Ensino Médio:

*Estou indignada com tudo isto que está aí. Vim participar com meus pais. Políticos roubando muito. Faltam investimentos para o bem da população.*

Diante da frase “*políticos roubando muito*” é possível pensar novamente no uso dos escândalos midiáticos como base de crítica e argumentação, assim como a parte em que diz que *faltam investimentos para o bem da população* nos possibilita associar a ideia do “regime de verdade”, pois aparenta ser uma frase pautada em informações veiculadas e difundidas sem maiores discussões ou reflexões, tendo em vista a existência de dados sobre investimentos em diferentes segmentos sociais, que de alguma forma resultam em benefícios para população. Mas esses dados não são tão difundidos quanto os escândalos, pois não configuram uma pauta que garante fontes certas de interesse (Grun, 2011).

Esse padrão de não especificar o que se está combatendo ou propondo, de usar argumentos morais, escândalos e assim produzir um “regime de verdade”, se faz presente na maioria das respostas do grupo de entrevistados. Isto demonstra a força de um discurso fundamentado no senso comum que perpassa diferentes grupos sociais (Singer, 2013). Ou seja, demonstra a força que há em se valer de questões já

naturalizadas e reproduzidas na sociedade (Anderson, 2008; Souza, 2012). As pessoas incorporam o discurso sem questioná-lo, e na hora de justificar o porquê de defendê-lo, repetem jargões pouco objetivos. São simplesmente “*contra tudo isto que está aí*” seja lá o que “*isto*” quer dizer e a quem interesse.

K. A., 26 anos, cristão, aluno da graduação de Biologia:

*Vim para o grupo através das redes sociais. Os roubos não são investigados e ficam impunes. Sempre vi falando na televisão sobre corrupção e de lá para cá nada foi resolvido, isso vai indignando cada vez mais.*

A corrupção como causa de indignação também se faz presente nessa fala, que cita diretamente a mídia televisiva como base de suas afirmações e fonte de informações. A fala demonstra o descontentamento em relação ao sentimento de impunidade diante dos casos de corrupção veiculados nas grandes mídias. Como já discutimos, esse sentimento de impunidade é provocado pelo desequilíbrio da relação entre os casos de corrupção e os baixos índices de condenações criminais. Isso se dá devido à judicialização da política e sua ineficiência diante do controle da corrupção, principalmente quando envolve criminosos com foro privilegiado. Por isso, passa-se a perceber o problema da corrupção de forma distorcida e, ao mesmo tempo em que entende que se as leis existentes fossem cumpridas a impunidade acabaria, concordam também que a corrupção exige mais leis com penas mais duras e maiores (Avritzer; Filgueiras, 2011).

Nesse sentido, é importante pontuar novamente que criminalização da corrupção alimenta na sociedade um processo de deslegitimação da política baseada na ideia de que “o Brasil não tem jeito”. Isso causa indiferença e indignação do cidadão perante um assunto com o qual ele poderia se engajar. Mais uma vez, a mídia aparece como principal fonte de informações na fala deste entrevistado: “*sempre vi falando na televisão*”; o que nos remete novamente as questões apontadas por Grun (2011) em relação aos escândalos e como estes desgastam a imagem de alguém, trazendo à tona um sentimento de necessidade de “paladinos da justiça” e constituindo os “regimes de verdade” pela seleção e conotação que se dá aos fatos. Dessa forma, fica evidente que informações selecionadas provocam uma indignação seletiva.

R. A., 27 anos, cristão, com formação técnica em Teatro:

*Vim participar do grupo através de contatos nas redes sociais. Sobre a corrupção, eu acho que a convivência, a pressão sofrida no congresso, acaba corrompendo, as pessoas fazem vista grossa para as coisas erradas. Já venho acompanhando há um tempo já venho defendendo minha cidade, meu estado e agora estou envolvido neste grupo para defender o meu país contra todos os aumentos e esses escândalos que estão aí. Antes da lei Maria da Penha, eu acho que as mulheres morriam menos. O homem agora não dá só um murro numa mulher, ele mata logo, pra não ser preso. Antes dessa lei havia menos morte. Esse governo tá trazendo ódio entre as pessoas, entre as classes, negros e brancos, héteros e homos, pobre e rico, homens e mulheres.*

Além de conter a indignação seletiva contra corrupção e o uso dos escândalos como base de argumentação, essa fala traz uma questão que demonstra a compreensão do “Fora Dilma” em relação às mudanças nas leis que estendem direitos a segmentos sociais com menor representação política, também a algumas políticas sociais do governo. Analisando essa fala, compreende-se o porquê de alguns itens contidos nas listas dos panfletos ilustrados acima. As relações que estes manifestantes fazem entre: “ódio”, “racismo”, “pobreza”, “tirania”, “censura”, “violência”; e o governo do PT se relacionar com a forma em que eles interpretam as mudanças e leis que têm sido criadas a fim de alcançar as chamadas “minorias” políticas do Brasil (por exemplo, as leis sobre direitos da comunidade gay, da violência contra mulher e as políticas afirmativas e sociais que englobam raça e classe social).

O entrevistado diz que “*esse governo tá trazendo ódio entre as pessoas, entre as classes, negros e brancos, héteros e homos, pobre e rico, homens e mulheres*”, sugerindo que essa é uma forma de o governo incitar o ódio, racismo e violência entre estas minorias e os segmentos da sociedade que têm uma maior representação política. Membros do “Fora Dilma” enxergam essa extensão de leis e direitos como censura e tirania por parte do governo, que agora tentaria reprimir alguns preconceitos e, ao estender direitos a grupos marginalizados, acaba por alterar alguns privilégios de determinadas classes sociais. Na fala acima fica claro que os manifestantes percebem as desigualdades sociais como fenômenos naturais. Isso se deve, sobretudo, ao ideal do direito fundamental à igualdade: “Todos somos iguais perante a Lei, logo a Lei tem que ser igual para todos”. Esse ideal fundamenta a cidadania das sociedades ocidentais, criando um mito que tenta unificar diferentes grupos sociais, com diferentes oportunidades e acessos a diferentes recursos e espaços sociais.

Esse mito da igualdade faz com que as desigualdades entre os diferentes grupos sociais pareçam naturais e sejam menos tematizadas e perceptíveis. O resultado disto é a

reprodução destas desigualdades (Souza, 2012). Assim, a criação de leis afirmativas que visam inclusão para os grupos marginalizados é vista pelos manifestantes não como um caminho para equidade social e redução das desigualdades, mas como uma forma de descumprir a lei da igualdade formal e privilegiar os grupos marginalizados, consequentemente, *mexendo* nos privilégios dos grupos estabelecidos. Nesse sentido, o “Fora Dilma” tem tratado a criação e extensão de leis e políticas sociais para grupos marginalizados, como se fossem a causa dos conflitos sociais. Eles concebem as atuais mudanças decorrentes de leis e políticas sociais estabelecidas como sentido de ampliar os direitos, como causa de conflitos entre classes, raça, sexualidade e gênero, como se estes conflitos já não existissem antes.

É notável nisso tudo um incômodo pela pequena mudança nas organizações hierárquicas. Quando o entrevistado insinua que agora, com as mudanças nas leis e nas políticas sociais, ‘o negro é posto contra o branco, o pobre contra o rico, o homo contra o hétero, o homem contra a mulher’; demonstra um apego à ordem anterior que produzia e mantinha com mais força as desigualdades entre estas categorias. Nesse sentido, é importante lembrar a afirmação de Souza, ao falar que os preconceitos e desigualdades de hoje não são meros “resíduos” das antigas ordens sociais. Pensando nisso, é válido considerar as ponderações deste autor sobre a forma em que o preconceito racial é mantido na sociedade, mesmo depois da mudança da ordem escravocrata para a atual ordem competitiva:

*A ordem competitiva tem “sua hierarquia”, ainda que implícita, opaca e intransparente aos atores, e é com base nela, e não em qualquer resíduo de épocas passadas, que tanto negros quanto brancos, sem qualificação adequada, são desqualificados e marginalizados de forma permanente. Não é à toa, nesse sentido, que a legitimação da marginalização [...] venha sempre acompanhada da menção a aspectos conspícuos da hierarquia valorativa do racionalismo ocidental moderno: [...] ordem, disciplina, previsibilidade, raciocínio prospectivo etc. (Idem. p. 162).*

Essa hierarquia valorativa, usada na classificação e desclassificação das pessoas, fortalece a ideia de que as desigualdades são legítimas, merecidas e até justas. Pois se fundamenta no princípio da meritocracia inerente à lei da igualdade fundamental. A meritocracia sugere que pessoas “iguais perante a Lei” são bem ou malsucedidas na vida de acordo com o seu mérito pessoal, com o que conseguem conquistar, com seu desempenho individual. E isso é o que classifica ou desclassifica alguém socialmente. Assim, é bem-sucedido aquele que teve um bom desempenho e fez por merecer, sendo

justo que quem tenha desempenho inferior, seja classificado de forma inferior. No entanto, a meritocracia é evocada para obscurecer uma distribuição desigual de bens materiais e simbólicos na sociedade, e esta distribuição desigual é o que faz com que as pessoas tenham desempenhos desiguais (Ibidem).

Podemos perceber então que esse processo de naturalização das desigualdades se dá a partir de mecanismos (como a lei da igualdade junta ao princípio da meritocracia) que as tornam opacas. Estes mecanismos consistem na incorporação de ideais e visões de mundo hegemônicas e impostas na sociedade como verdades. Assim, quando uma ideia é hegemônica, ela tende a ser incorporada de forma acrítica pelas pessoas, que as reproduzem e moldam suas ações, valores e formas de enxergar o mundo por elas. (Bourdieu, 1983; Souza, 2012). Quando o entrevistado diz “*O homem agora não dá só um murro numa mulher, ele mata logo, pra não ser preso. Antes dessa lei havia menos morte*”, ele não apenas está demonstrando carência de informação em relação aos dados de violência contra mulher no Brasil e no mundo, como está dizendo algo parecido com “era natural o homem ser violento com a mulher, ele dava só um murro e pronto, mas agora, o governo mudou as leis, isso prejudica o homem, então ele tem que matar a mulher”, uma clara naturalização e reprodução da violência contra mulher, ou seja, da desigualdade de gênero, assim como demonstra também um evidente desconforto com as mudanças sociais para esta e outras minorias.

Tais questões são importantes porque nos mostram que estes manifestantes – mesmo se dizendo democráticos – não se preocupam com a diminuição das desigualdades, nem buscam equidade social (sendo estes elementos imprescindíveis para a ampliação da democracia, tendo em vista que quanto mais pessoas e estratos sociais possuam direitos assegurados, sejam representadas politicamente e participem mais da esfera pública, mais democrática será sociedade). No entanto, estes manifestantes se dizem democráticos, ao mesmo tempo em que naturalizam, reproduzem e defendem a manutenção das desigualdades.

Demonstram isso quando reagem negativamente a mudanças nas leis e políticas sociais que visam diminuí-las. O que nos leva a compreender que a ideia de democracia do “Fora Dilma” é a democracia como sinônimo de manter a ordem social desejada pelos grupos estabelecidos. Esta fala denota um claro direcionamento ideológico que é de reações às mudanças sociais, conservadorismo e saudosismo por momentos em que as leis e direitos tinham menor alcance para grupos à margem da representação política.

Essas questões são mencionadas com certa recorrência entre os manifestantes do “Fora Dilma”.

L. A., 30 anos, cristã, dona de casa e empresária, Ensino Médio completo:

*Fui convidada para o grupo, estou indignada. Lá fora, em países como os Estados Unidos tudo é melhor, por que aqui não pode ser? Muita gente pobre de Bolsa Família também está contra Dilma. Aqui ninguém está sendo financiado por nenhum partido não, cada um que colaborou com uma quantia para fazer as camisas. A RDN vai se juntar, mas o trabalho é voluntário. Nós refletimos os anseios da população brasileira, o importante é ir e mostrar. O governo atual investe no ódio de classes, incentiva o ódio de heterossexual contra homossexual, pobre contra rico, sul contra nordeste, branco contra negro, por conta dessas leis aí, como do feminicídio, Maria da penha...*

Essa entrevistada também fala sobre o governo incitar o ódio entre as classes sociais e assim como no discurso anterior, faz uso da extensão e criação das leis e políticas sociais para justificar essa afirmação. Há novamente neste fragmento uma projeção dos *anseios da população brasileira* que estes manifestantes afirmam refletir. Querem e propõem um Brasil “novo”, uma mudança, mas pautados em valores morais e projeções políticas velhas e conhecidas.

Essa ideia de que antes do governo atual não existiam os conflitos entre classes, gêneros, raças, denota um “moralismo seletivo travestido de ciência e da “ordem liberal” no Brasil” (Souza, 2011, p.2). Na análise anterior vimos sobre os mecanismos que ajudam na reprodução das desigualdades, aqui iremos reiterar que existe uma ligação orgânica entre a ideia incorporada do patrimonialismo estatal e o racismo de classe contra as classes populares entre nós. Como já mencionamos isso se dá pela relação seletiva de uma “ética” que só visa à corrupção no Estado e no governo do PT. Por isso condenam as classes populares como “antiéticas” por apoiarem o Estado atuante. Isso permite unir os temas patrimonialismo e racismo das classes privilegiadas, que têm como fundamento um moralismo seletivo que se apresenta como ciência da ordem liberal no país.

Nesse sentido, é importante lembrar as colocações de Souza de que há por parte da ciência social dominante a ideia baseada no “mito da brasilidade” encabeçado por Gilberto Freyre e disseminada entre outros influentes cientistas nacionais de que o brasileiro é um tipo particular. O autor usa a explicação de Sergio Buarque de Holanda em *raízes do Brasil*, de que a herança ibérica fez do brasileiro cordial, emotivo, aberto

ao outro e isso traz atrasos no trato a economia e na vida política (Idem. p. 1). Como vimos no capítulo dois, esse pensamento é o início da ideia que os Estados Unidos e algumas sociedades europeias são a terra da eficiência e racionalidade, das pessoas incorruptíveis e confiáveis, enquanto o Brasil é cordial, sempre voltado a sacrificar seus interesses públicos e racionalidade em favor dos amigos e interesses próprios: “a idealização ingênua e infantil dos EUA como terra da confiança interpessoal e das pessoas incorruptíveis será o contraponto que permitirá se travestir a teoria mais conservadora dos interesses liberais em uma teoria supostamente crítica” (Ibidem).

Nesse sentido, a fala da entrevistada ilustrada acima, inicia fazendo jus a essa reflexão, quando ela indaga: “*lá fora, em países como os Estados Unidos tudo é melhor, por que aqui não pode ser?*” Há claramente uma compreensão de que tudo funciona com perfeição nos Estados Unidos, que é mencionado por seu liberalismo econômico. Prova disso é que logo em seguida ela cita em tom de crítica uma política social do governo onde o Estado intervém financeiramente numa questão social: “*pobre de Bolsa Família*”.

Vemos então que a influência da ordem liberal na análise da vida social e política do Brasil tem feito uso das mesmas categorias, tanto para sugerir a “superioridade moral” americana e do mercado desenfreado, como para alegar que as classes superiores brasileiras são “éticas”, enquanto as populares não têm capacidade para um “comportamento moral” e “solidariedade efetiva”:

*Todo esse arsenal interpretativo está hoje em dia a serviço do (des)conhecimento e do preconceito contra as classes populares no Brasil, tanto em relação ao que chamo provocativamente de “ralé” quanto, também, em relação aos “batalhadores” da chamada “classe C”. É precisamente o obscurecimento sistemático de todo conflito de classes entre nós, em nome da falsa oposição já naturalizada entre mercado e Estado, que abre espaço para um “economicismo liberal” que desconhece a produção sociocultural de indivíduos diferenciais por heranças de classe distintas. A percepção equivocada da “classe C” como classe média, ou seja, como classe privilegiada, mediante mero aumento do potencial de consumo e renda, reflete, precisamente, esse desconhecimento. Os preconceitos que a envolvem, e a negação pura e simples da classe de abandonados sociais, criada por uma sociedade injusta, também decorrem do mesmo contexto. São essas ideias, afinal, que selecionam e constroem um mundo que vai guiar a ação de governo, mídia, mercado, indivíduos e classes sociais. Por conta disso vale a pena criticá-las em detalhe (Ibidem).*

Essa reflexão nos mostra as bases destes discursos fincados em um ideal de “ética” fundamentada nos preceitos de um tipo de liberalismo, e isso tem resultado em preconceitos e resistência quando estratos sociais marginalizados passam a competir e

ganhar espaços que antes eram restritos às classes mais privilegiadas. O que explica o porquê das extensões de direitos e políticas sociais – que tem possibilitado uma maior representação política das classes e grupos menos favorecidos no Brasil – terem sido atacadas nestes protestos.

Como vimos nas duas ilustrações de entrevistas acima, o “Fora Dilma” interpreta estas extensões de direitos e políticas sociais como se o governo estivesse incitando o ódio e criando conflitos que não existiam entre as classes, gêneros e raças. Mais uma vez, é importante dizer que esses conflitos sempre existiram. Em consonância ao que foi discutido, é importante pontuar que a reação destes manifestantes às mudanças sociais demonstra o incômodo da classe média diante das mudanças em alguns de seus privilégios.

Mais uma vez percebemos a influência do liberalismo econômico, com especificidades do liberalismo brasileiro, nos discursos do “Fora Dilma”. A aparente contradição entre liberalismo econômico e posicionamento político conservador foi uma característica forte do udenismo. Estas influências e similaridades com o udenismo, demonstradas nos discursos e ações dos manifestantes “Fora Dilma”, nos leva a refletir sobre a latência do posicionamento ideológico típico de uma certa direita no país.

Ao pensar nisso, é preciso primeiramente reiterar que estes elementos ideológicos que constituem a direita brasileira (liberalismo econômico, conservadorismo, moralismo, defesa do cristianismo, da ordem, anticomunismo, etc.), estão dentro do contexto da direita mundial, embora tenha especificidades brasileiras. Pois não é só aqui que temos visto na atualidade o que parecer ser um “levante” da direita, ou o que há algum tempo já se conhece na Europa por “Nova Direita” (Cruz, 2015).

A extrema direita tem aumentado sua popularidade na Europa por fatores que vão desde a crise do Estado de Bem-Estar, passam pelo desemprego e chegam até a xenofobia exposta na oposição ao aumento do número de imigrantes (Norris, 2005). Isso nos leva a perceber que essa latência não se trata de um fenômeno nacional, tendo em vista que por toda a América Latina também houve uma organização de forças conservadoras contrárias aos governos populares no poder (Cruz, 2015).

Assim como na Europa, a força da direita na América Latina se deve ao contexto de uma crise econômica que lhes dá novos espaços e novas oportunidades. Essa guinada à direita pelo mundo põe em risco as conquistas sociais adquiridas com o desenvolvimento anterior das democracias. Porém, a diferença é que enquanto na Europa, devido ao contexto de instituições mais sólidas e sociedades mais abastadas, a

direita entra na lógica da disputa partidária, na América Latina, sobretudo no Brasil, a direita se mostra mais incisiva, buscando o poder a qualquer custo, mesmo que o custo seja romper, novamente, com o regime democrático (Cruz, 2015; Kaysel, 2015; Codas, 2015).

Essa “Nova Direita” por unir novos e velhos discursos e repertórios de ação, nos permite estranhar suas propostas de “novo” e de “mudança”, pois são fundamentados em ideais reconhecidos na história política do país e do mundo. Considerando isto, um elemento que também requer atenção, e que evidencia ainda mais o neoudenismo do “Fora Dilma” é a preocupação com a “ameaça vermelha”. Sabemos que no pós 1945 havia a existência e fortalecimento da União Soviética e dos partidos comunistas que, naquele contexto expunha uma projeção política e ideológica em disputa. Desta forma, mesmo que usada por um viés moral, era compreensível (ainda que sobrevalorizada) a preocupação com a propagação do comunismo. Pois, devido ao momento da política mundial, a expansão comunista aparentava ser uma possibilidade viável. Nesse sentido, refletindo sobre a conjuntura atual, se faz importante tentar compreender como e porque essa preocupação ainda é recorrente nos discursos dos manifestantes “Fora Dilma”, tendo em vista que não existe mais um bloco comunista:

L. C., 37 anos, cristão, promotor de justiça, formado em Direito:

*Sou contra ao governo desde que comecei a estudar geopolítica e perceber o alinhamento internacional brasileiro, com países como Irã, Rússia, China, são países totalmente sem liberdades, verdadeiras ditaduras. Receio que o Brasil também se torne uma ditadura comunista, com repressões a liberdade de expressão. O povo tem que entender que corrupção vai além do desvio de verbas. Furar fila, desprezitar direitos, isso também é corrupção. Esse é o primeiro protesto que participo. Me aproximei do grupo pelas redes sociais. O Brasil arrecada muito dinheiro, mas a distribuição de renda é muito ruim com o PT. O PSDB também é socialista, mas é menos radical.*

Esse fragmento demonstra o medo atual de uma “ameaça comunista” no Brasil, mas compreender que isso se explica apenas pelas relações econômicas com determinados países não é suficiente, tendo em vista que o mesmo ocorre com os Estados Unidos, por exemplo, o país modelo em eficiência e ideologia para estes manifestantes. O discurso anticomunista está sempre atrelado a questões morais, também a críticas aos partidos populares (no sentido de representantes de grupos menos favorecidos e provedores de políticas sociais) de orientação política de esquerda que chegaram ao poder. Vejamos mais uma fala que reitera essa preocupação:

G. A., 19 anos, cristão, aluno de graduação de Matemática:

*Participo do grupo Voltados João Pessoa, nos mobilizamos em âmbito nacional. Temos o propósito de unificar os movimentos contra Dilma e contra o PT. Sou anti-esquerda, social democrata, sou contra a fraude eleitoral criada pelo PT, mentiras do partido, populismo, comunismo, bolivarianismo e tiro minhas informações de estudos e internet. O PT é corrupto, é um perigo essas alianças com a América Latina... sou contra tudo, sobretudo a inconstitucionalidade do PT.*

Quando o entrevistado fala de fraude eleitoral criada pelo PT, se remete às políticas sociais que são interpretadas por alguns como compra de votos, a exemplo, do Bolsa Família. Para reforçar a análise anterior que indica que a reação do “Fora Dilma” aos programas sociais do governo se trata de um preconceito de classe e da defesa da ordem de privilégios. Ressaltamos que este movimento acredita que as pessoas atendidas por estas políticas sempre votarão no governo que as criou, demonstrando não possuir um “comportamento moral” equivalente à “ética superior” das elites. Isto configuraria o que esse grupo chama de ‘fraude eleitoral’. Essa concepção denota novamente a reprodução do preconceito de classe, a ideia de um povo “preguiçoso” e “antiético” que mantém o voto nos governos populares (que estes grupos entendem como comunistas) e corruptos, para que assim não percam seus benefícios. O que também corresponde a elementos fundamentais do udenismo, já que se trata de um discurso que faz uso do anticomunismo e da defesa da ordem, para desqualificar as políticas populares e o voto popular. Isto aparenta ser uma nova versão do temor elitista pela ascensão das massas.

Além disso, esse entrevistado menciona as alianças do governo brasileiro com outros países da América Latina. Dessa forma, algo importante a ser considerado para esta análise, é que o grupo “Voltados João Pessoa”, que reúne estes entrevistados, aponta como principal fonte de informação sobre política o filósofo Olavo de Carvalho. Há comprovação disso nas referências que contém na imagem do panfleto distribuído pelo grupo, exposto no tópico anterior. Olavo de Carvalho é um filósofo e Jornalista que escreve artigos e ministra cursos online. Ele mora nos Estados Unidos e tem vários admiradores e seguidores, inclusive vinculados aos canais midiáticos de grande alcance (Pinheiro, 2014). Ele é referência nessas manifestações devido a análises que faz em relação ao comunismo, orientação política de esquerda e o governo atual do Brasil:

*De acordo com Olavo de Carvalho, o esquerdismo vai muito além da política. Toda a cultura está tomada pelo marxismo cultural e a inversão de valores por ele efetuada. O pensamento e os slogans da esquerda são hegemônicos e constituem, assim como o PT, parte de um processo para implantar o comunismo na América Latina via o Foro de São Paulo, organização que reúne os principais partidos e movimentos de esquerda no continente (Ibidem).*

Não é incomum achar durante as manifestações “Fora Dilma” cartazes escritos “Olavo tinha razão”. Temas como nova ordem mundial, conspirações, comunismo e coisas afins são amplamente disseminados por Olavo de Carvalho e seus seguidores, principalmente via internet, e, como podemos perceber com as ilustrações, ecoam nos discursos dos manifestantes:

L. D. 20 anos, cristão, aluno de graduação em Direito:

*A gente tira as informações dos jornais, televisão, na internet, contatos internos do congresso, Olavo de Carvalho entre outras fontes. Queremos mudar moralmente o Brasil, mudar a cabeça das pessoas, fiscalizar as coisas. Temos o objetivo de tirar esse governo do poder e para isso continuaremos numa luta constante. O PT sair do governo é o primeiro passo para melhorar as coisas, depois temos que brigar com o outro governo. Somos contra o governo, contra toda essa corrupção que aí está! O PT surge do Foro de São Paulo, que tem ligação com as FARCS e o tráfico de drogas.*

Nesse fragmento, não só há a afirmação de Olavo de Carvalho como fonte, como há consonância do discurso com a citação anterior que ilustra as colocações do mesmo em relação ao PT e ao Foro de São Paulo. Algo similar é encontrado na descrição do grupo “Voltados João Pessoa”:

*Olá pessoal. Somos do VOLTADOS JOÃO PESSOA. Esta página foi concebida a partir da primeira manifestação anti-governista ocorrida em João Pessoa no dia 15 de novembro último. Somos estudantes, profissionais liberais, funcionários públicos e pais de famílias. Entendemos que nossa obrigação é questionar, através da conscientização, o FORO DE SÃO PAULO e suas implicações. Nosso objetivo principal é possibilitar ao público o acesso, de forma clara e responsável, a informação sobre questões como a Revolução Gramsciana, Revolução Cultural, multiculturalismo, doutrinação revolucionária em nossas escolas e universidades, relativismo ético-moral, Nova Ordem Mundial. Acreditamos nos valores tradicionais, na fé cristã e nas liberdades individuais quer seja, religiosa, política, intelectual, acadêmica, econômica. Entendemos a conscientização como veículo facilitador de mudanças e transformações e no indivíduo como agente reprodutor de valores éticos e morais. Não incentivamos nenhuma forma de separatismo, radicalismo, intervenção militar ou preconceito. Ao contrário, defendemos e acreditamos na união, na família e na manutenção das instituições constituídas (Voltados João Pessoa, 2015).*

Além das muitas menções indiretas às ideias de Olavo de Carvalho, é nítida nesta descrição a defesa dos valores morais cristãos e o temor ao que eles entendem por *doutrinação revolucionária em nossas escolas e universidades*. Eles apresentam o desejo de *conscientizar* as pessoas sobre as questões que acreditam estar por trás da política do país. Falam em *Revolução Cultural, gramsciana*, pois acreditam serem elementos contrários aos valores tradicionais. O grupo se posiciona claramente em defesa do conservadorismo no âmbito moral, político e social, o que pode ser compreendido com base na seguinte reflexão:

*O conservador vê sua luta antes de tudo como uma guerra cultural. Por isso, a preocupação especificamente política, quando vai além da mera oposição ao PT, se foca em questões pontuais: aborto, casamento gay, drogas, armas, defesa da família e da religião. Isso acaba dando ao movimento o aspecto de reacionarismo ideológico que ele tanto quer evitar (Pinheiro, 2014).*

A descrição do grupo de fato tenta evitar um reacionarismo quando se dizem contrários a preconceitos, intervenção militar, radicalismos. Porém, eles não percebem que estas questões estão atreladas a outras partes de seus discursos, pois ao falar em manter e defender os valores tradicionais, se pondo contra o que eles chamam de *revolução cultural Gramsciana* (que são mudanças sociais que muitas vezes correspondem à extensão de direitos e políticas que alcançam estratos sociais marginalizados) eles acabam se posicionando em combate a muitas *liberdades individuais* que dizem ser favoráveis. Isso pode ser percebido nos fragmentos de entrevistas analisados acima, que nos ajudam a entender com mais amplitude as bases desse anticomunismo do “Fora Dilma”, que aparenta ser mais um recurso discursivo usado para tentativa de interferir na dinâmica do campo do poder e da política.

Após terminar esse primeiro momento de conversas e entrevistas com membros do grupo “Voltados João Pessoa” um deles me indagou: “Agora sinceramente, fale para a gente qual o seu posicionamento político, o que você acha do PT? ” Antes de responder diretamente à pergunta, expliquei que isso não seria importante, nem influenciaria a minha pesquisa, pois o meu interesse seria compreender como as pessoas que se engajam contra a corrupção a entendem, porque se engajam e as ligações destas questões com a moralidade. Tentei enfatizar que, até mesmo para ser aceito em uma banca como uma pesquisa científica, eu não poderia evidenciar lados no meu trabalho, já que pretendo fazer uma dissertação e não uma panfletagem política. Essa foi uma

saída que encontrei para conseguir aproximação e alguma confiança por parte do grupo, recorrer à neutralidade científica.

Mesmo com a explicação acima, eles insistiram em saber as minhas opiniões pessoais sobre o governo. Pensei, num primeiro momento, em agir como alguém que queria fazer parte do grupo e protestar também, dizer que estava muito decepcionada com “*tudo isto que está aí*” (aquela frase que os membros do grupo usam quando não sabem ou não conseguem especificar os motivos para serem contra ao governo) e que também era favorável ao Impeachment. Porém, observei muito cedo a grande desconfiança em relação a mim, me viam como “comunista” e “petista infiltrada”. Por isso, me sentindo pressionada pelas arguições deles, resolvi dizer a verdade, que votei no governo, expliquei meus motivos, falei que não estava satisfeita com as primeiras medidas do governo esse ano, mas que se hoje houvesse novas eleições e as opções fossem as mesmas, eu ainda votaria no governo. Dito isso, pensei: acabaram-se as minhas possibilidades de conhecê-los. Contudo, quando comecei a dar espaço para que questionassem meus motivos, ouvindo de forma passiva, até porque não tinha outra opção, meu silêncio foi interpretado como uma possibilidade de que conseguiriam me convencer a “mudar de lado”. Isso foi instigante para o grupo, brincavam entre si o tempo inteiro dizendo que no dia seguinte eu estaria lá no protesto levantando as mesmas bandeiras que eles e também me elogiaram pela honestidade.

Após conversar com estas pessoas que entrevistei, chegou o líder do grupo que havia orientado os demais a não falarem comigo em sua ausência, para que eu não obtivesse informações privilegiadas. Ele se dispôs a conversar, me concedeu uma entrevista, inicialmente só com anotações e depois permitiu que eu gravasse a sua fala. Enquanto eu conversava com o líder, pude perceber entre o restante do grupo certo receio da minha presença durante a reunião. Eles não chegavam a um acordo sobre minha participação, algumas pessoas se demonstravam radicalmente contra, outras eram indiferentes. Para tentar não alterar tanto a programação deles, nem causar problemas, falei para o líder que não precisaria participar. Ele disse que compraria essa briga e que queria que eu participasse sim. Pediu-me desculpas por ter falado para o restante do grupo não conversar comigo em sua ausência, e também por ter falado para os demais que eu era “mais comunista que Karl Marx” (ele me julgou assim, com o apoio do grupo, por eu ser estudante de Sociologia e segundo o mesmo, pela minha aparência, jeito de falar e vestir). Em entrevista com o líder, ao perguntar sobre o grupo, ele respondeu:

A.G., 29 anos, cristão, autônomo, formado em Direito:

*Unimos este grupo via redes sociais. A esquerda quer destruir os valores judaicos cristãos. A corrupção sempre existiu, assim como a honestidade, o relativismo é indecente! A escola de Frankfurt, que é uma escola doutrinária que rege a esquerda, se propôs a destruir tudo o que existe no momento, corromper as mentes e a formação cultural das pessoas, não apenas corromper financeiramente. Marcuse, da escola de Frankfurt, diz numa frase que é necessário corromper a sociedade de todos os valores, a esquerda se alimente disso. Sempre houve quem financiasse os movimentos revolucionários de esquerda, Karl Marx era financiado. O Foro de São Paulo é ligado ao PT e visam o desmanchamento dos serviços públicos. O PT quer acabar com tudo. O PT não trabalha para o Brasil, é financiado por interesses de pessoas com muito dinheiro e que visam corromper culturalmente a sociedade.*

Nesse primeiro momento da fala do líder, pude perceber quão incomodados os manifestantes “Fora Dilma” estão em relação às transformações sociais que se distanciam dos valores tradicionais religiosos. Eles compreendem essas mudanças como parte de “um plano” para o que eles chamam de *corrupção cultural e moral* da sociedade e atrelam esse plano a líderes e intelectuais de posicionamentos políticos ideológicos de esquerda, com influência marxista. Como mentores desse plano de corromper a sociedade brasileira, eles elegem o PT, sobretudo o ex-presidente Lula e a atual presidente Dilma Rousseff. Essas ideias que aparecem não só na fala deste grupo, do líder, e fomenta o medo de uma “ameaça comunista” no Brasil, são o alicerce desse anticomunismo atual. Estas ideias surgiram e são alimentadas por Olavo de Carvalho e isso pode ser comprovado com base em fragmentos de um de seus textos publicados em seu site pessoal<sup>31</sup>:

*[...] O que veio a se chamar “Escola de Frankfurt”: um “think tank” marxista que, abandonando as ilusões de um levante universal dos proletários, passou a dedicar-se ao único empreendimento viável que restava: destruir a cultura ocidental. Na Itália, o fundador do Partido Comunista, Antônio Gramsci, fôra levado a conclusão semelhante ao ver o operariado trair o internacionalismo revolucionário, aderindo em massa à variante ultranacionalista de socialismo inventada pelo renegado Benito Mussolini. [...] Desmentido pelos fatos, o marxismo iria à forra por meio da auto-inversão: em vez de transformar a condição social para mudar as mentalidades, iria mudar as mentalidades para transformar a condição social. [...] Gramsci descobriu a “revolução cultural”, que reformaria o “senso comum” da humanidade, levando-a a enxergar no martírio dos santos católicos uma sórdida manobra publicitária capitalista, e faria dos intelectuais, em vez dos proletários, a classe revolucionária eleita. Já os homens de Frankfurt, especialmente Horkheimer, Adorno e Marcuse, tiveram a ideia de misturar Freud e Marx, concluindo que a cultura ocidental era*

---

<sup>31</sup> Ver endereço eletrônico na bibliografia deste trabalho.

*uma doença, que todo mundo educado nela sofria de “personalidade autoritária”, que a população ocidental deveria ser reduzida à condição de paciente de hospício e submetida a uma “psicoterapia coletiva”. Estava portanto inaugurada, depois do marxismo clássico, do marxismo soviético e do marxismo revisionista de Eduard Bernstein (o primeiro tucano), a quarta modalidade de marxismo: o marxismo cultural. Como não falava em revolução proletária nem pregava abertamente nenhuma truculência, a nova escola foi bem aceita nos meios encarregados de defender a cultura ocidental que ela professava destruir (Carvalho, 2002).*

Embora essas ideias de Olavo de Carvalho estejam diluídas também nas descrições dos grupos nacionais, aparecem com mais clareza entre os “Voltados João Pessoa”, que demonstram um interesse particular em relação a teorias conhecidas como conspiracionistas, a exemplo das teorias sobre *nova ordem mundial*. Esse trecho do texto de Olavo é praticamente repetido tanto na descrição dos “Voltados João Pessoa”, como na fala do líder, que ainda sobre o grupo discursou:

*Nós temos um grupo aqui em João Pessoa chamado “Voltados João Pessoa”. De onde surgiu? Fizemos uma manifestação ainda antes das eleições, protestando contra essa empresa venezuelana, que detém 26 por cento das ações dessa empresa que realizou as apurações das eleições aqui, ou seja, um governo estrangeiro influencia diretamente na apuração das eleições do Brasil; não é apenas uma empresa estrangeira, é um governo estrangeiro, o governo venezuelano. Por sorte essas máquinas smartmatic, foram buscar onde? No ápice da tecnologia, em Cuba. É um software cubano e as ações são do governo Venezuelano, 26%, são sócios majoritários, inclusive. E tudo isso tem o Foro de São Paulo por trás destas coisas. A gente se reuniu antes ainda dos resultados das eleições para mostrar e protestar. O nosso objetivo maior é a conscientização das pessoas. Daí surgiu a formação do grupo e escolhemos este nome, porque tem um grupo a nível nacional chamado revoltados online, aí falaram: - coloca revoltados online João Pessoa! Aí eu como tenho o papel de liderança e acho que pessoalmente revolta é coisa do Diabo [...] Então, eu não gosto dessa palavra revolta, eu não gosto como a esquerda gosta de provoca revoltas e tal... então nós não somos revoltados, somos voltados contra a situação.*

Entre o relato sobre a história do grupo, o líder novamente repete ideias difundidas por Olavo de Carvalho sobre as eleições terem sido fraudadas por meio de um vídeo disseminado nas redes<sup>32</sup>. Esse vídeo foi gravado em uma espécie de palestra na cidade de Washington. Nele Olavo discursa sobre corrupção, as máquinas Smartmatic e sobre o Foro de São Paulo, novamente fundamentando-se na ideia de que existe um plano do “marxismo cultural” para acabarem com a cultura ocidental, os valores e moral cristã. Ele alega que a ideologia de esquerda e o comunismo é uma ameaça atual e possível. Nas redes sociais, entre os grupos de manifestantes “Fora

---

<sup>32</sup> O endereço eletrônico do vídeo está referenciado na bibliografia deste trabalho.

Dilma” essas ideias são tratadas como verdades e chegam a ser difundidas também em outras mídias, por jornalistas e colunistas que fazem cursos online com o Olavo de Carvalho, por isso têm um alcance significativo e cria seus “regimes de verdade”.

Após terminar a entrevista com o líder, ele foi chamado à reunião e fez questão que eu presenciasse. Isso resultou em certo desconforto no grupo, também na coleta de mais dados. Na reunião percebi que as pessoas entrevistadas eram todas participantes ativas da organização do protesto, da divulgação, panfletagem, confecção e venda de camisetas, adesivos e bonés, dos pedidos de autorização, das doações, do aluguel do carro de som, de falar no carro de som, etc. Isso também foi perceptível na observação da manifestação que se deu no dia seguinte. Os entrevistados também participavam dos grupos “Revoltados Online”, “Vem pra Rua” e “Movimento Brasil Livre”. Eles correspondiam em alguma medida à maioria das características dos “jovens manifestantes” de 2013, correspondendo também aos elementos que têm dado forma a *comunidade moral do povo/cidadão brasileiro* que têm se constituído nesses protestos de 2015: grande parte participando pela primeira vez de manifestações; com formação acadêmica; classe média; cansados de corrupção; ansiosos pela mudança do governo; com ideais conservadores; demonstravam patriotismo; defesa dos valores morais cristãos; propondo um “novo” Brasil; se considerando mais justos e honestos, entre outras características comuns.

Quando apareci na reunião com o líder, onde se encontravam aproximadamente trinta pessoas, houve questionamentos em relação à minha presença por um homem o qual eu não tinha tido contato algum antes. Este homem perguntou por que eu tinha que participar, e, o líder respondeu que ninguém tinha nada a esconder, eu era uma estudante que os procurou com muita educação e honestidade, por isso não havia motivos para vetar minha participação. Eu permaneci com eles a contragosto de alguns. Havia quem entendesse que eu era uma repórter, algumas pessoas me mencionavam nas falas, como se eu fosse testemunha ou legitimasse o que estava sendo dito. Outros usavam minha presença para tolher alguns acontecimentos da reunião, como discordância entre os membros, por exemplo. Por mais de uma vez eles falaram: “gente, se comportem, logo hoje que ela está aqui observando?”.

De um modo geral, a reunião foi para discutir como seria o ato no dia seguinte. Eu imaginava encontrar apenas mais um grupo que mobilizado nas redes sociais, iria tomar as ruas com palavras de ordem, cartazes, camisetas das cores da bandeira do Brasil e a própria bandeira. Porém, como já mencionado, este grupo era de fato o “carro chefe”

da organização da manifestação em João Pessoa. Conseguiram os contatos necessários para mobilizar recursos como policiamento, ambulâncias, o carro de som, camisas padronizadas, panfletos, entre outras coisas. Eles, inclusive, eram as pessoas que iriam falar no carro de som e responder às mídias locais como principais organizadores do evento. Enquanto acontecia a reunião, pude conhecer mais pessoas e mais posicionamentos, que serão aqui relatados. Não gravei áudios devido à desconfiança e instabilidade que minha presença causou.

A reunião iniciou às 16 horas e durou até às 18h20min. O líder deu início falando que diferente do comunismo, eles eram um grupo democrático, isso para justificar a minha presença. Depois começaram as sugestões, e a primeira foi que deveriam cantar o hino nacional na manifestação. Pude observar durante as falas que algumas pessoas estavam participando presencialmente pela primeira vez do grupo, uma destas pessoas, o promotor L. C., sugeriu que pensassem o que queriam na segunda-feira, um dia após o ato. Isso irritou o líder, que rebateu dizendo que enquanto ele estava na primeira reunião, a maioria das pessoas ali se encontravam há pelo menos um mês, falou ainda que o movimento tinha mais de seis meses e o que importava era a união e a conscientização do grupo até aquele momento e que do amanhã ninguém sabia.

O tempo todo houve certa tensão sobre posições no grupo, a respeito da liderança, também a respeito do que deveria ser pauta ou não da reunião, e, eu pude perceber que além da vontade de tirar o governo do poder, eles tinham menos coisas em comum do que imaginavam. Isso me fez lembrar um pouco das confusões das pautas dos protestos em 2013, também das colocações de Anderson (2008) ao explicar que as informações que circulam entre o grupo criam uma “ligação invisível” e simbólica entre pessoas que dificilmente teriam alguma semelhança cultural. Havia divergências sobre a proposta de reforma política, sobre intervenção militar, sobre falar ou não de forma pejorativa das minorias, entre outras que irão sendo relatadas no decorrer do texto.

Foi possível perceber também a preocupação do grupo em relação à interferência de militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) durante o protesto. Tinham medo que se isso acontecesse os militantes agissem violentamente. Também aparentavam repulsa à ideia de petistas entre eles (o que me fez lembrar o episódio na manifestação de 2013, em que num ato dito democrático, as pessoas repeliam os partidos políticos). O líder falou que a arma do grupo era se defender contra estes possíveis infiltrados, sobre o livre direito constitucional e arbítrio de expor ideias, e que o que era importante era a “massa coletiva do fora Dilma e fora tudo o que tiver errado”. O líder enfatizou também

que os membros do PT e a esquerda tem menos conhecimento que o grupo e a direita como um todo (dizendo, nesse momento, claramente que são de orientação política de direita).

No decorrer da reunião os membros iam pedindo para falar, no começo foi difícil organizar isto, pois um sempre interferia na fala do outro a ponto de suscitar vários desentendimentos entre o grupo. Um dos primeiros a falar foi o Advogado A.C., de 49 anos, cristão, que já foi filiado ao PT, ele disse que se decepcionou com o partido em 2002 por conta dos escândalos, depois foi candidato a deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), não se elegeu e hoje não está mais no partido. Ele ainda falou que veio participar do grupo através de um colega de escritório e relatou que faz parte de uma página social juntamente a médicos, demais profissionais da saúde e engenheiros, que visam organizar pessoas bem-intencionadas contra ao governo. Ele não especificou que página era essa, nem me deu espaço para me aproximar e perguntar depois, pois gostaria de entender melhor como ele caracteriza essas “pessoas bem-intencionadas”.

O líder sempre usava na fala diferenciações sobre o que ele entendia ser atitudes da direita e da esquerda, ele falou que a esquerda trabalha tentando organizar minorias políticas, o que dificulta para eles, enquanto a direita organiza maioria o que facilita o trabalho nos atos políticos. Assim é possível perceber que no entendimento do líder, minorias políticas significam quantidade numérica baixa de pessoas. Ele também falou sobre as vendas de camisetas e chapéus do ato, de como agir ao se deparar com pessoas do PT, a ideia era seguir como ocorreu em São Paulo, se abaixar ao lado dos “infiltrados” para que a polícia os reconhecesse. Houve uma longa discussão em relação ao que fazer se houvessem bandeiras de partidos, a maior parte não queria aceitar, mas isso suscitou um debate sobre ser democrático e de direito das pessoas se expressarem e que não havia meios legais de impedir, a não ser por tentativa de conversas. Cada vez mais me interessava pela noção de democracia do grupo.

Entre todas as intervenções que houve na reunião, duas me chamaram atenção: a da historiadora A.D. de 40 anos, cristã; e a outra do Militar G.A. de 33 anos, cristão, formado em Direito e antigo candidato a deputado estadual pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS). Não sabia ainda, neste momento, que eles também “roubariam a cena” durante a manifestação do dia seguinte, devido a suas falas opostas e uma contradição direta, enquanto conduziam o protesto no carro de som (esse episódio será relatado no tópico posterior). A historiadora tinha uma voz firme, era eloquente e sempre falava em tom de liderança, puxava palavras de ordem como “Impeachment já”,

“Fora Dilma”, “A nossa bandeira jamais será vermelha”, “Lula e Dilma vão para Cuba que os pariu”, “não quero Dilma, não quero PT, quero democracia”, entre outras. Em um dos momentos mais acalorados de suas intervenções, ao falar dos programas do Governo Federal para as minorias políticas, ela usou os seguintes termos:

*Não aguento mais essas palhaçadas de bolsa veado, bolsa putaria, bolsa bandido. Isso não interessa, nós somos laicos e o PT que fez essas rupturas. Não tenho partidos, a única coisa que quero é um país digno, melhor para mim, que tem vergonha na cara, honrado, honesto, trabalhador.*

Neste momento A.D. foi duramente repreendida pelo líder, que preocupado com a minha presença, disse que ninguém usaria termos pejorativos em nome do grupo e que isso era comportamento de gente da esquerda. A historiadora prontamente respondeu, dizendo que achava que ali estava falando entre amigos, que no carro de som, para outros públicos jamais usaria estes termos. Falou ainda que essa repressão a faz se sentir num “comunismo” onde não há liberdade de expressão e só disseminação do ódio e diferenciação entre as pessoas, que devem ser tratadas todas iguais e com os mesmos direitos. Falando isso de pé, com tom de voz elevado e algumas vezes recebendo aplausos dos demais colegas. Mais uma vez as políticas sociais do governo e a extensão de direitos e leis para estratos sociais marginalizados, são mencionadas negativamente pelos manifestantes “Fora Dilma”.

A revolta contra as políticas sociais do governo é explicitada novamente no tom depreciativo com que A.D. se referiu a elas “*palhaçadas de bolsa veado, bolsa putaria, bolsa bandido*”. Isso nos leva, mais uma vez, a perceber o quanto o preconceito de classe orienta os discursos deste grupo e como a classe média está incomodada por não monopolizar mais todos os privilégios e espaços sociais. A interferência do líder, pontuando que aquilo não era o posicionamento do grupo, me pareceu um cuidado para que estes preconceitos continuem velados. A resposta de A.D., de que só falou isso porque estava entre amigos e não falaria jamais para outros públicos, reforça esta essa impressão e também que ela contava com a solidariedade de classe dos que estavam ali.

O Militar G.A. tinha a mesma forma ávida de se expressar que sua colega historiadora. Também eloquente, com uma postura de liderança, sempre falava em questões de segurança pública do estado, do país, enfatizando a importância da polícia e mencionando os tempos de ditadura, mesmo não tendo vivenciado a época em idade adulta, pois ele tem 33 anos. Em sua intervenção ele falou que estávamos todos no mesmo barco, que quer participar da manifestação para construir um país melhor:

*Amanhã no protesto será um pontapé inicial para acabar com tudo isto que está aí. A própria polícia está sendo vítima da violência instaurada pelo partido que aí está, porque eles só criam leis para bandidos, vagabundos! Como o desarmamento, tirou a defesa dos cidadãos de bem, deixando só os marginais armados. Amanhã o nosso partido será o Brasil, bandeira só brasileira. O foco é contra Dilma, amanhã é o dia D para o brasileiro se libertar desta escravidão. Vamos evitar bandeiras para trazer quem está em dúvida para o nosso lado. Somos apartidários. Vamos ser cuidadosos com os vagabundos que querem acabar com o nosso movimento, mostrem eles a polícia. Queremos o nosso país de volta. A bandeira do Brasil merece respeito, mas o PT está sangrando ela há 12 anos! Vamos lutar pela bandeira, vamos ser patriotas como os outros países são. Está faltando saúde, segurança. A roubalheira está tomando conta. Temos que lutar pelo o que é correto e digno, temos que mostrar a verdade e tratar os diferentes com respeito.*

Essa fala nos mostra uma espécie de glorificação da polícia, que faz parte da formação militar do Brasil. É um discurso que enfatiza o caráter heroico da atividade policial, que representa o agente último da ordem. O braço armado do “cidadão de bem”, que mesmo diante de um Estado corrupto que não lhe valoriza, cumpre o seu dever de defender a sociedade. Assim, se constrói a ideia de que a autoridade policial é uma força autônoma na sociedade, já que o policial é um guerreiro, um herói que pode purificar essa sociedade “suja, cheia de bandidos” e de “defensores dos bandidos”, que visam à destruição da ordem pública e fortalecer o “inimigo” (Faganello, 2015, p.151).

Além disso, a fala do Militar nos possibilita interpretar que, para ele, há doze anos não existiam problemas no Brasil, que a polícia tinha condições de trabalho melhores, o “cidadão de bem” armado também, que havia liberdade e não escravidão e que o país era *nosso*. Ainda que ele tenha sido filiado a um partido no passado, se faz claro na fala do Militar a rejeição à organização política partidária: *o nosso partido será o Brasil, bandeira só brasileira*. O patriotismo é usado por ele como elo e motivação para a união dos membros do grupo, faz uso dos termos *correto* e *digno* com convicção de que é correspondente aos mesmos, assim como apresenta seu “regime de verdade”. Todos esses elementos redesenham um “Brasil ideal” muito similar a um Brasil que um dia já foi proposto pela UDN: “nosso”, anticomunista, “ordeiro”, “sem corrupção”, “apartidário”, “unido”, “patriota”, etc.

Após estas duas últimas intervenções relatadas acima e da efervescência que elas causaram no grupo, discutiram sobre os últimos preparativos, confirmação de horário, local e coisas afins. Houve então o encerramento da reunião. Pegaram uma faixa que prepararam para expor no carro de som que tinha os seguintes dizeres: “Fora!! Dilma e

leve o PT junto. Mais eficiência e transparência nos gastos públicos e defender a redução da carga tributária e burocrática”. Tiraram algumas fotos e foram embora.

Figura 6. Foto do grupo de pessoas presentes na reunião



Fonte: Arquivo pessoal

#### 4.3: Indo às ruas

Essa parte do presente capítulo retratará os momentos das duas manifestações pró Impeachment da Presidente Dilma, seu partido e aliados, na cidade de João Pessoa durante o primeiro semestre de 2015. Sendo a primeira manifestação realizada no dia 15 de março e a segunda no dia 12 de abril. Antes de iniciar a descrição, julgo importante relatar que eu tentei continuar observando o grupo de organizadores em suas atividades presenciais e nas redes sociais. Mas, mesmo alguns membros se disposto a me ajudar no que fosse preciso, sendo receptivos, atenciosos, simpáticos, fiquei sabendo, após a primeira manifestação, pelo líder e por outro participante, que havia ainda muita resistência no grupo sobre minha permanência nas reuniões e também minha inclusão em suas redes de articulação.

Diante dessa dificuldade, a ideia inicial que eu tinha de traçar um perfil mais completo de quantos mais manifestantes eu pudesse ter acesso, visando aprofundar o conhecimento sobre eles, suas trajetórias, e, também de fazer um contraste com outros grupos de articulação das mesmas manifestações buscando por padrões; se deparou com tal impossibilidade de um maior acompanhamento. Tive então que procurar formas de continuar a coleta de dados para o desenvolvimento desta pesquisa. A primeira estratégia que pensei e pus em prática, foi de durante a primeira manifestação,

entrevistar pessoas que estivessem vestindo camisas padronizadas, diferentes das do grupo que eu já conhecia, a fim de tentar encontrar membros de outros grupos de articulação que me permitissem acompanhar suas atividades presenciais e via redes sociais.

Consegui algumas entrevistas durante a manifestação do dia 15 de março, mas as pessoas relatavam que apenas compraram camisas dos grupos de organização, não sabiam dizer quem eram os líderes ou quando sabiam, eram as pessoas do grupo que já me conheciam. Também falaram que eram amigos e familiares que resolveram confeccionar camisas padronizadas para o protesto, sem ser parte de um grupo específico, nem ter atividades presenciais. Durante as entrevistas com estas pessoas na manifestação, percebi que as abordagens curtas, sem tempo para uma conversa mais longa, já que era durante o protesto, resultavam em respostas comedidas e gerais. Então decidi analisar o que as pessoas que subiam no carro de som diziam e também analisar as letras das paródias de músicas que tocavam no carro de som. Desta maneira foi possível coletar mais dados e conseguir um retrato mais detalhado das manifestações.

#### *Dia 15 de Março de 2015*

A manifestação estava marcada para acontecer às 16 horas no Busto de Tamandaré, que divide as praias de Tambaú e Cabo Branco na cidade de João Pessoa. Desci do ônibus na praia de Tambaú às 15 horas, pois queria observar antes a concentração para o protesto. Fui acompanhada de um amigo e assim que descemos do ônibus, nos deparamos com um sinal de trânsito fechado e vários carros (a maioria importados), com pessoas vestidas com a blusa da seleção brasileira de futebol, vuvuzelas, e bandeiras do Brasil ao vento nas janelas. Uma cena que logo chamou minha atenção foi que mais de um dos motoristas nos carros passavam gritando coisas como: “PT vagabundo”, “Fora Ladrões”, “Vamos acabar com a corrupção” e também muitas palavras de baixo calão direcionadas a Presidente e seu partido. Nesse momento eu já pude sentir que o ato seria acalorado, deu para perceber a entonação indignada e hostil dos manifestantes que chegavam e também que eles possuíam belos e caríssimos carros.

Outra cena que me prendeu a atenção foi quando já perto do carro de som, esperando começar, uma das organizadoras do protesto questionou um dos manifestantes por este estar usando uma blusa com as cores da bandeira da Paraíba:

vermelha e preta. Ela perguntou o porquê de ele usar uma camisa vermelha, do PT, numa manifestação em favor do Brasil. Eu fiquei observando a resposta dele, que falou que realmente não era um bom momento para estar com aquela camisa, mas que para ele representava apenas a cor da bandeira de seu estado. Então percebi que a cor vermelha significa uma afronta aos manifestantes, que não conseguia vê-la além da associação e representação simbólica do comunismo, das bandeiras dos movimentos sociais de esquerda e do PT. Isso ficou claro nas palavras de ordem proferidas no carro de som: “A nossa bandeira jamais será vermelha” e certamente no questionamento da citada organizadora.

As pessoas continuavam a chegar e o ato foi iniciando, em cima do carro de som estavam os organizadores que entrevistei e acompanhei na reunião no dia anterior ao protesto. Eles me viram em baixo, acenaram, foram simpáticos e o líder A.G. me convidou a subir no carro de som, para que eu pudesse ter uma ideia da dimensão do protesto. Quando subi, percebi alguns olhares de reprovação, recebi alguns sorrisos e pude ver que após uma hora de início, a orla das praias de Cabo Branco e Tambaú estavam repletas de pessoas vestidas com camisas da seleção brasileira de futebol, levantando bandeiras do Brasil, com cartazes com vários dizeres contrários ao governo, com blusas dos grupos que organizaram nacionalmente as manifestações: “Revoltados Online”, “Vem pra Rua”, “Movimento Brasil Livre”; ou então vestidos de verde, amarelo, azul e branco. Por um momento eu pensei estar em um estádio de futebol, porque o comportamento dos manifestantes também era muito similar à de uma torcida.

Em cima do carro, a organizadora A.D. (aquela historiadora de 40 anos que foi bem ativa na reunião da organização no dia anterior) vestia blusa branca por baixo de uma camisa da seleção brasileira de futebol e falava com a bandeira do Brasil enrolada na cintura. De início ela sugeriu que fosse cantado o hino nacional, com as pessoas de pé, com a mão sobre o lado esquerdo do peito, justamente como ocorre na abertura de um jogo da seleção brasileira. Após o hino houve aplausos e foi dado o início da partida, digo, da manifestação. A.D. começou falando que o partido de todos ali presentes era o da Federação da República Brasileira, falou também que estava ali contra a ditadura do PT, em um ato cívico e democrático.

O microfone ficava mais tempo entre a mão dela e a mão do militar G.A de 33 anos, (aquele antigo filiado ao PROS, também bastante ativo na reunião do dia anterior para organização do protesto). Não só A.D e G.A falavam, mas outras pessoas também eram convidadas ou pediam para discursar no microfone. Algumas das pessoas que

subiam no carro de som, se apresentavam como representantes de alguns segmentos sociais, como médicos, advogados, militares e até um padre. Nas pausas entre as falas, o carro de som soltava paródias de músicas que continham em suas letras críticas ao governo e justificativas para o protesto. Entre as músicas escolhidas para as paródias, usaram “Pra não dizer que não falei das flores” conhecida por ter sido e ser cantada em vários protestos dos movimentos sociais de orientação política de esquerda:

#### Paródia da música “pra não dizer que não falei das flores”:

##### *Pra Não Dizer Que Não Roubei Das Flores*

*Desviando e roubando E saqueado a nação, são todos pilantras a roubar o povão. Nas escolas, nas ruas, campos, construções, somos todos roubados por petistas ladrões. Dilma vai embora Porque o Brasil não quer você e leve o lula junto e os vagabundos do PT (2x) Para os ditadores de longe foram dados bilhões, com o maduro e Fidel formando terríveis cordões. Usando da mentira Pra tapear a nação e acreditam nos dólares pra comprar a oposição Dilma vai embora porque o Brasil não quer você e leve o lula junto e os vagabundos do PT(2x). Há militantes armados Informados ou não, quase todos roubando pra fazer a revolução. O partido lhes ensina uma antiga lição de defender sempre a máfia e negar o Petrolão. Dilma vai embora porque o Brasil não quer você aproveite e leve o lula junto e os vagabundos do PT (2x). Nas escolas, nas ruas campos, construções, somos todos roubados por petistas ladrões. Desviando e roubando e saqueado a nação. São todos pilantras organizando o petróleo, a ditadura na mente a democracia no chão. A certeza na frente que vai roubar de montão, desviando e roubando e saqueado a nação, aprendendo e ensinando a organizar o petróleo. Dilma vai embora Porque o Brasil não quer você e leve o lula junto e os vagabundos do PT (2x).*

Essa música se repetiu várias vezes nos dois dias de manifestações por todo o Brasil. A letra faz várias acusações ao governo, o PT e o ex-presidente Lula. Falam que o Brasil que reelegeu recentemente a Presidente atual com a maioria dos votos válidos, não a quer como governante. A letra denigre moralmente os militantes e filiados do PT e faz inúmeras afirmações de que o governo é mafioso, distribuiu dinheiro entre ditadores de outros países, que quer implantar uma ditadura no Brasil, recorrendo assim a “caça aos escândalos” usados como argumentação moral, criando “regimes de verdade”, fazendo uso e disseminando informações selecionadas, que não têm confirmação comprovada por investigações.

#### Paródia da Música “sou um gordinho gostoso”:

*Chegou a Dilminha... o dinheiro de vocês está aqui no meu bolso! Sou a Dilma mentirosa a Dilma desastrosa, sou a Dilma mentirosa. Eu não sou a*

*Graça, mas ta foda, o povo ta na bronca, só os banqueiros gostam da mamãe! Sou uma grande mentirosa rainha do petróleo, aumento a gasolina para pagar corrupção! Energia, juro, imposto, eu aumentei na surdina, trabalha bastante povo, pra poder pagar propina! Saiu a Graça, agora falta a Desgraça!*

Na letra dessa paródia, é nítida também a argumentação fundada nos escândalos midiáticos, tendo em vista a menção que a paródia faz as especulações em torno da investigação dos casos de corrupção na Petrobrás. Elementos similares também são encontrados na próxima letra:

#### Paródia sobre o preço da gasolina:

*Vai aumentar, vai aumentar desliguem os motores, a passagem do busão vai aumentar, Muito! Os impostos do Brasil vão aumentar, muito! Quem mandou você não saber votar? Burro! Então prepara porque vai subir... Ela aumenta a gasolina, quem mandou votar na Dilma? A inflação ta lá em cima, quem imagina? E quem se ilude ta usando lamparina, e falta água para encher minha piscina e o Brasil já está pior que a Argentina, a propina é rotina, na Petrobrás ou lá em Passadina e tão responde gente fina, quem mandou você votar na Dilma? Ela aumenta a gasolina, quem mandou votar na Dilma?*

Essa letra não apenas faz menção as especulações e escândalos midiáticos como retrata a forma pejorativa em que os manifestantes “Fora Dilma” concebem os eleitores da Presidente, chamando-os de burros e falando que quem a elegeu não sabe votar. A forma pejorativa de se referir a seus opositores políticos também é presente numa música criada especificamente para estas manifestações, que também se repetiu por várias vezes durante as manifestações pelo Brasil:

#### Música “Impeachment” criada para os protestos:

*Chegou a hora de pôr o lixo pra fora, da presidente ir embora e levar junto o PT. Chegou a hora, não há de ter mais demora, é o Brasil que implora pra gente não se render. Oh oh oh oh todo mundo já sabe que a Anta sabia Oh oh oh oh, que o Molusco mandava e ela obedecia. Impeachment – não tem como fugir, Impeachment – pede pra sair Impeachment – pra salvar a nação Impeachment – está na constituição Impeachment! – Impeachment! Já acabou a paciência do povo, estamos juntos de novo pra combater nessa guerra. Já terminou o tempo do comunismo agora é o patriotismo que vai mandar nessa terra, Oh oh oh oh todo mundo já sabe que a Anta sabia Oh oh oh oh Que o Molusco mandava e ela obedecia. Impeachment – não tem como fugir Impeachment – pede pra sair Impeachment – pra salvar a nação Impeachment – está na constituição Impeachment! – Impeachment!*

As letras das paródias me chamaram atenção por terem informações que também ajudavam a refletir sobre as manifestações “Fora Dilma”, pois traziam acusações e hostilidades direcionadas a pessoa da Presidente, como “mentirosa”, “desastrosa”, “desgraça”, “pilantra”, “ladra”, “lixo”, “anta”. Falam com hostilidade também sobre os eleitores dela, chamando de “burros”, “vagabundos”. O que revela mais uma vez o neoudenismo do “Fora Dilma”, pois assim como hoje, a UDN entedia que apenas seus candidatos eram qualificados para conduzir o país e hostilizavam seus adversários e o povo que os elegiam, alegando que eles não sabiam votar, ou votavam errado.

Hoje o neoudenismo é mais direto, além de dizer que o povo não sabe votar, chamam os eleitores do governo claramente de “burros”. Nesse sentido, é válido lembrar que o golpismo da UDN se explicitou no inconformismo com suas derrotas nas urnas (Benevides, 1981; Dulci, 1986), quando o partido articulava forma de tomar o poder, mesmo sem legitimidade do voto popular. Estes movimentos atuais podem não se sentir identificados com partidos, como em 1964, mas se identificam com posições ideológicas e demonstram apoio a qualquer um que possa tentar desbancar o alvo de sua indignação (como ilustra a figura 1 apresentada no capítulo anterior: “Somos milhões de Cunhas”).

Assim como na UDN, há hoje também uma questão de classes latente nesses posicionamentos. Como foi visto na maioria dos discursos aqui expostos, o que o “Fora Dilma” mais ataca durante os protestos, direta ou indiretamente, são às políticas sociais do governo. Isso nos remete novamente ao liberalismo elitista e anti-povo da UDN. Assim, mais uma vez é possível perceber que os incômodos sobre as políticas sociais revelam uma disputa para conservação da ordem de privilégios dos grupos estabelecidos, tal como expresso no preconceito de classe contido na afirmação de que foram os “burros” e “vagabundos” que elegeram o governo.

O moralismo toma um lugar central no repertório de ação política do “Fora Dilma” e é usado de forma estratégica por estes manifestantes que tentam esconder – por trás de uma indignação seletiva contra a corrupção – seu mal-estar diante das mudanças sociais. Este mal-estar se traveste em um discurso em prol dos “interesses da nação”, que aponta o governo atual como digno de vergonha, comunista e antidemocrático. No lugar disso, propõem ética, patriotismo e democracia. Mas como vimos, é uma ética ancorada pela influência liberal que sugere que apenas as classes superiores do Brasil são éticas, enquanto o povo não tem condições de ter um comportamento moral, pois elegem governos corruptos para garantir seu bem-estar.

Estas coisas eram faladas e cantadas por estes manifestantes como se tivessem certeza de que no dia seguinte o Congresso Nacional decidiria em favor do Impeachment da Presidente Dilma, sem considerar a existência de pessoas contrárias a tal pedido. Em outras palavras, eles confiavam no poder e impacto que tem o uso do moralismo como um recurso discursivo para alterar a dinâmica do poder.

O quadro exposto me fez pensar novamente sobre a noção de democracia nesses protestos e, nesse contexto de refletir sobre o que é democracia para o “Fora Dilma”, em meio a manifestação do dia 15 de março em João Pessoa, uma cena me marcou: durante seu discurso, a historiadora A.D. leu uma faixa favorável à intervenção militar e repreendeu, de cima do carro de som, as pessoas que apoiavam a intervenção. Chamou a polícia militar para pedir a retirada dos mesmos e pediu para outros manifestantes próximos à faixa se abaixarem para que a polícia pudesse reconhecer os favoráveis à intervenção. Quando A.D. começou a falar contra os favoráveis à intervenção militar, dizendo que aquela bandeira também não era a dos brasileiros, teve o microfone retirado de suas mãos antes mesmo de concluir a frase. Nesta ocasião, pude observar um senhor vestido com uma blusa com dizeres favoráveis à intervenção, criticá-la intensamente, gritando que ela era uma petista disfarçada, que deveria calar a boca. Então houve minutos de silêncio constrangedores no carro de som, até que G.A., o militar, pegou o microfone e disse que aquela atitude dela era uma atitude isolada, que não representava o movimento, alegou também que foi um erro dela fazer isso e que como democráticos, diferente dos comunistas, o movimento abraçava essa bandeira também.

Nesse momento foi possível perceber que quanto mais eles falavam em democracia, mas agiam de forma autoritária. O que nos leva a pensar na lógica do liberalismo brasileiro, de que para se conseguir uma ordem social desejada, primeiro é preciso um regime autoritário de transição. Pois o movimento falava em democracia, mas boa parte dos manifestantes presentes neste dia defendia que apenas a supressão da mesma pelos militares poderia garantir a democracia desejada por eles. O que configura a ideia de um autoritarismo instrumental. Somando isso com os discursos negativos sobre as políticas sociais, é possível perceber então que a noção de democracia do “Fora Dilma” se tratava da defesa de uma democracia da ordem de privilégios das elites. Também que muitos não viam problema em usar um Estado autoritário como um meio para alcançar o que desejavam.

Passada a cena de ser ou não favorável à intervenção militar, no decorrer do ato, A.D. pegou novamente o microfone, dessa vez com a finalidade de se desculpar. Então

ela começou dizendo que todo mundo erra e que as pessoas aprendem com seus erros, citando um exemplo próprio, afirmando que votou no ex-presidente Lula nas eleições de 2002. Antes de ela conseguir completar o raciocínio, as pessoas vaiavam veementemente, os outros organizadores faziam gestos e caras de desaprovação, ela era xingada, mas insistiu em continuar a falar e disse que se arrependeu do erro de ter votado em Lula e também de ter repreendido as pessoas favoráveis à intervenção militar. Na tentativa de comprovar o arrependimento, ela chamou o militar G.A, pediu para que ele também pegasse uma bandeira do Brasil e juntos, de braços dados acenaram para o público e começaram a falar palavras de ordem contra o governo.

Após o impasse citado acima, o protesto continuou por mais uma hora e houve outro momento que também despertou minha atenção: o discurso de um homem que garantiu que a Presidente Dilma Rousseff esteve presente nas manifestações de João Pessoa, justificando que a prova disso foi que um carro Hilux foi arrombado enquanto a manifestação acontecia e que isso certamente era coisa de Dilma. Eu achei algo fora do comum, mas ele foi amplamente aplaudido pelos manifestantes. Foi diante dessa acusação que mostra como esse grupo relaciona seus adversários políticos a qualquer acontecimento negativo, que pude presenciar na prática que o udenismo de fato ultrapassou os limites da UDN e que surge e ressurge na sociedade a cada disputa por posições no campo e subcampos do poder. Depois o padre falou e rezou um Pai Nosso, o carro de som se deslocou do Busto até o hotel Tambaú mais ou menos, uma linha reta de aproximadamente 300 metros e a manifestação acabou perto das 19 horas. Saí do ato com a impressão de que havia uma nova organização de propostas de Brasil um pouco velhas, pois, como já discutido, não foi apenas em 2015 que a moralização da política foi usada como instrumento de mobilização contra a um governo vigente.

*Dia 12 de Abril de 2015*

Faltando três dias para fazer um mês da primeira manifestação “Fora Dilma” no Brasil, os organizadores resolveram fazer outra, em consonância com a decisão dos grupos nacionais. Os “Voltados João Pessoa” novamente organizaram a manifestação local da cidade, com panfletagens, chamados nas redes sociais e reuniões de organização que, eu, mesmo pedindo muito ao líder A.G., não pude participar, pois segundo ele, os outros membros da organização não queriam a minha presença.

Antes dessa segunda manifestação, também mantive conversas via redes sociais com uma das líderes locais do “Vem Pra Rua” que chamarei de J.V., pedindo para participar de encontros presenciais do grupo, mas a mesma alegava que esses encontros se davam raramente e o último aconteceu antes de eu conseguir contatá-la, e, que não havia previsões de novos encontros. Então continuava conversando com ela nas redes sociais e esperava encontrá-la no dia da manifestação do dia 12 de abril, porém, ela alegou depois que não estava presente, mas, perguntando por J.V. a outros manifestantes no dia, disseram tê-la visto por lá. Parei de tentar reconhecê-la e segui observando o segundo ato que visivelmente tinha muito menos manifestantes que o anterior, contava com o mesmo grupo de organizadores e algumas das mesmas pessoas falando no carro de som. Sendo que dessa vez o microfone não ficava entre A.D. a historiadora e G.A. o militar, que embora tenham falado também, não permaneceram tanto tempo com o direcionamento do manifesto, quanto outro líder local do grupo “Vem Pra Rua”, que chamarei de S.C.

Algo que achei curioso, é que, embora sendo reconhecido como líder geral da organização, respondendo à mídia local como tal, o líder A.G. em momento algum, durante os dois atos, falou ao microfone no carro de som. Ficava apenas pelos bastidores, observando o público, falando com pessoas, deliberando tarefas, falando com repórteres locais, mas não dizia nada para o público presente nas manifestações. Relatadas estas primeiras observações, o ato iniciou por volta das 16h30min com o “Vem pra Rua” S.C. cumprimentando os presentes e explicando que devido à resposta imediata que o povo esperava do Congresso, que seria o Impeachment da Presidente, o ato do dia 12 estava esvaziado, porque as pessoas não estão mais com paciência para conversas, elas querem atitudes.

S.C também explicou que houve um *racha* das pessoas favoráveis à intervenção militar com as manifestações “fora Dilma” de João Pessoa, justificando que as manifestações se posicionam contrariamente a um Golpe Militar (como ele chamou) por acharem que não precisam e nem querem ditadura, querem democracia. Todas as vezes que algum convidado ao carro de som falava em tom favorável à ditadura militar, S.C. logo em seguida pegava o microfone e repetia que o ato não queria intervenção dos militares, isso se repetiu por várias vezes. Ouvindo S.C., comecei a refletir sobre a possibilidade de isso significar que o movimento estava mais democrático, não mais de acordo com a influência forte da tradição política do autoritarismo instrumental. No entanto, bastou continuar observando o protesto para perceber que se tratava apenas de

uma adequação no discurso, talvez para desvincular o movimento de uma imagem golpista e antidemocrática.

A historiadora A.D. dessa vez podia falar contra a intervenção militar sem ser abruptamente cortada. A.D., assim como o militar G.A., tiveram mais de uma oportunidade de falar no carro de som, dessa vez, sem nenhuma oposição aparente. O militar, embora tenha feito questão de falar sobre a importância da polícia militar para o Estado, falar da ditadura com tom de admiração e saudosismo, não fez nenhuma declaração explícita em favor da intervenção, ao menos não na manifestação do dia 12.

Mais uma vez as pessoas foram para manifestação vestindo verde, azul, amarelo e branco, de novo elas levantavam bandeiras do Brasil. Novamente traziam cartazes com dizeres contrários ao governo. O carro de som continuava soltando as paródias nos intervalos das falas dos convidados, nesse protesto também subiram pessoas no carro de som que falavam como representantes de determinados segmentos sociais (Médicos, Juristas, profissionais liberais, etc.). O hino nacional foi mais uma vez entoado e as pessoas cantavam com a mão direita sobre o lado esquerdo do peito e de novo rezaram um Pai Nosso. O tom das falas novamente era de indignação, hostilidade, acusações e pedidos altivos de “Fora Dilma”, as pessoas continuavam “contra tudo isto que está aí” só que dessa vez um pouco mais decepcionadas com a política, já que esperavam mesmo que após a manifestação do dia 15 de março o Impeachment da Presidente ocorresse. Isso ficou claro durante a leitura da carta da ANMD, lida em todos os protestos do dia 12 de abril de 2015 no Brasil.

A leitura da carta completa se deu como último momento da manifestação deste dia, cada organizador que estava em cima do carro de som lia uma das sete partes da carta. Momentos antes da leitura, uma cena que me chamou muito a atenção e me fez perceber de fato que o discurso de “não queremos golpe, somos democráticos”, era só uma adequação. Pois em uma das muitas vezes que S.C. falava que o movimento era democrático e não queria golpe militar, defendendo em seu discurso as instituições democráticas do Brasil, um senhor vestido com uma blusa que tinha escrito “intervenção militar já” começou a gritar para o carro de som que S.C. estava errado e a vaiar a sua fala.

Esse senhor já vinha fazendo demonstrações contrárias diante das falas há algum tempo, mas nessa hora S.C. chamou os policiais militares e mandou o homem que estava em praça pública – assim como ele e os demais, manifestando seu ponto de vista em relação ao que estava sendo discutido – ser retirado por não estar respeitando a

manifestação. Isso, mais uma vez, me fez perceber que a noção de democracia dos participantes do “Fora Dilma” tem características e limitações específicas. E também que as práticas destes manifestantes estão sempre muito distantes de seus discursos, pois enquanto S.C. dizia que era democrático e que não queria intervenção militar; agiu de forma autoritária pedindo que militares intervissem contra o manifesto de alguém que lhe fazia oposição naquele momento.

Pedir intervenção militar configura um posicionamento ideológico contrário ao Estado Democrático de Direito, sendo, portanto, um crime. Porém, não foi por isso que S.C. chamou os policiais para reprimir o senhor que falava pró-intervenção. Menos de um mês antes, ele dividiu o mesmo carro de som e microfone com pessoas que pediam abertamente que os militares intervissem na política e que constrangeram a historiadora A.D. a se retratar, quando ela se posicionou naquele momento contra a intervenção. Dessa forma, o tom democrático que S.C. tentou encaixar em seu discurso, se mostra, no mínimo, ambíguo.

Tendo estas questões relatadas, o protesto terminou por volta das 18 horas, após a leitura da carta, novamente com uma caminhada do busto de Tamandaré até o hotel Tambaú mais ou menos, as pessoas foram se dispersando e a manifestação do dia 12 se encerrou em João Pessoa. Antes de finalizar o capítulo, para uma ilustração mais abrangente desta descrição, eis imagens de momentos dos dois dias de manifestações “Fora Dilma” em João Pessoa:

Figura 7. Foto da manifestação do dia 15 de março de 2015



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 8. Foto da manifestação do dia 12 de abril de 2015



Fonte: Arquivo pessoal

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação buscou demonstrar a recorrência do moralismo na política brasileira, a partir da análise das manifestações “Fora Dilma” em João Pessoa. Para tal, começamos por uma contextualização histórica sobre o lugar do moralismo no nosso cenário político, onde identificamos que o discurso anticorrupção é uma chave para perceber como o moralismo é ativado nesse cenário. Diante dessa contextualização, vimos que o debate sobre a corrupção na opinião pública tem unido práticas e ideologias do nosso passado com o nosso presente. Uma vez que nos foi possível perceber a centralidade do discurso anticorrupção para o udenismo e como ele vem sendo (junto a outros aspectos do udenismo) reativado atualmente pelo “Fora Dilma”.

Ao considerar estas questões, percebemos também a importância de uma discussão sobre formas de controle da corrupção. Assim, foi possível compreender que o discurso moral em torno da corrupção é apenas uma das formas de tratar este problema. Pois vimos que há possibilidades de um controle democrático da corrupção, que poderia contribuir com ampliação da participação popular na política, seguindo o caminho de um aperfeiçoamento da democracia. No entanto, como pudemos ver na contextualização histórica e nos dados atuais, o debate moral sobre a corrupção abre espaço para ideias e práticas políticas autoritárias, que não convergem para um aperfeiçoamento da democracia, mas que visam uma manutenção da ordem de privilégios das classes altas. Desse modo, percebemos então o discurso moralista anticorrupção como um recurso discursivo que pouco tem a ver com o combate a esse problema.

Com o exposto, pudemos ver nas discussões deste trabalho que o moralismo na política se traduz no processo em que um debate político é transformado em um debate de valores e virtudes. Esta transformação tem um fim específico: atrair uma quantidade significativa de pessoas que compartilhem e organizem suas práticas, em torno das interpretações da realidade que um determinado discurso de valores e virtudes pode lhes permitir. O “Fora Dilma” é parte desse processo, assim como o “Voltados João Pessoa”, entendido neste trabalho como um dos grupos na disputa com outros grupos para estabelecer suas interpretações de realidade. Isto configura uma disputa intelectual nos termos bourdieusianos e nos mostra a importância de uma análise sociológica para a compreensão dos mecanismos que envolvem esta disputa.

Ao pensar no moralismo pela lógica da teoria dos campos, nos foi possível entender a política como uma luta em prol das ideias, uma disputa intelectual onde ideias fortes funcionam como força de mobilização. Dessa maneira, as lutas políticas se dão entre os agentes do campo da política que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos e visam dominar o Estado. Nessa disputa, o discurso moral de combate à corrupção tem aparecido como uma ideia forte e tem funcionado como força de mobilização contra a organização política vigente, ou seja, tem aparecido como uma estratégia. O que nos mostra que um discurso moralista é capaz de interferir na organização do campo política. Essa ideia é reforçada pela lógica do campo do escândalo, que nos esclareceu sobre como um escândalo mancha reputações, instaura “regimes de verdade” e faz surgir “paladinos da justiça”. Tudo isso também objetiva posições de dominação no campo para assim alterar a organização vigente.

Diante destas questões, achamos importante ampliar a discussão sobre as disputas intelectuais fundamentadas em ideias fortes, que fluem facilmente nas diferentes camadas sociais e são compartilhadas acriticamente. Procuramos compreender a construção desse discurso anticorrupção, que vem se unindo a uma ideia patriótica de luta do “povo brasileiro” pelo “bem” da nação. Percebemos aí a tentativa de construção de uma comunidade moral imaginada nos termos de Anderson (2008), que visa constituir uma solidariedade entre diferentes grupos da sociedade. De encontro a essa perspectiva, consideramos as ideias de Souza (2011; 2012), que além de reforçar que estes discursos são alicerçados em construções culturais, ainda nos mostra que servem para naturalizar, obscurecer e reproduzir desigualdades sociais. Estas perspectivas foram indispensáveis para observar que a construção desse discurso moral, baseado em ideias naturalizadas (e por isto inquestionáveis no senso comum) não tem nenhum comprometimento com a prática do que propõe.

Nesse sentido, a soma destas ferramentas teóricas, junto aos dados colhidos na pesquisa de campo realizada para este trabalho, nos permite refletir sobre as disputas políticas atuais da nossa sociedade. Sobre a centralidade do moralismo nestas disputas e sobre como o moralismo é recorrente na nossa política, principalmente em forma de discurso anticorrupção. Assim, a importância do uso dessas ferramentas teóricas se justifica porque através delas foi possível esclarecer que: o discurso anticorrupção do “Fora Dilma”, reforçado nas justificativas dos “Voltados João Pessoa”, se trata na verdade de um moralismo seletivo, usado estrategicamente para finalidades políticas

que pouco tem a ver com o combate à corrupção e que muito correspondem ao udenismo e todas as suas questões intrínsecas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo. Cia das Letras, 2008.

AVRITZER, L. e FILGUEIRAS, F. *Corrupção e controles democráticos no Brasil*. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 32). 2011.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

BONNEWITZ, P. *Primeiras lições sobre sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Folios, 1983.

\_\_\_\_\_. & WACQUANT, Loic. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago, Chicago University Press, 1992.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 3.ed. Campinas. Papyrus, 2001.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. *O campo político* (Grandes Conferências de Lyon, Universidade LumièreLyon 2, quinta-feira, 11 de fevereiro de 1999. Do original “Conférence: le champ politique”, publicado no livro *Propos sur le champ politique*. Direitos autorais concedidos pela Presses Universitaires de Lyon. Traduzido por André Villalobos, in: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, 2011.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

BRITO, Simone Magalhães. *Para além da técnica: experiência moral e construção da transparência em processos de auditoria política*. Trabalho apresentado no Grupo de trabalho "Sociologia e Antropologia da Moral" do 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-MG. 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (Orgs.). *Direita Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2015

COELHO, Marcelo. *Manifestações de junho: um breve balanço*. J. psicanal., São Paulo, v. 46, n. 84, 2013.

CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (Orgs.). *Direita Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2015.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, Carisma e Poder: O PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora. 1996.

DULCI, Otávio Soares. *A União Democrática Nacional e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

FAGANELLO, Marco Antônio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (Orgs.). *Direita Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2015.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro*, v. 1, 3. ed., Porto Alegre: Globo, 1976.

FILGUEIRAS, F. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2008.

\_\_\_\_\_. *A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social*. Opinião Pública, Vol. 15, n 2. Campinas. 2009.

\_\_\_\_\_. “Corrupção e Cultura Política: a Percepção da Corrupção no Brasil”, in: TELLES, Helcimara Telles; Alejandro Moreno (orgs.). *Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

GOHN, Maria da Glória. *A sociedade Brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais*. Caderno CRH, Salvador, v.27 n.71, 2014.

GRUN, R. *Escândalos, tsunamis e marolas: apontamentos e desapontamentos sobre um traço recorrente da atualidade*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

MANIERI, Dagmar. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, de Manuel Castells. Plural: São Paulo, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 195-198, ago. 2014.

MARICATO, Hermínia et al. (org.). *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MOISÉS, José Álvaro. *A desconfiança nas instituições democráticas*. Opinião Pública, Campinas, Vol XI, n.1, março 2005.

NORRIS, Pippa. *A tese da "nova clivagem" e a base social do apoio à direita radical*. Opinião. Publica. Campinas, vol.11, n.1, 2005.

O'DONNELL, Guillermo. *Accountability horizontal e novas poliarquias*. Lua Nova – Cedec, n. 44, 1998.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Hermínia et al. (org.) *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SANTOS, W. G. A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. In: *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades. 1978.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Hermínia et al. (org.) *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SINGER, André. Brasil, *junho de 2013, classes e ideologias cruzadas*. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

SOUZA, Jessé. *A parte de baixo da sociedade brasileira*. Revista Interesse Nacional, v.14, 2011.

\_\_\_\_\_. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2012.

WHYTE, William Foot. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

### **Manchetes e websites consultados**

Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos. Facebook. *Sobre*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/AliancaNacional.Oficial>> Acesso em: 14 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. *Manifesto de apoio aos parlamentares de oposição*. Disponível em: <<http://blogdoprofessorchico.com.br/site/2015/05/27/manifesto-de-apoio-aos-parlamentares-de-oposicao/>> Acesso em: 16 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. *Manifesto oficial da Aliança dos Movimentos Democráticos*. Disponível em: <<http://www.alertatotal.net/2015/04/manifesto-oficial-da-alianca-dos.html>> Acesso em 16 de julho de 2015.

Associação Brasileira de Ciência Política. *ABCP expressa preocupação e perplexidade com a aceitação do pedido de impeachment do mandato de Dilma Rousseff*. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/nota-abcp-expressa-preocupacao-e-perplexidade-com-a-aceitacao-do-pedido-de-impeachment-do-mandato-de-dilma-rousseff/#.VsAKqrQrLIV>> Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.

AZEVEDO, Reinaldo. *Veja. A temporada nababesca em Salvador do vice-presidente da Guiné Equatorial, ditadura que Dilma vai visitar*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-temporada-nababesca-em-salvador-do->

vice-presidente-da-guine-equatorial-ditadura-que-dilma-vai-visitar-em-breve/> Acesso em: 10 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Veja. *Dilma e o PT fizeram o milagre de unir o país. Todo mundo está contra eles.* Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/dilma-e-o-pt-fizeram-o-milagre-de-unir-o-pais-todo-mundo-esta-contra-eles/#.VZyPut9-1pY.facebook>> Acesso em: 18 de Julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Veja. *Ministério Público Federal apura doação da ditadura da Guiné Equatorial à Beija Flor.* Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/ministerio-publico-federal-apura-doacao-da-ditadura-da-guine-equatorial-a-beija-flor/>> Acesso em: 18 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Veja. *O delator que se lembrou só depois de sete meses que pagou própria de R\$ 4 milhões a Dirceu... A delação premiada está virando uma... zona!* Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-delator-que-se-lembrou-so-depois-de-sete-meses-que-pagou-propina-de-r-4-milhoes-a-dirceu-a-delacao-premiada-esta-virando-uma-zona/>> Acesso em: 18 de Julho de 2015.

BALOCCO, André. O DIA. Beltrame: *‘Não há como separar o vândalo do manifestante’.* Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/riosemfronteiras/2013-07-07/beltrame-nao-ha-como-separar-o-vandalo-do-manifestante.html>> Acesso em: 15 de Julho de 2015.

BOMFIM, Camila. G1. *MPF abre inquérito para investigar possível tráfico de influência de Lula.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/mpf-abre-inquerito-para-investigar-susposto-traffic-de-influencia-de-lula.html>> Acesso em: 18 de Julho de 2015.

BONIN, Robson; PEREIRA, Daniel. Veja. *‘Homem de Dilma’ na Eletrobrás cobrou propina para a campanha de 2014.* Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/homem-de-dilma-na-eletobras-cobrou-propina-para-a-campanha-de-2014-diz-dono-da-utc>> Acesso em: 18 de Julho de 2015.

BOL. *Justiça americana indícia presidente da CBF.* Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2015/12/03/justica-americana-indicia-presidente-da-cbf.htm>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

BRASIL 247. *Agente da PF na Lava Jato responde por corrupção.* Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/parana247/190529/Agente-da-PF-na-Lava-Jato-responde-por-corrup%C3%A7%C3%A3o.htm>> Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Kotscho: “oposição e mídia estão com o mastro na mão”. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/180737/Kotscho-%E2%80%9Ccoposi%C3%A7%C3%A3o-e-m%C3%ADdia-est%C3%A3o-com-o-mastro-na-m%C3%A3o%E2%80%9D.htm>> Acesso em: 17 de Fevereiro de 2016.

CARDOSO, Daiene; GADELHA, Igor; SORG, Letícia; CARVALHO, Daniel. Estadão. *Eduardo Cunha aceita pedido de impeachment contra Dilma Rousseff.* Disponível em:

<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,eduardo-cunha-aceita-pedido-de-impeachment-contradilma-rousseff,10000003662>> Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

CARVALHO, Olavo de. *Conclave em Washington (Smartmatic, corrupção, Foro de São Paulo)*. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=TL0\\_fBWfvFg](https://www.youtube.com/watch?v=TL0_fBWfvFg)> Acesso em: 10 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. 2002. *Do Marxismo Cultural*. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/06082002globo.htm> Acesso em: 10 de setembro de 2015.

CartaCapital. *Conselho de Ética abre ação contra Cunha; como votaram os deputados*. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/conselho-de-etica-dacamara-abre-processo-contracunha>> Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Em retaliação ao PT, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma*. <<http://www.cartacapital.com.br/politica/em-retaliacao-ao-pt-cunha-acolhe-pedido-de-impeachment-contradilma-5647.html>> Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Quem é o “japonês bonzinho” da Lava jato?* Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/quem-e-o-japones-bonzinho-da-lava-jato-2766.html?>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

D’EÇA, Marco Aurélio. *Vândalos e manifestantes: uma relação de ajuda mútua*. Disponível em: <<http://www.marcoareliodeca.com.br/2013/06/25/vandalos-e-manifestantes-uma-relacao-de-ajuda-mutua/>> Acesso em: 15 de julho de 2015.

Datafolha Instituto de Pesquisa. *47% fora a Avenida Paulista em 15 de Março protestas contra a corrupção*: Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contraa-corrupcao.shtml>> Acesso em: 16 de Julho de 2015.

DELORENZO, Adriana. Revista Fórum. *“Não somos vândalos”, dizem manifestantes pelo passe livre*. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/06/nao-somos-vandalos-dizem-manifestantes-pelo-passe-livre/>> Acesso em: 15 de julho de 2015.

El País. *Eduardo Cunha é denunciado ao STF por corrupção e lavagem de dinheiro*. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/19/politica/1440009046\\_787938.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/19/politica/1440009046_787938.html)> Acesso em 20 de agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. *Acuado, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma Rouseff*. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449089233\\_244586.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449089233_244586.html)> Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências*. Disponível em:

<[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527\\_427203.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html)>  
Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

Estadão. Política. *Negócio da Petrobrás rendeu propina a Cunha, revela investigação da Suíça*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,negocio-da-petrobras-na-africa-irrigou-contas-de-eduardo-cunha-e-esposa,1777375>> Acesso em 9 de outubro de 2015.

Folha de São Paulo. *Editorial Incógnita nas ruas*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2013/06/1297388-editorial-incognita-nas-ruas.shtml>> Acesso em: 12 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. *Suíça encontra quatro contas bancárias atribuídas a Eduardo Cunha*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1688952-suica-encontra-quatro-contas-bancarias-atribuidas-a-eduardo-cunha.shtml>> Acesso em 01 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. *Youssef citou Eduardo Cunha em sua delação premiada*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1572064-youssef-citou-eduardo-cunha-em-sua-delacao-premiada.shtml>> Acesso em 30 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. *Marin, ex-presidente da CBF, é detido na suíça acusado de corrupção*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2015/05/1634207-ex-presidente-da-cbf-e-outros-6-cartolas-sao-detidos-por-corrupcao-na-suica.shtml>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

G1 Globo. *Dilma propõe cinco pactos e plebiscito para constituinte da reforma política*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>> Acesso em: 12 de Julho de 2015.

\_\_\_\_\_. *Delator relata pedido de propina de Cunha, que o desafia a provar*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lavajato/noticia/2015/07/delator-relata-pedido-de-propina-de-cunha-que-o-desafia-provar.html>> Acesso em : 30 de Julho e 2015.

G1 Paraíba. *Grupos protestam contra o governo em João Pessoa e Campina Grande*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/04/grupos-protestam-contra-o-governo-em-joao-pessoa-e-campina-grande.html>> Acesso em: 14 de Julho de 2015.

\_\_\_\_\_. *João Pessoa e Campina Grande têm protestos contra o governo*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/03/manifestacoes-do-dia-15-na-paraiba.html>> Acesso em: 14 de julho de 2015.

G1 Paraná. *Delator da Lava Jato diz em audiência que entregou R\$ 4 milhões para Dirceu*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/07/delator-da-lava-jato-diz-em-audiencia-que-entregou-r-4-milhoes-para-dirceu.html>>

[lava-jato-diz-em-audiencia-que-entregou-r-4-mi-para-dirceu.html](#)> Acesso em: 16 de Julho de 2015.

\_\_\_\_\_. *Delator diz em depoimento que empresário entregou dinheiro a Dirceu.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/07/delator-explica-em-depoimento-que-empresario-entregou-dinheiro-dirceu.html>> Acesso em: 16 de Julho de 2015.

\_\_\_\_\_. *Japonês da PF, conhecido pela Lava Jato, pede convocação de agentes.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/12/japones-da-pf-conhecido-pela-lava-jato-pede-convocacao-de-agentes.html>> Acesso em: 15 de Fevereiro de 2016.

G1 Política. *Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>> Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Eduardo Cunha: veja as acusações contra o presidente da Câmara.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/10/veja-acusacoes-contr-eduardo-cunha.html>> Acesso em: 13 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Manifestantes protestam contra Dilma em todos os estados, DF e exterior.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contr-dilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html>> Acesso em: 13 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. *PSOL e REDE acionam Conselho de Ética contra Eduardo Cunha.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/psol-entra-com-representacao-no-conselho-de-etica-contr-cunha.html>> Acesso em: 13 de fevereiro de 2016.

GARCIA, Marcelo. Instituto Ciência Hoje. *Das redes para as ruas.* Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2013/06/das-redes-para-as-ruas>> Acesso em: 10 de julho de 2015.

GIRON, Luís Antônio. Revista Época. *Manuel Castells: “A mudança está na cabeça das pessoas”.* Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2013/10/bmanuel-castellsb-mudanca-esta-na-cabeca-das-pessoas.html>> Acesso em: 12 de julho de 2015.

IG São Paulo. *Eduardo Cunha é citado por mais um delator na operação Lava Jato.* Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-09-23/eduardo-cunha-e-citado-por-mais-um-delator-da-operacao-lava-jato.html>> Acesso em: 13 de fevereiro de 2016.

JORGE, Beatriz Quesada Barria. *Ciências da Linguagem I. Revista Veja: de vândalos a manifestantes.* Disponível em: <[http://www.usp.br/cje/jorwiki/exibir.php?id\\_texto=110](http://www.usp.br/cje/jorwiki/exibir.php?id_texto=110)> Acesso em: 15 de julho de 2015.

LIMA, Vinícius A. de. Carta Maior. *As manifestações de junho e a mídia*. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-manifestacoes-de-junho-e-a-midia/4/28178>> Acesso em: 12 de julho de 2015.

LUCENA, Eleonora de. Folha de São Paulo. *Nova direita surgiu após junho, diz filósofo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1541085-nova-direita-surgiu-apos-junho-diz-filosofo.shtml>> Acesso em: 12 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. *Cidadania & Cultura. Manifestações de junho de 2013 e o surgimento de uma nova direita*. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2014/11/02/manifestacoes-em-junho-de-2013-e-o-surgimento-de-uma-nova-direita/>> Acesso em: 12 de Julho de 2015.

MACEDO, Fausto. Estadão. *Delator diz que Lula reuniu com Bumlai e presidente da Sete Brasil por contratos de navio sonda*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/tags/fernando-baiano/>> Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Estadão. *Delator diz que Dilma participou de reuniões sobre divisão política de estatais*. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/delator-diz-que-dilma-participou-de-reuniao-sobre-divisao-politica-de-estatais/>> Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.

MAGALE, Bela. Folha de São Paulo. *Após ser citado por delator, Dirceu faz nova tentativa para evitar prisão*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1655952-apos-ser-citado-por-delator-dirceu-tenta-nova-manobra-para-evitar-prisao.shtml>> Acesso em: 13 de Julho de 2015.

Manchetômetro. *Cobertura Semanal*. Disponível em: <<http://www.manchetometro.com.br>> Acesso em: 16 de julho de 2015. Acesso em: 16 de julho de 2015.

Movimento Brasil Livre. Facebook. *Sobre*. Disponível em: <[https://www.facebook.com/mlivre/info?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/mlivre/info?tab=page_info)> Acesso em: 14 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. *Nossos Projetos*. Disponível em: <<http://www.movimentobrasillivre.org/#!naruas/co2g>> Acesso em: 14 de julho de 2015.

O Globo. *Aécio chama população a participar das manifestações desse domingo*. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/brasil/aecio-chama-populacao-participar-das-manifestacoes-neste-domingo-15836755>> Acesso em: 13 de julho de 2015.

PageOnex. *Manifestantes ou Vândalos? Como a mídia tradicional abordou os protestos em junho de 2013 no Brasil*. Disponível em: <<http://blog.pageonex.com/2013/08/24/manifestantes-ou-vandalos-como-a-midia->

[tradicional-abordou-os-protestos-em-junho-de-2013-no-brasil/](#)> Acesso em: 15 de Julho de 2015.

Paraiba.com.br, *Protesto em JP é bem menor do que manifestação de 15 de março; 300 pessoas segundo a PM.* Disponível em: <<http://www.paraiba.com.br/2015/04/12/32194-protesto-em-joao-pessoa-atraiu-menos-pessoas-do-que-manifestacao-de-15-de-marco>> Acesso em: 14 de Julho de 2015.

Partido da Social Democracia Brasileira. *Líder do PSDB participa de reunião da Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos.* Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/pe/lider-do-psdb-na-camara-participa-de-reuniao-da-alianca-nacional-dos-movimentos-democraticos/>> Acesso em: 13 de Julho de 2015.

PASSOS, Najla. Carta Maior. *Nas redes sociais, mídia convencional faz oposição sistemática ao governo.* Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Nas-redes-sociais-midia-convencional-faz-oposicao-sistemica-ao-governo-Dilma/4/30904>> Acesso em: 16 de Julho de 2015.

PINHEIRO, Joel. 2014. *O que há de novo na Direita?* Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/527830-o-que-ha-de-novo-na-qdireitaq>> Acesso em: 10 de setembro de 2015.

Portal Correio, *Protestos contra Dilma mobilizam cerca de 7 mil pessoas em JP, CG e Patos; veja fotos.* Disponível em: <<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/cidades/conflito/2015/03/15/NWS,256059,4,347,NOTICIAS,2190-PROTESTOS-CONTRA-DILMA-MOBILIZAM-CERCA-MIL-PESSOAS-PATOS-VEJA-FOTOS.aspx>> Acesso em: 14 de Julho de 2015.

RAMOS, Murilo; VIEGAS, Nonato. Época. *Policia Federal que acompanha presos da Lava Jato é alvo de processo por corrupção.* Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2015/07/policia-federal-que-acompanha-presos-da-lava-jato-e-alvo-de-processos-por-corrupcao.html>> Acesso em 08 de fevereiro de 2016.

Revista Época. *Protestos contra o governo de Dilma reúnem 700 mil manifestantes em 24 estados e no DF.* Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2015/04/acompanhe-os-protestos-deste-domingo-contra-o-governo-dilma.html>> Acesso em: 14 de Julho de 2015.

Revoltados online. Facebook. *Sobre.* Disponível em: <[https://www.facebook.com/revoltadosonline/info?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/revoltadosonline/info?tab=page_info)> Acesso em: 14 de julho de 2015.

RIBERO, Nívea. Correio Braziliense. *Agente da Polícia Federal é rosto conhecido na operação Lava-jato.* Disponível em: <[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/11/27/internas\\_polbrae](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/11/27/internas_polbrae)>

co,508366/agente-da-policia-federal-e-rosto-conhecido-na-operacao-lava-jato.shtml>  
Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

R7 Hoje em dia. *Acompanhe, em tempo real, as manifestações 'Fora Dilma'*. Disponível em: <[http://www.hojeemdia.com.br/noticias/politica/acompanhe-em-tempo-real-as-manifestac-es-fora-dilma-1.340035?fb\\_comment\\_id=1145840922097911\\_1195819427100060#f3ae0d768](http://www.hojeemdia.com.br/noticias/politica/acompanhe-em-tempo-real-as-manifestac-es-fora-dilma-1.340035?fb_comment_id=1145840922097911_1195819427100060#f3ae0d768)>  
Acesso em: 16 de Agosto de 2015.

SANDES, Giovanni. *Pinga-Fogo. PT: mídia e oposição confundem concessão e privatização para prejudicar governo.* Disponível em: <<http://jc.ne10.uol.com.br/blogs/pingafogo/2015/06/12/pt-midia-e-oposicao-confundem-concessao-e-privatizacao-para-prejudicar-governo/>> Acesso em: 16 de Julho de 2015.

TELLES, Helcimara; ALVES, Regina Helena; VAZ, Fernando. Grupo Opinião Pública. *Perfil Ideológico e atitudes dos manifestantes de 12 de abril – Belo Horizonte. Resultados.* Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0B1\\_d2uNS-ZSvLURXdTdiSTNLY3M/view](https://drive.google.com/file/d/0B1_d2uNS-ZSvLURXdTdiSTNLY3M/view)> Acesso em: 16 de julho de 2015.

TERRA Notícias. *Os pactos de Dilma: o que foi feito um ano depois.* Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/pactos-dilma/>> Acesso em: 12 de julho de 2015.

UNISINOS. *Conjuntura da semana. Junho de 2013.* Significados, inflexões e perspectiva do outono brasileiro. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/521558-conjuntura-da-semana-junho-2013-significados-inflexoes-e-perspectivas-do-outono-brasileiro>> Acesso em: 12 de Julho de 2015.

UOL Notícias. *Protestos contra governo e corrupção reúnem dois milhões pelo Brasil.* Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/protestos-contra-governo-e-corrupcao-reunem-mais-de-2-milhoes-pelo-brasil-dizem-pms.htm>> Acesso em: 10 de Julho de 2015.

\_\_\_\_\_. *Juiz Sérgio Moro vira herói nas manifestações contra o governo.* Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2015/08/16/juiz-sergio-moro-vira-heroi-nas-manifestacoes-contra-o-governo.htm>> Acesso em: 08 de fevereiro de 2016.

VANNUCHI, Paulo. Rede Brasil Atual. *Críticas de Dilma enfrentam tratamento golpista da mídia aos delatores.* Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/06/para-vannuchi-criticas-de-dilma-contraria-tratamento-golpista-da-midia-aos-delatores-4062.html>> Acesso em: 16 de Julho de 2015.

VEJA. *Cardozo e a impossível absolvição de Dilma.* Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/multimedia/video/cardozo-e-a-impossivel-absolvicao-de-dilma>> Acesso em: 10 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. *Siga ao vivo os protestos contra Dilma neste 12 de abril.* Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/acompanhe-os-protestos-contradilma-neste-12-de-abril/>> Acesso em: 18 de julho de 2015.

Vem Pra Rua. *Sobre.* Disponível em: <<http://vempraru.org/sobre/>> Acesso em: 14 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. *Sobre.* Disponível em: <[https://www.facebook.com/VemPraRuaBrasil.org/info?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/VemPraRuaBrasil.org/info?tab=page_info)> Acesso em: 14 de julho de 2015.

VENCESLAU, Pedro. Estadão. *Tom ameno de documento racha aliança de movimentos anti-Dilma.* Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tom-ameno-de-documento-racha-alianca-de-movimentos-anti-dilma,1670649>> Acesso em: 13 de julho de 2015.

ZERO HORA, *Protestos antigoverno reúnem milhares em Porto Alegre e em outras capitais.* Acompanhe. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/protestos-antigoverno-reunem-milhares-em-porto-alegre-e-em-outras-capitais-acompanhe-4718746.html>> Acesso em: 14 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Víde: *veja imagens do protesto contra o governo em todo país.* Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/03/videos-veja-imagens-dos-protestos-contrao-governo-em-todo-o-pais-4718817.html>> Acesso em: 14 de julho de 2015.